

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

SOCIEDADE, SAÚDE
E A
FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA

Iara Barreto

GOIÂNIA - GOIÁS

1 9 9 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

SOCIEDADE, SAÚDE
E A
FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA

Iara Barreto

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de *Mestre em Educação Escolar Brasileira* à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Domingues.

Comissão Julgadora:



Haverá a trib. em

a B. v. a. c. e. t. e.

AGRADECIMENTOS:

- À Gilda e Alzino, pela paciência com os rascunhos e com a minha falta de tempo.
- À Estela Mônico e Itamar, pelos gráficos, tabelas e, sobretudo, pela amizade.
- À Adriana Parada, pelos anexos.
- À Dora e Deusa, pela atenção e pela amizade.
- À Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE, pelo auxílio à datilografia e encadernação.
- Ao Horácio Júnior, Mariza Machado, Zaira e Rosilene, colegas e amigos do MEEB, pelos bons momentos compartilhados.
- Ao professor Umberto Ferreira que ministrou a disciplina sob a minha responsabilidade, dando-me espaço para estudar.
- Ao professor Luiz Dourado, amigo e colega de mestrado que me apoiou e estimulou.
- À Socorro que datilografou os primeiros passos deste trabalho.
- Aos professores do MEEB:
- Carlos Rodrigues Brandão
 - Eliana Garcindo Dayrell
 - Isabel Ribeiro Freire
 - José Carlos Libâneo
 - José Luiz Domingues
 - Maria Hermínia Domingues
 - Maria Mitsuko Okuda
 - Maria Tereza Canesin Guimarães
 - Maria Terezinha de Souza Pádua
 - Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
 - Nely Ceres Ferreira
 - Walderês Nunes Loureiro, que contribuíram para a ampliação da minha visão de mundo.
- À professora Milca Severina Pereira que, com a sua competência e serenidade, compartilha comigo a diretoria da FEN/UFMG, permitindo-me dividir o tempo com absoluta tranquilidade.
- Às professoras Adriane, Márcia Armentano, Maria Cristina, Maria Altina e Maria de Fátima Gil pela colaboração.
- Aos coordenadores do MEEB/UFMG, pelo apoio e compreensão.
- Às entidades de classe, alunos, nutricionistas e professores que contribuíram com os dados da pesquisa.
- Ao Adriano Cunha, meu afilhado, pela ajuda no levantamento de teses na Biblioteca Nacional, no estado do Rio de Janeiro.
- Aos alunos, funcionários e professores da FEN/UFMG, pela compreensão e colaboração.
- Às colegas que nos vários cursos e entidades auxiliaram na coleta dos instrumentos, permitindo a conclusão deste trabalho.
- Aos meus alunos de todos os tempos, pelo despertar desta necessidade.

Muito obrigada a cada um e a todos!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

A Deus
que me permitiu descobrir forças na
adversidade e redobrou a minha fé.

À Maria,
minha mãe
e à Zica que me acompanharam
durante esta trajetória.

Ao Professor José Luiz Domingues,
meu orientador e amigo
e à Professora Maria Hermínia Domingues
que estão muito além da ciência,
como seres integrais.

À Dilma Yamada,
pelo cotidiano estímulo
nos dias de desânimo e cansaço
e pela amizade.

Aos meus amigos,
pelo valor que dou à amizade
que me sustentou.

Ao Miguel Colabri,
como parte integrante do cenário
que marcou o momento em que retomei
este trabalho.

RESUMO

O presente estudo analisa o processo de formação do Nutricionista no Brasil tomando como referência a visão dos Docentes, Discen-tes, Nutricionistas e Entidades de Classe, passando pela trajetória histórica, formação e prática do profissional.

Trata-se de uma pesquisa com vistas a oferecer uma compreensão globalizadora da relação entre Sociedade, Saúde e a formação do nutricionista. Levantamos os dados a partir de consulta aos documentos e publicações sobre o assunto, e da aplicação de questionários aos quatro grupos de sujeitos pesquisados.

A análise das informações evidenciou problemas na prática, enquanto exercício da profissão e na relação desta com a teoria veiculada através dos cursos de formação.

A partir de uma análise, onde procuramos estabelecer o confronto entre a teoria e a prática e dele retirar a percepção de cada grupo estudado, concluímos que alguns fatores apresentam força de determinação nessa formação porém, neste contexto, a contribuição da formação acadêmica representa em viés relevante.

Identificamos cinco eixos aglutinadores destes pensamentos sobre a formação do Nutricionista: alcance do objetivo do curso, perfil do profissional, prática pedagógica docente, dissociação entre teoria e prática e o papel social do nutricionista.

A partir da nossa leitura como profissional da área, interseccionada com a história da formação e a visão dos quatro grupos, formulamos seis teses para subsidiar a discussão sobre a formação do profissional, com vistas a nortear o processo de mudança.

ABSTRACT

The present study seeks to analyse the training of nutritionists in Brazil from the point of view of the teachers, students, nutritionists and working representatives. It will take into account the historical development, the training and the professional practice of these graduates. The research seeks to give a global understanding of the interrelation between society, health and the nutritionist. The data was obtained from documents and other publications on the subject as well as questionnaires which were distributed to the four subject-groups studied. Analysis of the data revealed problems in the day-to-day practice of the profession and its relationship with the body of theoretical input given during the course. In attempting to confront the theory with the practice as a basis for extracting a profile of each case-study group, it was concluded that certain factors play a determining role and that, in this context, the contribution of the academic training represents a relevant deflection. Five cumulative strands that give credence to this belief on the training of nutritionists were identified. They are: the achievement of course objectives; the professional profile; the activity of the teaching corps; the disassociation between theory and practice and the social role of the nutritionist.

From professional reading within the area intermingled with the history of the training of the four groups and their views, six theories were formulated. They serve as the basis for a discussion on the professional training with a view to guiding a process of change.

Graças dou por esta vida
Pelo bem que revelou;

Graças dou pelo futuro
E por tudo que passou.

Pelas bênçãos derramadas,
Pelo amor, pela aflição

Pelas graças reveladas,
Graças dou pelo perdão.

Augusto Ludvig Storm

SUMÁRIO

| | Página |
|---|--------|
| GRÁFICOS..... | xiii |
| TABELAS..... | xiv |
| ANEXOS..... | xv |
| | |
| 1 - O PROBLEMA: SUA INVESTIGAÇÃO | 01 |
| | |
| 2 - FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA E O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO NO BRASIL..... | 16 |
| 2.1 - Os primeiros passos..... | 17 |
| 2.2 - O curso superior de Nutricionista..... | 21 |
| 2.2.1 - Momento de 1964-1968..... | 29 |
| 2.2.2 - Momento de 1968-1976..... | 35 |
| 2.2.3 - Momento de 1976-1991..... | 41 |
| 2.3 - Reconceptualização do profissional: a nova lei que regulamenta a profissão..... | 57 |
| | |
| 3 - A PROFISSÃO DE NUTRICIONISTA: CONFRONTO ENTRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA..... | 68 |
| 3.1 - Visão Docente..... | 69 |
| 3.1.1 - Alcance do objetivo geral do curso..... | 74 |
| 3.1.2 - Política curricular analítica x Relação de poder e a ideologia..... | 79 |
| 3.1.3 - Dinâmicas utilizadas nas discussões curriculares..... | 82 |
| 3.1.4 - Reformulação curricular x Conhecimento específico na área de currículo x Apoio pedagógico..... | 85 |
| 3.1.5 - Trabalhos desenvolvidos a nível nacional pela categoria de nutricionis- tas x Influências nas modificações curriculares..... | 89 |
| 3.1.6 - Modificação do perfil do profissional via currículo..... | 92 |
| 3.1.7 - Sugestões para a formação do nutricao- nista x Situação atual da sociedade brasileira..... | 95 |
| 3.2 - Visão Discente..... | 98 |
| 3.2.1 - Expectativa no início do curso..... | 100 |
| 3.2.2 - Objetivo do curso..... | 103 |
| 3.2.3 - Proposta teórica contemplada na prática..... | 105 |
| 3.2.4 - Entraves da prática X Formação profissional..... | 108 |
| 3.2.5 - Visão de mundo recebida no curso x Visão de mundo dos profissionais..... | 112 |

| | |
|--|-----|
| 3.3 - Visão do nutricionista..... | 116 |
| 3.3.1 - O nutricionista x Reais necessidades da sociedade..... | 118 |
| 3.3.2 - Formação teórica x Realidade da prática profissional..... | 123 |
| 3.3.3 - Entraves encontrados ao iniciar a profissão.. | 126 |
| 3.3.4 - Sugestões de modificações curriculares..... | 129 |
| 3.3.5 - Contribuição do nutricionista no processo de erradicação da fome..... | 131 |
| 3.4 - Visão das entidades de classe..... | 135 |
| 3.4.1 - Insatisfação como traço marcante da prática profissional..... | 138 |
| 3.4.2 - Entraves da prática x Formação profissional.. | 141 |
| 3.4.3 - Reformulação curricular/sugestões..... | 144 |
| 3.4.4 - Melhoria da situação nutricional do brasileiro x Envolvimento de todas as áreas de nutrição..... | 146 |
| 3.4.5 - Expectativa de apoio das entidades: Pessoal x Rumos da categoria..... | 149 |
| 3.4.6 - Pesquisas desenvolvidas pelas entidades | 152 |
| 3.4.7 - Pesquisas desenvolvidas pelos profissionais nutricionistas..... | 155 |
| 3.5 - O confronto de visão: docente/discente/nutricionista/ entidades de classe..... | 161 |
| 4 - CONSTRUINDO NOVAS PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA..... | 168 |
| 4.1 - Iniciando o debate..... | 169 |
| 4.2 - Determinantes sociais, políticos e econômicos da situação nutricional da sociedade brasileira..... | 174 |
| 4.2.1 - Sociedade, Saúde e Nutrição..... | 175 |
| 4.2.2 - Política Nacional de Alimentação e Nutrição. | 191 |
| 4.3 - A prática do Nutricionista - possibilidade e realidade..... | 199 |
| 4.3.1 - Área de Nutrição Clínica..... | 201 |
| 4.3.2 - Área de Alimentação Institucional..... | 207 |
| 4.3.3 - Área de Nutrição Social..... | 212 |
| 4.4 - A reconceptualização do curso: teses preliminares.... | 217 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 245 |
| ANEXOS..... | 249 |

GRÁFICOS

| | Página |
|---|--------|
| I - Visão Docente - Alcance do objetivo geral do curso... | 76 |
| II - Visão Docente - Política curricular analítica X Relação de poder e a ideologia. | 80 |
| III - Visão Docente - Dinâmicas utilizadas nas discussões curriculares..... | 83 |
| IV - Visão Docente - Reformulação curricular X Conhecimen- to específico na área de currículo x Apoio pedagógico..... | 87 |
| V - Visão Docente - Trabalhos desenvolvidos a nível naci- onal pela categoria de nutricionis- tas x Influências nas modificações curriculares..... | 90 |
| VI - Visão Docente - Modificação do perfil do profissional via currículo..... | 93 |
| VII - Visão Discente - Expectativa no início do curso..... | 101 |
| VIII - Visão Discente - Objetivo do curso..... | 104 |
| IX - Visão Discente - Proposta teórica contemplada na prática..... | 107 |
| X - Visão Discente - Entraves da prática x Formação profissional..... | 110 |
| XI - Visão Discente - Visão de mundo recebida na curso x Visão de mundo dos profissionais.... | 114 |
| XII - Visão do Nutricionista - O Nutricionista x Reais necessidades da sociedade... .. | 120 |
| XIII - Visão das Entidades de classe - Discussão da situação nutricional da população x Participação dos nutricionistas de todas as áreas.... | 148 |
| XIV - Visão das Entidades de classe - Expectativas de apoio das entidades: Pessoal x Rumos da categoria..... | 151 |
| XV - Visão das Entidades de classe - Pesquisas desenvolvidas pelas entidades..... | 154 |
| XVI - Visão das Entidades de classe - Pesquisas desenvolvidas pelos profissionais nutricionistas..... | 157 |

TABELAS

| | Página |
|--|--------|
| I - Nutricionistas que trabalham nos centros maiores: Número total e tipo de atividade (em 1964)..... | 33 |
| II - Prevalência de desnutrição em crianças no Brasil..... | 52 |

ANEXOS

| | Página |
|--|--------|
| I - Decreto lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ministério o Trabalho, Indústria e Comércio..... | 250 |
| II - Parecer nº 265 - Conselho Federal de Educação Comissão de Ensino Superior. Assunto: Reconhecimento do Curso de Nutricionistas em nível Universitário e Currículo Mínimo | 258 |
| III - Lei Federal 5276, de 24 de abril de 1967. Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências | 266 |
| IV - Resolução nº 36, do CFE de 23 de dezembro de 1974. Fixa os currículos mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação e Nutricionista | 271 |
| V - Lei Federal nº 8234, de 17 de setembro de 1991. Regula a profissão de nutricionista e determina outras providências | 275 |
| VI - Questionário aplicado aos docentes | 280 |
| VII - Questionário aplicado aos discentes | 282 |
| VIII - Questionário aplicado aos nutricionistas | 284 |
| IX - Questionário aplicado às entidades de classe | 285 |
| X - Cursos de Nutrição consultados | 287 |
| XI - Entidades de Classe Consultadas | 288 |
| XII - Visão docente - formas discutir currículo | 289 |
| XIII - Visão docente - modificação no perfil profissional. | 290 |
| XIV - Visão discente - expectativa no início do curso .. | 291 |
| XV - Visão discente - objetivo do curso | 292 |
| XVI - Visão discente - proposta teórica não contemplada na prática | 293 |
| XVII - Visão discente - entraves encontrados na prática | 294 |

| | | |
|-------|---|-----|
| XVIII | - Visão do nutricionista - O Nutricionista X necessidades da sociedade | 295 |
| XIX | - Visão do Nutricionista - formação teórica X realidade prática | 296 |
| XX | - Visão do nutricionista - entraves ao iniciar a profissão | 297 |
| XXI | - Visão do nutricionista - sugestões para modificações curriculares | 298 |
| XXII | - Visão do nutricionista - contribuição para erradicação da fome | 299 |
| XXIII | - Visão das entidades de classe - insatisfação como traço marcante | 300 |
| XXIV | - Visão das entidades de classe - entraves da prática X formação profissional | 301 |
| XXV | - Visão das entidades de classe - sugestões para reformulação curricular | 302 |
| XXVI | - Visão das entidades de classe - pesquisas realizadas pelos nutricionistas | 303 |

CAPÍTULO 1

O PROBLEMA - SUA INVESTIGAÇÃO

"Um curso universitário é concebido como um livro sobre o assunto. Mas alguém pode se tornar culto com a leitura de um só livro? Trata-se, portanto, do problema do método no ensino universitário: na Universidade, deve-se estudar ou estudar para saber estudar? Deve-se estudar "fatos" ou o método para estudar os "fatos"? (p. 148)"¹

A origem deste trabalho confunde-se com o início da nossa trajetória como docente na Universidade Federal de Goiás, momento em que passamos a colaborar no processo de formação do profissional Nutricionista, percebendo, passo a passo, nesse cotidiano, a necessidade de compreender essa formação no conjunto de suas relações com os demais setores da sociedade brasileira numa perspectiva mais totalizadora.

¹ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*.

Fomos percebendo que um ponto de fragilidade, identificado nas discussões, na diversidade das categorias da área de saúde, aponta para a mesma direção: há necessidade de se discutir a formação dos profissionais, numa perspectiva histórico-social, garantindo possibilidades reais de avanço no projeto de formação.

A formação de um profissional representa um conjunto de aspectos internos, inerentes ao curso, e externos, inerentes à relação sociedade/profissional, que se interrelacionam dialeticamente. Sem perder de vista esta relação, localizamos o *currículo* como eixo central neste trabalho, a partir do qual estamos propondo vários desdobramentos, no estudo do curso de formação de Nutricionista.

Entendendo que o *currículo* é o projeto/instrumento que viabiliza e operacionaliza uma proposta político-pedagógica, optamos por identificá-lo na concepção de docentes, de discentes do último período do curso de Nutrição, de Nutricionistas e de entidades que congregam a categoria.

Cabe ressaltar que a análise desta formação, tendo como interlocutores os grupos acima citados, passou pela contextualização histórico-social do *currículo*, visando dar-lhe a possibilidade de desvelar o atual projeto de formação deste profissional.

Convém, a título de unidade de linguagem, dizer que entendemos *currículo* não só como uma proposta normativa ou teórica mas, também, concordando com PÁDUA,

*...o momento em que uma proposta teórica é posta em movimento - ação, no sentido de tornar concretos os momentos de seleção, organização e distribuição deste conhecimento.**

Na qualidade de agente desse processo, como docente de uma escola de formação de Nutricionista, desde o início do seu ciclo profissional, no ano de 1977², tendo participado, em decorrência, do processo de elaboração do seu currículo e de suas posteriores modificações, passamos, a partir de 1986, a reestudar, como discente no curso de Mestrado em Educação, a formação do Nutricionista, numa perspectiva mais totalizadora.

Percebemos, durante essa nossa trajetória, que os currículos de formação de Nutricionista ressentiam-se de pressupostos teóricos explícitos que os sustentassem, denotando desarticulação na sua construção.

O *Seminário Nacional de Avaliação dos Cursos de Nutrição no Brasil*, na cidade de Brasília, em 1982, nas análises dos currículos dos cursos de formação de Nutricionistas, identificou a dificuldade de contextualização dos conteúdos bem como de articulação do bloco biológico com o bloco social.

² PÁDUA, H.T. de S. *Enfoque sociológico de currículo: análise de um caso.*

³ O Curso teve início em 1976, somente com disciplinas do Ciclo Básico, conforme sugere a Lei 5540/68, que fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Para os problemas encontrados foram apontadas algumas causas e, dentre elas, a falta de equilíbrio na distribuição da carga horária por bloco de matérias. É interessante perceber que não se tocou no elemento construtor desse currículo que é o professor, responsável pelo desdobramento da proposta pedagógica, entendendo que não se pode aceitar a prática pedagógica como arte de disseminar conteúdos, apenas.

Propusemo-nos, neste trabalho, a analisar o que temos, o que fazemos e o que queremos, com vistas a contribuir com elementos que possam orientar as modificações curriculares necessárias, dando-lhes conexão lógica entre o perfil do profissional que se deseja formar e a organização e planejamento desses currículos.

A preocupação que nos levou a formular a questão e a aprofundar o conhecimento sobre as fissuras na construção dos currículos de formação de Nutricionistas é discutida também por YOUNG⁴ ao referir-se à negligência da maioria dos educadores quando praticamente aceitam, sem contestar, os conteúdos educacionais como um dado não passível de investigação científica.

Segundo o autor, o trabalho de reorganização curricular é reduzido a acréscimos, extinção, remanejamento de disciplinas, carga horária, objetivos, pré-requisitos, redistribuição de conteúdos, etc. Este fato foi observado durante as discussões desencadeadas no *Diagnóstico dos Cursos de Nutrição*⁵ e no *Seminário Nacional de Avaliação dos Currículos de Nutrição*⁶. O conjunto dos

⁴ YOUNG, Michael, F. D. *Knowledge and control*.

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Os Cursos de Nutrição no Brasil*.

⁶ *Idem*.

docentes tendeu a abandonar as discussões mais amplas de currículo e restringiu-se a aspectos de disciplina, carga horária, etc.

Apesar de nestes encontros se levar a discussão do currículo a extrapolar os muros da universidade, envolvendo associações de classe e outros segmentos da sociedade, percebemos que o processo não ultrapassa, na prática, a dimensão técnico-pedagógica do currículo, onde os pressupostos e fundamentos teóricos que subjazem as propostas, não são considerados.

Em 1987, durante o *Congresso Brasileiro de Nutrição (XI CONBRAN)*⁷, realizado em Salvador, quando se deu continuidade aos trabalhos anteriores, ainda foi possível perceber a dificuldade dos cursos em avançar na direção de uma discussão mais ampla, ultrapassando os limites da grade curricular, conteúdos, carga-horária, embora a proposta de discussão contemplasse aquele aspecto.

Esta questão é discutida por PÁDUA quando afirma que *devemos ser guiados para levantar questões sobre a forma como estes conhecimentos são selecionados e legitimados.*⁸

Neste sentido, ao percebermos o processo educativo no âmbito das relações sociais, é mister que se questione a função social da educação, bem como as imbricações desta no interior das determinantes objetivas da sociedade.

⁷ SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE NUTRIÇÃO - FEBRAN - Anais...

⁸ PÁDUA, op. cit.

Esta preocupação já vimos contemplada durante o *XII CONBRAN* em 1989⁹, na cidade de Blumenau, ocasião em que o próprio tema do congresso pretendeu levantar, a partir dos trabalhos apresentados, os pontos nodais da formação do Nutricionista.

O que? O como? O porque? O quando? e O para quem ensinamos? são questões que passam por uma visão de homem e de mundo. As respostas devem possibilitar elementos para análise da práxis educativa, a partir da totalidade e da dinamicidade em que esta se insere na sociedade.

O resgate do processo educativo e de suas implicações nos coloca diante de indagações sobre os papéis de educando e educador, definindo competências e compromissos que, sem dúvida, implicam no encaminhamento do fazer e do pensar político-pedagógico.

Partindo, inicialmente, de uma observação não sistematizada, pudemos perceber e constatar, na prática dos docentes Nutricionistas, que técnicos trabalham na formação de outros técnicos, pautando-se na reprodução da teoria e da prática aprendidas durante o seu exercício profissional.

é importante ressaltar que a falta de preparo para a docência nas universidades não é privilégio dos professores de nutrição. Pela prática da docência no magistério superior, tem se entendido que os profissionais verticalizam, nos cursos de Pós-Gra-

⁹ CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO, 12, *Anais...* Obs: Este evento foi revestido de muita importância uma vez que conseguiu dar continuidade à discussão da formação profissional no país.

duação - mestrado ou doutorado, uma área específica dentro da ciência de que trata o seu objeto de trabalho, distanciando-se, cada vez mais, do universo curricular onde ela se insere. Efetivamente, não há um preparo para a função específica que é a docência. O técnico competente não é, necessariamente, um docente competente, mesmo egresso de cursos de Pós-Graduação.

Sentimos que a modificação desse quadro dar-se-á a partir da reflexão sobre a prática pedagógica, respaldada pelo efetivo conhecimento da relação teoria-prática, sustentado, por sua vez, pela indissolubilidade de outra relação fundamental que é a dos conteúdos e métodos de ensino. Para tanto, é preciso que estes técnicos - docentes tomem consciência da sua função pedagógica e abram horizontes em relação a sua prática pedagógica, enquanto atividade específica, articulada e não sujeita à neutralidade.

Revendo as conclusões e recomendações do *Diagnóstico dos Cursos de Nutrição no Brasil*¹⁰, percebemos que as preocupações com o currículo e o corpo docente não avançaram no plano pedagógico, atendo-se ao estritamente técnico. Por exemplo, na análise de situação do corpo docente, percebe-se a ausência de questionamentos em relação à formação pedagógico-prática do docente para a sua função. O núcleo das discussões foi a formação e os problemas específicos da ciência da Nutrição.

¹⁰ BRASIL. MEC/SESU, Op. cit. Os resultados das análises regionais foram apresentados no *Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição*, Brasília, DF, 1982.

Nesta linha de análise encontramos em LIBÂNEO²¹ fundamentação sobre a docência no magistério superior, quando afirma:

"... o professor de ensino superior não é somente um especialista na matéria. Ele é, quer queira quer não, um pedagogo. A especialização científica e técnica é indispensável, mas quando se trata de ensinar a disciplina, é impossível fazê-lo bem feito, se ele não pedagogiza a ciência".

É este técnico que se "faz docente" que tem por tarefa converter as bases da ciência ou da técnica em saber escolar, o que é "pedagogizar". É neste momento que lhe compete, portanto, transformar os produtos do saber científico em conteúdos didaticamente assimiláveis, visando o ensino; selecionar e organizar os conteúdos para serem transmitidos e assimilados ativa e simultaneamente pelo aluno, pelos seus próprios recursos intelectuais, ao mesmo tempo reelaborados na experiência pessoal e prática de cada um.

O docente-nutricionista para perceber o *como fazer* que o levará a atingir os objetivos propostos pelo curso e a alcançar uma visão de globalidade do contexto onde se insere o profis-

²¹. LIBÂNEO, J. C. *As teorias educacionais e a reflexão sobre o fenômeno pedagógico-didático.*

sional Nutricionista a ser formado, tem necessidade de preparar-se para a docência de uma forma mais ampla, articulando o específico da nutrição com o específico de outras ciências afins, incluindo a pedagogia.

No meio docente da área de Nutrição, existe grande resistência em relação às discussões que levem a analisar a prática pedagógica, em oposição à tendência em circunscrever estas discussões aos assuntos puramente técnicos da área. Alguns, por outro lado, tendem a negar radicalmente a técnica enquanto instrumento, como se esta pudesse ser abolida ou a rotular de "tecnicista" qualquer situação que necessite do apoio de técnicas em sua prática. O que se conhece realmente de tecnicismo? Na realidade o que temos encontrado são chavões de domínio comum, entre estes docentes da área de saúde e, um desconhecimento pedagógico que compromete a sua prática, enquanto meio para fornecer os elementos da análise quanto às suas implicações com o ensino da ciência da Nutrição.

A questão central, a nosso ver, não se trata de nos situarmos, de um lado, na ideologia tecnológica ou, de outro, na ideologia humanista. No âmbito da ideologia tecnológica, tendo uma visão universal de doença, as técnicas têm um fim em si mesmas e a educação é considerada como sinônimo de instrução. No seio da ideologia humanista, tendo uma concepção multicausal da doença, as técnicas não são descartadas e sim utilizadas como meio, a educação vista de forma mais abrangente: instrumentalização acrescida de alteração de conduta. Na verdade, a polarização nos conduz a extremos que perdem pela sua fragilidade.

O âmago da questão deveria residir na reorientação da nossa prática, de modo a refletirmos, conjuntamente, os cursos de Nutrição e suas vinculações às políticas sociais, garantindo a possibilidade de delinear-mos o(s) paradigma(s) teórico(s) da ciência da Nutrição.

Para explicitar os pressupostos que sustentam o currículo e viabilizá-lo na prática, é necessário ir além dos limites da Nutrição. É necessário percebê-lo de forma contextualizada e histórica.

O trabalho a que nos propusemos realizar vem com a perspectiva de reconceptualizar o Curso de Nutrição, contribuindo para mudanças substantivas. Verticalizamos pontos importantes do papel social do profissional, da sua formação e da nutrição, enquanto ciência. Desta forma, este estudo representa mais um elo na cadeia formada por outras publicações¹² que abordam aspectos do objeto investigado.

A nossa contribuição vem complementar esse grupo de estudos que procurou analisar a questão da Ciência da Nutrição e a sua aplicação social, aprofundando alguns aspectos de natureza estrutural e conjuntural da formação do Nutricionista.

¹² BOSI, M. L. H. *A Face oculta da Nutrição; ciência e ideologia*. BRASIL. MEC/SESU. *Os Cursos de Nutrição no Brasil*. CASTRO, Ana Maria. *Nutrição e desenvolvimento, análise de uma política*. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO. I e II Encontros Nacionais das Entidades de Nutricionistas. L'ABBATE, Solange. *Fome e Desnutrição; os descaminhos da política social*. MATTOS, S. H. H. *Estágio supervisionado em nutrição clínica; princípios e recomendações*. SANTOS, Sandra Chaves dos. *Nutricionista & Sociedade Brasileira*. YPIRANGA, Lúcia. GIL, Maria de Fátima. *Formação profissional do nutricionista; por que mudar?*

Os pontos levantados por esses trabalhos representam, no seu conjunto, o *background* para analisarmos a prática profissional do Nutricionista, bem como sua formação.

No presente trabalho, procuramos identificar o antagonismo implícito na relação entre a prática profissional possível e a formação acadêmica recebida, a partir da vivência do Nutricionista, do docente Nutricionista, das entidades de classe e do discente-nutricionista do último período, visando fornecer subsídios para o processo de reformulação curricular que vem se desencadeando nos cursos e estimulado, atualmente, pela lei Federal 8234, de 17/09/1991, que regula a profissão de Nutricionista e determina outras providências.

O nosso caminho no sentido de reconceptualizar a área passou, inicialmente, pelas disciplinas obrigatórias e eletivas do Mestrado em Educação Escolar Brasileira da Universidade Federal de Goiás, onde identificamos os pressupostos teóricos para subsidiar as discussões levantadas.

O segundo passo nessa trilha foi no sentido de procurar, na literatura, a produção da área sobre a formação do Nutricionista, a relação saúde/nutrição e sociedade.

Assim, ao olhar para trás, compartilhamos com a preocupação daqueles que entendem a categoria com um caminho ainda a ser seguido, com grandes perspectivas no sentido de assumir o seu verdadeiro papel social.

A partir daí, busca-se um novo viés para essa discussão, tentando avançar na compreensão da formação do Nutricionista, absorvendo o já identificado pelos outros estudiosos da área.

Na busca de uma nova postura para reconceptualizar o objeto, identificamos em Adam SCHAFF¹⁹ o parâmetro epistemológico para sustentar essa construção.

Em SCHAFF¹⁹, encontramos a abordagem de três modelos para compreensão da relação entre sujeito e objeto.

O primeiro, o modelo mecanicista, onde o sujeito apresenta-se com papel passivo de mero registro do objeto. O autor denomina este sujeito, de contemplativo e receptivo.

Neste modelo, o processo de ensino-aprendizagem está baseado na transmissão cultural. A assimilação da aprendizagem pelo sujeito é mecânica.

O segundo, é o modelo idealista-subjetivista, caracterizando-se pela predominância ou exclusividade do sujeito. Aqui o objeto passa a ser visto como produção desse sujeito. Aprender se torna uma atividade de descoberta, uma auto-aprendizagem.

SCHAFF¹⁹ dá um tratamento dialético ao terceiro modelo, denominado, por ele, de objetivo-ativista.

¹⁹. SCHAFF, Adam. *História e verdade*.

Nessa situação, sujeito e objeto possuem existência real e objetiva, guardando uma perfeita interação. Elimina-se a oposição absoluta entre um e outro.

A interação dá-se no enquadramento da prática social do sujeito que apreende o objeto na-e-pela-sua atividade. Aqui uma educação crítica questiona, concretamente, a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando a transformação.

A nossa leitura passou por este terceiro modelo, com o qual identificamos a nossa busca do objeto.

A consolidação dos dados apresenta-se em quatro capítulos. Neste *primeiro*, identificamos o problema e descrevemos a sua trajetória na investigação.

Nesse caminhar, recorreremos a fontes bibliográficas primárias¹⁴: documentos legais, publicações oficiais e publicações não oficiais, procurando articular a retrospectiva da formação com os diversos momentos sócio, político e econômico do país. Esta fase está consolidada no capítulo *dois*.

Em seguida, imergimos no mundo empírico¹⁵, para levantar os dados dos diferentes sujeitos, onde a visão identificada, em cada um dos quatro grupos, passou a representar uma janela rele-

¹⁴. As inúmeras fontes bibliográficas primárias, identificadas, catalogadas e trabalhadas vão sendo apresentadas no transcurso do capítulo dois.

¹⁵. O delineamento metodológico da coleta de dados de campo, optamos por fazê-lo no capítulo *três* junto com a apresentação e análise dos dados.

vante nesta discussão. Esta fase está consolidada no capítulo três.

Nas questões propostas aos docentes, discentes, Nutricionistas e entidades de classe, procuramos estabelecer um confronto entre a formação e o exercício profissional. Ao final, procuramos identificar as similaridades e os antagonismos da visão de cada grupo de sujeitos pesquisados.

A partir da reconstrução da história, do levantamento dos dados empíricos, dos estudos sobre a sociedade brasileira já existentes na literatura e da nossa experiência profissional, percebemos que o trabalho não mais passaria somente pelo *Currículo-Formação* e sim pela relação Sociedade, Saúde e Formação do Nutricionista em que o currículo é engrenagem necessária mas não suficiente.

Nesse sentido, a organização da discussão levada a termo no capítulo quatro, abre possibilidades para além do *currículo*, quando nos propusemos a construir novas perspectivas para a formação do Nutricionista, sistematizadas na primeira parte sob a forma de concepção teórica e na segunda parte com a apresentação de seis teses.

Por opção, ao invés de discutir/analisar, num capítulo, a estrutura da sociedade brasileira, permeamos todo este trabalho com esta análise, tendo por base autores como Otavio IANNI, Madel T. LUZ e Francisco WEFFORT.¹⁶

¹⁶. IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. LUZ, Madel T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*.

Colocamos, em anexo, os instrumentos de coleta de dados e alguns dos documentos legais consultados, com o objetivo de permitir uma análise crítica da qualidade dos dados que deram sustentação a esta reflexão.

Este trabalho representa o estágio teórico em que nos encontramos e nele identificamos limitações temporais e financeiras que sinalisaram até onde poderíamos ir.

Cabe salientar a dificuldade encontrada em obter respostas aos nossos instrumentos no seio da categoria. O que para alguns significa perda de um precioso tempo, para outros, poderia significar talvez uma denúncia de uma realidade particular a cada curso, a cada serviço, a cada entidade.

O que fixa a base de sustentação de toda nossa reflexão é a crença de que pensar *currículo* implica em clareza dos pressupostos teórico-metodológicos que o alicerça, na articulação destes com a concepção de Educação e no comprometimento político deste com o projeto de sociedade que se deseja viabilizar.

CAPÍTULO 2
FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA
E O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E ECONÔMICO NO BRASIL

Neste capítulo fez-se uma tomada retrospectiva da história da formação do profissional Nutricionista no Brasil, estruturando-a em três períodos.

A cada um dos períodos procurou-se dar a visão do contexto histórico-social que abrigou o caminho trilhado para formar esse profissional.

O primeiro retroagiu à formação do Nutricionista a nível de segundo grau, o antigo *Dietista* (1940-1962). Caminhando-se pelo segundo período (1962-1991), em que o Nutricionista já passava, por força de lei, a ser um profissional de nível superior, foram considerados três momentos como marcos importantes relacionados à história da sociedade brasileira. O terceiro período (1991-1992) é o atual em que o profissional é reconceituado a partir da nova lei que regulamenta a profissão (Lei federal nº 8234/91).

2.1 - Os primeiros passos

Para que se possa identificar o Curso e analisar sua história, é necessário voltar às origens da profissão até chegar ao momento em que ocorreu a expansão do ensino superior no País e proliferaram os cursos de Nutrição, tentando atender às necessidades do mercado, colocando em segundo plano as necessidades da população.

No início da década de quarenta, surge o "Dietista", profissional de nível médio, no ambiente hospitalar para atender às necessidades do indivíduo enfermo a partir do conhecimento da composição dos alimentos e da sua aplicação na recuperação da doença. É dentro do hospital que a atividade do profissional também contém o seu papel de elemento racionalizador, administrativo, responsável pela redução de gastos e custos.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1940), com a implementação de políticas sociais de atendimento ao trabalhador, como processo de legitimação da política do governo, a formação do Dietista é incentivada para cobrir a necessidade de mão de obra para os restaurantes do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).

"Sem dúvida, para o governo, todos os problemas são importantes e essenciais, entretanto, se algum devesse ser apontado em primeiro lugar, este, certa-

mente, seria o da alimentação. (p. 121)''¹

O SAPS foi criado pelo Decreto-Lei nº 2478, de 5 de agosto de 1940², com personalidade jurídica e sede na então Capital da República, diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, destinado, principalmente, a assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados aos respectivos Ministérios, população essa que significava o maior contingente de trabalhadores a serem atingidos.

Conforme o que consta no artigo segundo do Decreto, a função desse órgão era propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata. Melhorar a alimentação do trabalhador e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, passava a ser um objetivo com dupla função.

A partir da necessidade criada de se dar sustentação e condições a todo este trabalho, incentivava-se a formação do Dietista como profissão de nível médio.

Da década de quarenta à década de sessenta, onde acentua-se a atuação desse profissional, ocorreram mudanças substanciais na forma de organização da categoria e na sociedade brasi-

¹ Discurso proferido pelo Ministro Gustavo Capanema, em 1940, no Palácio Tiradentes. In: CASTRO, Anna Maria. *Nutrição e desenvolvimento; análise de uma política.*

² ANEXO I: Cópia do texto integral do Decreto nº 2478, de 5/8/1940.

leira as quais determinaram o crescimento e valorização do Dietista.

O trabalho executado ganhava a dimensão de atendimento coletivo, e no interior da instituição hospitalar, não deixava nada a desejar quando comparado aos demais membros da equipe de saúde.

A vontade governamental que ampliou a categoria para dar o respaldo técnico às políticas sociais, especificamente às de alimentação do trabalhador, inicialmente fazendo funcionar o SAPS, deu continuidade ao seu programa político criando vários órgãos com objetivo específico de cuidar da alimentação.

O Dietista que, aos poucos, ganhava outro espaço além do hospital, onde fazia parte da equipe de saúde, trabalhava, agora, no atendimento coletivo, fazendo jus à sua vertente administrativa, conciliando as necessidades nutricionais dos comensais à racionalização dos custos dessa operação. Nesse contexto, ainda era esperado do Dietista o seu papel de educador, desenvolvendo a Educação Nutricional que recebia toda uma conotação de eliminação dos tabus, responsável maior pela nutrição inadequada dos indivíduos, conforme se pode perceber através dos cartazes educativos colocados nos restaurantes.

Esse profissional técnico de nível médio, que recebia conhecimentos de Biologia, Cálculo, Higiene, Saúde Pública e Administração, fazendo parte de equipes multidisciplinares, percebeu a necessidade da sua equiparação aos demais profissionais, a partir da formação de nível superior. Para tanto, organizou-se e

atingiu o seu objetivo ainda na década de sessenta, isto é, a criação do Curso Superior de Graduação em Nutrição, em 1962.

Um terceiro elemento da prática profissional do Dietista que contribuiu para o salto qualitativo foi o convívio com o confronto da divisão social do trabalho na equipe de saúde. O prestígio social e a conseqüente elevação de faixa salarial, atribuídos aos profissionais com qualificação de terceiro grau, flagrava a posição não prestigiada desse técnico.

Historicamente, a construção dessa mudança fomentou-se como um processo gradativo a partir de dois elementos: o envolvimento do profissional em atividades com um nível de complexidade crescente e o despertar da consciência do seu papel social.

Nesse contexto, alguns elementos constituintes da realidade da prática concreta do Dietista fomentaram uma percepção mais totalizadora da sua atividade profissional.

A equiparação do Dietista aos demais profissionais da equipe de saúde enquanto desempenho técnico relativo ao paciente, aliada à organização de entidades, inicialmente em associação de caráter cultural, levou a categoria a um nível de organização e questionamento significativo, de caráter reivindicatório.

A primeira associação fundada no Brasil - Associação Brasileira de Nutricionistas (ABN), em 31 de agosto de 1949, criou a possibilidade de organização da produção científica em alimentação e nutrição além de representar o fórum das discussões da categoria.

O novo profissional que substituiria o Dietista foi forjado num processo gradativo de maturação da categoria.

2.2 - O curso superior de Nutricionista

No Brasil a formação do atual Nutricionista data da década de quarenta: Universidade de São Paulo - São Paulo; Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO; Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Seguindo-se na década de cinquenta: Universidade Federal da Bahia - UFBA - e Universidade Federal de Pernambuco - UFPe. Na década de sessenta: Universidade Federal Fluminense - UFF. Este total de sete Cursos permanece até 1975.³

Dos sete cursos, quatro localizavam-se na cidade do Rio de Janeiro. Três deles foram criados quando a cidade era a Capital Federal do país.⁴

Inicia-se, a partir de 1976, o crescimento acelerado dos Cursos de Nutrição à semelhança de outros Cursos Superiores no país. Esta expansão guarda relação política com a expansão econômica da época.⁵

Em 1962, o curso de Nutrição passa a ser considerado de nível superior, de acordo com o Parecer nº 265, aprovado em 19

³ BRASIL.MEC-SESU. *Os cursos de nutrição no Brasil*.

⁴ Lembrar que nesse período o profissional era formado a nível de segundo grau.

⁵ YPIRANGA, Lúcia. GIL, Maria de Fátima. *Formação profissional do nutricionista; por que mudar?*

de outubro de 1962, pelo Egrégio Conselho Federal de Educação.⁶

A transição na formação do profissional de nível médio, o Dietista, para o Nutricionista, de nível superior, é marcada pelas necessidades e preocupações explicitadas na *I Conferencia sobre adiestramiento de Nutricionistas - Dietistas de Salud Publica*, realizada em Caracas, Venezuela, de 24 a 30 de julho de 1966.

*"... a Organización Panamericana de la Salud realizó un estudio de las necesidades y recursos de personal profesional en nutrición en los servicios de salud de los Países Miembros, específicamente de Nutricionistas y dietistas, que son sin duda la base de cualquier programa ya sea a nivel hospitalario o asistencial o de prevención y promoción de la salud. (p. 5)"*⁷

A Conferência foi assistida por vários diretores e docentes das escolas de Nutrição e Dietética da América Latina. Vários organismos internacionais fizeram parte das discussões, entre eles a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e consultores técnicos e funcionários da Organização Panameri-

⁶ ANEXO II: Parecer nº 265, de 19/10/62.

⁷ ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. *Formacion academica de nutricionistas-dietistas en America Latina*.

cana de Saúde (OPS)*.

Esse encontro internacional teve papel importante na definição dos conteúdos desse novo profissional de nível superior no Brasil.

Dentre os principais objetivos da Conferência encontra-se: determinar de maneira geral as responsabilidades do Nutricionista-dietista como profissional nos programas dos serviços de saúde; descobrir os elementos indispensáveis de ensino que requer esse profissional e estabelecer qualificações para essa categoria profissional.

A Conferência chegou à seguinte definição do Nutricionista-Dietista:

*"O Nutricionista-dietista é um profissional de nível universitário, qualificado por formação e experiência para atuar nos serviços de saúde pública e assistência médica, com o fim de melhorar a nutrição humana, essencial para a manutenção do mais alto nível de saúde. (p. 14)"*⁹

As recomendações emanadas da Conferência foram dirigidas às autoridades governamentais e universitárias de cada País e

* ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, op. cit...

⁹ Idem.

entre elas estava a de se estabelecer legislação sobre a profissão universitária de Nutricionista-dietista e seu exercício profissional. Com relação a esse aspecto promulgou-se no ano seguinte, 1967 a Lei nº 5276, de 24/4/67, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.¹⁰

Essa Lei permitiu aos habilitados a inserção no mercado de trabalho com a garantia da normatização do seu exercício profissional.

No sentido de resolver o conflito da existência de Dietistas formados a nível médio e de Nutricionistas que já haviam feito o curso dentro dos padrões do ensino de terceiro grau, a partir de 1962, a Lei do exercício profissional permitiu, no seu artigo segundo, alínea "b", o exercício da profissão aos Nutricionistas e Dietistas existentes até a data da promulgação da Lei.

A Conferência ainda aponta outras recomendações de caráter estrutural, tais como: revisão e avaliação dos programas de ensino, de acordo com as conclusões da Conferência; associação dos profissionais às entidades de caráter científico e gremial, visando alcançar elevados níveis técnicos através da intercomunicação e a filiação dessas entidades à Federação Latinoamericana de Associações de Nutricionistas e Dietistas. Ainda nesse grupo incluiu-se a recomendação de intercâmbio de informação e ações futuras.

A nível de recomendações de caráter internacional e bilateral, foram indicados a qualificação de pessoal docente, a

¹⁰. ANEXO III: texto integral da Lei 5276, de 24/4/67.

criação de um serviço de assessoria aos cursos pela OPS e UNESCO, o fornecimento de equipamentos e materiais de ensino pela UNICEF, a preparação de uma lista de livros textos, revistas e outros materiais de consulta sobre nutrição e alimentação e ciências afins a serem traduzidos para o espanhol e português pela UNICEF e UNESCO, e o patrocínio e organização de reunião num prazo de três anos, caracterizando a II Conferência, fato este que somente se deu em 1973, isto é, sete anos depois, em São Paulo, Brasil, de 21 a 27 de janeiro.¹¹

Esta segunda Conferência apresentava como objetivos: analisar os programas de ensino destinados à formação de Nutricionista-dietista e estabelecer mecanismos de comparação do conteúdo de cada curso; atualizar a definição de funções que correspondem ao Nutricionista-dietista nos diversos campos de atuação e definir o papel do pessoal auxiliar nos programas de nutrição e a função que corresponde ao Nutricionista-dietista no seu treinamento.

Em 1973 foi criada a *Comissão de Estudos sobre Programas Acadêmicos em Nutrição e Dietética da América Latina - CEPANDAL*, durante essa segunda conferência de Adiestramento de Nutricionistas-Dietistas da América Latina.

Dando continuidade às discussões sobre a formação do profissional, realizou-se ainda em 1973 a *I Reunião da Comisión de Estudios sobre programas académicos en Nutricion y Dietética da América Latina (CEPANDAL)*, em Bogotá, Colômbia, de 9 a 16 de setembro. A segunda reunião da CEPANDAL deu-se no ano seguinte, 1974, no

¹¹. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, op. cit.

período de 18 a 23 de setembro, em Washington. Ocorrendo em 1977, no Brasil, a terceira reunião desta Comissão.

As recomendações emanadas desses três encontros internacionais deram origem a modificações curriculares isoladas que garantiram diferenças substanciais entre os cursos, no Brasil. Até ao final da década de setenta havia condição de se identificar os cursos por tendências, por exemplo, o curso de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, tendendo para a área de Saúde Pública, o curso de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendendo para a área de Clínica.

A partir da década de oitenta, muito se passou a fazer no sentido de traçar um *perfil unitário do profissional Nutricionista*, apesar de se reconhecer as diferenças e diversidades regionais.

Percebe-se que, embora tenha ocorrido um avanço, a categoria ainda está longe da identidade que caracteriza o profissional, o que permitiria o caminhar no sentido de um papel social efetivo.

O início de estruturação da profissão foi acompanhado pela continuidade das políticas de alimentação do trabalhador que caminharam para uma verticalização, que se efetivou na década de setenta, com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Deu-se início a um redimensionamento no conceito do profissional e conseqüentemente das suas competências, na medida em que a formação foi sofrendo modificações do ponto de vista quanti-

tativo e qualitativo dos conhecimentos.

Além da importância da alimentação, outros aspectos influenciaram a ampliação do leque de ação do profissional Nutricionista. Entre eles podemos citar a responsabilidade da alimentação de todos os pacientes do hospital e, por conseguinte, exigindo dele conhecimento de administração. Nas décadas de 60 e 70, o conceito de alimentação na saúde estendeu-se a grupos de pessoas saudáveis, levando o Nutricionista ao planejamento da alimentação de escolas, de creches, de quartéis e de restaurantes de operários nas empresas, sendo então visto pelas instituições como elemento representativo da racionalização.

O papel do Nutricionista, dentro dos programas de Saúde Pública, ampliou-se a partir do desenvolvimento da Medicina Preventiva, bem como, da necessidade de um profissional responsável pela orientação e exercício de programas de nutrição voltados para a população. Não se tratava da negação do biologismo restrito, mas sim da tentativa de superação pela incorporação das variáveis sociais que são as determinantes do processo saúde/doença. Tratava-se, também, da valorização das práticas alternativas, da busca da captação do discurso popular sobre a relação do homem com o alimento e a alimentação para tentar integrá-lo, dialeticamente, ao discurso oficial representado pelas políticas sociais que incluem as Políticas de Alimentação e Nutrição.

Nesta ampliação de suas atividades, o Nutricionista passa do enfoque individual para o coletivo, trazendo a necessidade de integrar-se às atividades de outros profissionais.

Propulsionados por esta mudança, os Cursos de Formação de Nutricionista passaram, segundo YPIRANGA¹⁸ a mostrar, pelo menos formalmente, a preocupação em capacitar o Nutricionista a desempenhar atividade em quaisquer níveis de ação de saúde, ou complexidade de serviço. Observa ainda YPIRANGA¹⁹ que esta mudança está mais a nível do discurso teórico mostrando, na prática, a não consideração dos aspectos relacionados com a interpretação do social e sua integração ao biológico.

Após uma longa caminhada de vinte e cinco anos discutindo a formação do Nutricionista, chega-se ao momento atual quando, em setembro de 1991, reuniu-se a CEPANDAL na cidade de San Juan, Porto Rico, pela quarta vez, tendo como tema: *A formação do atual Nutricionista-Dietista na América Latina e a sua projeção para o ano 2.000.*

O objetivo geral dessa reunião foi o de *contribuir para o fortalecimento da formação e desempenho do Nutricionista-Dietista na América Latina.*

Considerando a estreita relação que guarda a base econômica da sociedade e a política educacional, é possível dividir esse período histórico em três momentos, no contexto da nação brasileira e neles inserir a formação do Nutricionista.

Analisando este período do ponto de vista sócio-político e econômico, delimitam-se três momentos: o primeiro entre

¹⁸. YPIRANGA, Lúcia. *O Nutricionista no Brasil: origem e evolução da profissão.*

¹⁹. *Idem.*

1964 e 1968; o segundo entre 1968 e 1976 e o terceiro de 1976 ao momento atual.

2.2.1 - Momento de 1964-1968

As mudanças ocorridas no plano econômico, político e social em 1964, determinaram uma avalanche de impactos no sistema educacional.

O ano de 1964 marca o final do período populista, de Juscelino Kubitschek e João Goulart, cuja característica principal foi a colocação política da impossibilidade de um desenvolvimento industrial capitalista independente, isto é, nacional.

O momento foi caracterizado por uma conjuntura de crise nas instituições, conforme detalha LUZ⁴⁴. Considerando-se que os alicerces da formação e, principalmente, da prática profissional do Nutricionista se deram no período compreendido entre 1962, quando o profissional passa a ser considerado de nível superior e 1967, com a lei do exercício profissional, identificam-se marcas deste momento imprimidas ao profissional recém colocado no mercado.

O curso superior de Nutricionista teve a sua duração determinada em três anos, com um ano de estágio prático.

A partir desse momento no Brasil a profissão de Nutricionista ganha, do ponto de vista legal, a sua primeira luta em prol da sua equivalência aos outros Profissionais na equipe de saú-

⁴⁴ LUZ, Madel, T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia.*

de.

À semelhança de outros cursos universitários, as exigências legais para admissão passam a ser o exame vestibular ou concurso de habilitação com provas escritas de física, química, biologia, português, francês ou inglês.¹⁵

Nesta ocasião foi aprovado o currículo mínimo composto de um ciclo básico e um ciclo profissional, deixando a possibilidade de se poder acrescentar outros assuntos que não os previstos, de acordo com as necessidades locais.

Ciclo Básico:

- 1 - Anatomia Humana, Histologia e Fisiologia
- 2 - Bioquímica e Química Bromatológica
- 3 - Dietética
- 4 - Psicologia
- 5 - Microbiologia

Ciclo Profissional

- 1 - Fisiopatologia da Nutrição
- 2 - Técnica Dietética
- 3 - Planejamento, Organização e Administração de Serviços de Alimentação
- 4 - Sociologia e Economia Aplicada
- 5 - Dietoterapia

¹⁵. CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRICIONISTAS, 3, Anais...

- 6 - Puericultura e Dietética Infantil
- 7 - Higiene e Administração em Saúde Pública
- 8 - Pedagogia Aplicada à Nutrição
- 9 - Estatística e Inquérito em Nutrição

Incluía-se um estágio prático em hospitais, restaurantes, creches, escolas, lactários, etc com duração total de um ano.

Dos cursos existentes que anteriormente formavam o Dietista, o do SAPS (Escola Central de Nutrição)¹⁶ e do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil¹⁷, ambos no Rio de Janeiro, foram reconhecidos imediatamente.

Com relação ao curso da Universidade de São Paulo, este suspendeu as suas atividades no ano de 1965 com o objetivo de providenciar sua adaptação às normas vigentes, voltando às atividades em 1967.¹⁸

Nas Universidades Federais da Bahia e de Pernambuco os cursos foram criados nos moldes universitários. No Rio de Janeiro o curso do Instituto de Nutrição Annes Dias¹⁹ ajustou seu programa às exigências do curriculum mínimo posto pelo Conselho Federal de Educação (CFE), conseguindo em breve o seu reconhecimento oficial.

¹⁶. SAPS (Escola Central de Nutrição), atualmente na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).

¹⁷. Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

¹⁸. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN). *Histórico do nutricionista no Brasil 1939 a 1989*.

¹⁹. Instituto de Nutrição Annes Dias, atualmente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Até 1968 tínhamos seis cursos de nutrição no país, todos situados em faculdades públicas.

Como se observa, na Tabela I, na primeira metade da década de 60, quarenta e dois por cento dos profissionais encontravam-se em hospitais, local que abrigou o início da profissão na sua dimensão de atendimento individual ao paciente, associada à vertente administrativa da produção de refeição para todos os internos e funcionários das unidades. Apenas quinze por cento trabalhavam em restaurantes e percentuais bem baixos distribuíram-se nas outras funções.

Neste período, o maior empregador do profissional era o Governo Federal e Estadual. A iniciativa privada solicitava de maneira ainda acanhada a participação do Nutricionista.

TABELA I

TÍTULO: NUTRICIONISTAS QUE TRABALHAM NOS CENTROS MAIORES
NÚMERO TOTAL E TIPO DE ATIVIDADE (EM 1964)

| ATIVIDADE | SP | GB(RIO) | BA | RECIFE | BH | RGS | TOTAL |
|--------------------------|-----|---------|----|--------|----|-----|-------|
| Hospital | 75 | 196 | 18 | 14 | 02 | 04 | 309 |
| Restaurantes | 40 | 54 | - | 14 | 02 | 04 | 114 |
| Ensino | 10 | 32 | 09 | 14 | 04 | 06 | 75 |
| Educação Alimentar | 47 | 14 | 01 | 02 | 05 | 06 | 75 |
| Planejamento | 25 | 22 | 01 | - | 01 | 02 | 51 |
| Pesquisa Esp. | 05 | 11 | 02 | 16 | 01 | - | 35 |
| Administração | - | 31 | - | - | - | - | 31 |
| Merenda escolar | 17 | - | - | 03 | - | 05 | 25 |
| Jornalismo e Consultório | 12 | - | - | - | - | 04 | 16 |
| Casa de Saúde | - | 08 | 03 | - | - | - | 11 |
| Organização Industrial | 02 | 02 | 03 | - | - | 01 | 08 |
| Inquérito | 05 | - | - | - | - | - | 05 |
| Nutrição Aplicada | - | - | - | - | 03 | 02 | 05 |
| Bolsa de estudos | - | - | - | 03 | - | - | 03 |
| Centro Puericultura | - | - | - | - | - | 01 | 01 |
| Centro de Saúde | - | - | - | - | - | 02 | 02 |
| | 238 | 370 | 38 | 69 | 17 | 35 | 766 |

FONTE: ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRICIONISTAS - RJ - 1968. (p. 235)

No país, após 1964, foi dada prioridade às atividades econômicas secundárias e terciárias. As atividades econômicas primárias foram mecanizadas, acentuando-se o modelo agro-exportador. No cenário nacional, aumentou a mortalidade infantil e ocorreu a redução do ritmo de desenvolvimento, culminando com a expulsão do homem do campo.

Segundo os dados dos anais do III Congresso Brasileiro de Nutricionistas, em 1968 o Brasil possuía em torno de oitenta milhões de habitantes, onde cerca de 50% reunia pessoas com menos de dezoito anos de idade, com um índice de mortalidade infantil bastante elevado no cenário mundial.

É nesse contexto que se forja o Nutricionista na sua primeira versão.

Nesse momento proliferaram as associações culturais locais afiliadas à Associação Brasileira de Nutricionistas, implementou-se a participação do profissional nas entidades técnico-científicas de outras categorias.

O Nutricionista ao se organizar e procurar produzir cientificamente, começou a ter consciência das possibilidades de atuação, partindo para a conquista de seu espaço.

A recente origem da profissão, ainda deixa sua influência no processo de definição de competências da categoria dentro e fora da equipe de saúde.

A relação com os outros profissionais é marcada pela dificuldade de se identificar esse novo técnico com funções mais amplas e definidas. A correlação de forças e a disputa de poder são claras e trazem alguns entraves para a prática.

2.2.2 - Momento de 1968 - 1976

Percebemos que a formação inicial do Nutricionista sofreu as influências da conjuntura populista e do período autoritário. A nível curricular passava-se também por uma transição, deixando-se a produção do *dietista*, cuja responsabilidade estava restrita à Alimentação, à Dietética, para passar a produzir o *Nutricionista*, isto é, aquele que se preocupa com a Nutrição enquanto relação entre o homem, o alimento e a alimentação. Conforme avaliam YPIRANGA e GIL²⁰, a evolução dá-se praticamente no plano teórico, ao nível do discurso de formação. *O profissional continuou sendo formado dentro do mesmo processo e ótica dos anos 60.*

Na vigência do *Milagre brasileiro*, quando justapôs-se a reforma universitária de 1968, uma das responsáveis pela expansão desordenada dos Cursos de Nutrição, bem como de outros de nível superior, várias influências sociais, políticas e econômicas passaram a interferir na formação do profissional Nutricionista.

Neste contexto, o setor saúde, onde se originou o profissional, e o mercado de trabalho, agora em expansão, acumulavam outras expectativas em relação ao Nutricionista que se dividia basicamente entre dois interesses divergentes ou, mais precisamen-

²⁰ YPIRANGA, Lúcia. GIL, Maria de Fátima, op. cit.

te, antagônicos.

De um lado, o setor saúde não via atendida a sua expectativa quanto à formação, pois era inoperante a atenção dietética individual ao paciente sob a forma de dietoterapia, assim como aquela voltada para grupos populacionais sob a forma de Nutrição em Saúde Pública.

De outro lado, o mercado de trabalho cada vez mais ampliado, utilizando o profissional Nutricionista na sua vertente de administrador de serviços de alimentação, via suas expectativas atendidas e começava a solicitar especialização e diversificação deste profissional. O setor responsável pela formação ressentia-se da insatisfação do não atendimento à saúde hospitalar e à saúde coletiva mas não encontrou o caminho da mudança, demonstrando forte tendência a dirigir o eixo da formação para o mercado de trabalho que termina por determinar o profissional que lhe interessa.

Toda essa situação é fruto das mudanças nas políticas de ensino e nas políticas sociais que, por outro lado, correspondem a um projeto maior de governo com interesse e propósitos bem definidos.

Começa a ser fomentada a mudança no campo de atuação do Nutricionista.

No período anterior, encontrava-se a maior parte dos profissionais trabalhando nos hospitais e casas de saúde e agora a partir da legislação da alimentação do trabalhador e da proliferação de empresas para fornecimento de refeições, cria-se a necessi-

dade da atuação do profissional na área de produção de refeições para coletividades sadias.

Muda-se também, a base legal de formação do Nutricionista com a resolução nº 36, do CFE, de 23 de dezembro de 1974.⁸¹ A resolução fixa os mínimos de conteúdos e duração de quatro anos do curso de graduação em Nutrição:

Matérias Básicas:

Biologia
Ciências Morfológicas
Ciências Fisiológicas
Patologia
Ciências Sociais e Econômicas

Matérias Profissionais:

Bromatologia e Tecnologia dos Alimentos
Higiene dos Alimentos
Ciências da Nutrição e a Alimentação
Nutrição Aplicada
Administração de Serviços de Alimentação

Integrando ainda o currículo mínimo do curso de graduação em Nutrição: Educação Física, predominantemente como práticas desportivas e a Educação Moral e Cívica, sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros. Essa resolução passa a vigorar a partir de 1975.

⁸¹. ANEXO IV: Resolução 36/74 do CFE, de 23/12/1974.

Essa resolução avança em relação à anterior quando traz as ciências sociais e econômicas para o ciclo básico, além de organizar as disciplinas por bloco de matérias trazendo com isto melhor hierarquização de conhecimentos visando dar suporte ao ciclo profissional.

Esse momento foi marcado por uma ampliação nas políticas de Alimentação e Nutrição.

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) foi criado em 30/11/72 pela lei Federal, nº 5.829 como órgão subordinado ao Ministério da Saúde.

As funções atribuídas ao INAN eram:

- Assistir o governo na formulação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)
- Estimular a pesquisa sobre alimentação e nutrição
- Elaborar o Programa de Suplementação Alimentar a grupos vulneráveis e montar programas de vigilância alimentar e nutricional.

No biênio 73/74 desenvolveu-se o I PRONAN. O programa caracterizou-se por se identificar como um instrumento de valorização dos recursos humanos em formação: grupo materno infantil e o escolar.

O objetivo geral era elevar os padrões de alimentação, com vistas a redução gradativa da mortalidade e desnutrição protéico-calórica (DPC). A prioridade de atendimento centrava-se

em gestantes, nutrizes, lactantes, escolares e trabalhadores.

Para tanto, algumas atividades eram desenvolvidas:

- Educação nutricional da população
- Assistência à gestante, lactante, nutriz e pré-escolar através do Programa de Nutrição em Saúde - PNS e Centro de Recuperação Nutricional - CERN.
- Assistência e Educação Nutricional ao escolar - Campanha Nacional de Alimentação do Escolar - CNAE.
- Assistência a entidades não lucrativas: Legião Brasileira de Assistência - LBA, Santa Casa, orfanatos, asilos.
- Tratamento hospitalar do desnutrido grave.
- Combate a carências nutricionais específicas: Flúor, Ferro, Iodo.
- Pesquisas no setor de alimentação e nutrição.
- Produção de alimentos essenciais: incentivo ao pequeno produtor, aos alimentos essenciais, hortas e animais domésticos.

Apesar de toda a proposta social teórica, o INAN limitou-se a distribuir alimentos e não cumpriu sua função.

No biênio 74/75 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) promove o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), com o objetivo de levantar dados de consumo alimentar e antropometria.

Naquela ocasião o ENDEF informava que cerca de oito milhões de crianças menores de cinco anos eram portadoras de algum grau de desnutrição, dos quais 2.300.000 representadas pelo II e III grau de desnutrição. O nordeste brasileiro, com 1/3 da população do país, reunia a maior parcela (54,2%) dos casos de desnutrição moderada e grave.**

O Nutricionista formado nesse momento recebia todos esses dados e não encontrava condições de interferir nessa situação, uma vez que o Estado, ao planejar as suas políticas, não se comprometia em colocar o profissional nos pontos estratégicos.

As políticas de Saúde e Nutrição influenciaram a formação do Nutricionista e criaram possibilidades de atuação que, ainda nesse momento, ficaram frustradas em função da falta de condições para o desenvolvimento das ações propostas.

O Estado que até então era o maior empregador do Nutricionista, começa a criar condições de inverter a pirâmide.

O período de transição tem o seu marco no ano de 1976 quando através da lei 5.321 de 14/04/76 foi criado o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com a obrigatoriedade de fornecimento de refeições pelos empregadores aos empregados.

** BATISTA FILHO, Malaquias. FERNANDES, Maria de Fátima. *Situação nutricional da criança no Brasil*.

Obs.: A classificação da desnutrição citada por BATISTA FILHO é a de GOMEZ para crianças menores de cinco anos, onde o I grau é o correspondente à faixa de 90 a 76% do peso ideal; o II grau com 75 a 60% e o III grau para as crianças com peso abaixo de 60% do peso ideal. P. 12 a 14.

O ano de 1976 ainda é o marco da explosão dos cursos de Nutrição que até aquele momento eram sete. Revela-se, também, como o início de criação e ampliação de empresas concessionárias fornecedoras de alimentação.

A iniciativa privada passa, a partir de então, a investir na formação do Nutricionista para atender ao mercado que se expande. É o ápice da transição para um outro contexto que afastaria cada vez mais o profissional do seu papel social.

2.2.3 - Momento de 1976 - 1991

A base legal para a formação do Nutricionista continua a ser a Resolução 36/74 do Conselho Federal de Educação. Cabe, porém, ressaltar que alguns cursos, na década de oitenta, promoveram adaptações curriculares à luz das discussões nacionais ocorridas nesse período.

As recomendações do Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição e dos Seminários de Avaliação dos Cursos de Nutrição, realizados nesse momento, estão respaldadas pelas discussões que visaram estabelecer a interrelação entre a legislação do CFE e as recomendações da CEPANDAL.

Esse é um cenário bem distante do momento inicial da profissão, do ponto de vista sócio político e econômico do país.

Nesse período, o Nutricionista passa a trabalhar nas empresas que produzem refeições. Essas empresas tinham como clientes, instituições ou empresas privadas que recebiam incentivos fis-

cais do governo, ao fornecerem alimentação aos seus empregados, através do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

O Estado passa a ser o cliente mais importante e o que melhor paga por essas refeições. Os hospitais do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e de outras instituições do governo federal, estadual e municipal deixaram de possuir serviços de alimentação próprios, para comprarem refeições produzidas pelas empresas concessionárias.

Tudo indica que está se invertendo a pirâmide. O Estado está deixando de ser o maior empregador do Nutricionista que parte para as empresas privadas.

A criação de inúmeros cursos de nutrição pelas universidades federais, fundacionais e estaduais foi acompanhada, também, pela iniciativa privada, que contribuiria para o fornecimento de mão de obra para o mercado de trabalho, implementado pela legislação do trabalhador.

A partir dos trabalhos desenvolvidos pelas lideranças da área e das discussões levadas a termo nos encontros e congressos da categoria, percebe-se que as várias instituições têm, a nível teórico, um objetivo comum entre os cursos, apesar do perfil tão procurado e desejado mostrar, na prática, outra direção

Os cursos particulares e os públicos, em sua maioria, dão ênfase à demanda do mercado de trabalho. Paralelamente, a própria categoria subdividiu-se em áreas de atuação, como se saíssem especialistas oriundos da graduação.

Na verdade, a formação teórico-prática leva a uma fragmentação, por não conseguir mostrar uma articulação necessária e fundamental entre as três grandes áreas que integram a formação do profissional: Nutrição Social, Nutrição Clínica e Alimentação Institucional.

Por outro lado, fazendo parte desse contexto com nova configuração, o Estado possui hospitais, creches, escolas, postos de saúde e outras instituições e não coloca nelas o Nutricionista, em quantidade suficiente para desempenharem as suas funções.

Nos hospitais federais e estaduais onde ocorre a presença de Nutricionistas, estes terminam por reduzir a sua função a de fiscais dos colegas que trabalham, no mesmo local, para a empresa concessionária contratada. Um grande impasse se dá entre Nutricionistas fiscais e fiscalizados, levando ao confronto dentro da própria categoria.

Ainda o Estado, quando não recorre às concessionárias, não dá condições ao Nutricionista de prestar uma verdadeira Atenção Dietética aos Pacientes/Clientes, uma vez que as limitações são identificadas quanto ao quantitativo de profissionais, materiais, equipamentos e, sobretudo, alimentos. Por outro lado, a própria categoria não tem definido e assegurado, na legislação, o quantitativo de profissionais necessários por atividades específicas.

Esse realmente é o momento que se caracterizou pelo aumento quantitativo do profissional que, respeitada a sua origem não muito distante, ressentiu-se de um perfil assumido conscientemente. A proliferação dos cursos de nutrição no Brasil, acompanhou

a estimulação do mercado.

"Perfazendo então, contando com os primeiros cursos, antes de 1970, um total de 41 cursos de Nutrição, estando 39 em funcionamento pleno. Vinte e dois no setor Público de Ensino e dezenove no setor Privado. (p. 129)"⁸⁸

É nesse contexto que as políticas de alimentação e nutrição recebem questionamentos por parte da sociedade, no sentido de comprovarem a sua eficácia. Aplicam-se programas e pouco se faz para avaliá-los.

Resgatando a história das políticas de saúde, encontra-se no Plano Decenal de Saúde das Américas, para o decênio 1971-80, a redução das enfermidades nutricionais como área prioritária, com o objetivo de melhorar o estado nutricional das populações, em especial aquelas dos países sub desenvolvidos.

Encontramos ainda a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde Alma-Ata, realizada na ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de 6 a 12 de setembro de 1978, sob os auspícios de OMS e da UNICEF.

⁸⁸. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, op. cit.

Na declaração da conferência encontramos no item X:

"Poder-se-á atingir um nível aceitável de saúde para todos os povos do mundo até o ano 2000 mediante o melhor e mais completo uso dos recursos mundiais, dos quais uma parte considerável é atualmente gasta em armamentos e conflitos militares. (p. 5)"²⁴

Estamos próximo ao ano 2000 e a configuração de saúde no país está muito longe das condições mínimas.

Entendendo que a nutrição é condição básica para a saúde, não podemos chegar a outra conclusão a não ser a de que a maior parte da população tem fome e, portanto, não tem saúde e nem condições de obtê-la.

O Estado mantém serviços de saúde Individual vinculados ao Ministérios da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o serviço de Saúde Pública ligado ao Ministério da Saúde (MS).

No entanto, identifica-se a falta de definições precisas sobre as ações de Saúde em cada Ministério, acarretando uma superposição entre os vários órgãos.

²⁴. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMARIOS DE SAUDE, Alma-Ata, 1978. Anais...

Concretiza-se a alocação de poucos recursos para o Ministério da Saúde (MS) e o aumento de recursos para o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Em 1982, por exemplo, 84,5% para a Medicina Curativa e 15,4% para a Medicina Preventiva.

No período de 1976 a 1979 o II PRONAN propôs-se a estudar as causas econômico-sociais da Desnutrição Proteico-Calórica (DPC), ao mesmo tempo em que desenvolvia o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) e estimulava a produção de alimentos.

Esse II PRONAN baseava-se nas informações obtidas no ENDEF (1974) e seus objetivos eram:

- . Suplementação alimentar com um custo baixo, produção local, alimento in natura.
- . Medidas complementares de apoio.
- . Medidas de incentivo ao PAT.

Esse II PRONAN visava atingir os grupos socialmente vulneráveis e não biologicamente vulneráveis (famílias com renda abaixo de dois salários mínimos). Os beneficiários eram as gestantes, nutrizes, crianças menores de cinco anos, pré-escolares e escolares do primeiro grau.

Vários subprogramas faziam parte desse II PRONAN:

- . Produção de alimentos com estímulo ao pequeno produtor.
- . Combate às carências nutricionais específicas.
- . Pesquisa em Alimentação e Nutrição (FINEP, ENDEF).

- . Capacitação de recursos humanos.
- . Implantação de postos de distribuição de alimentos.
- . Estímulo ao PAT (lei 5.321 de 14/04/76)
- . Suplementação Alimentar
 - PNS (gestantes, nutrizes, crianças menores de 5 anos)
 - Instituto Nacional de Alimentação do Escolar - INAE (pré-escolares e escolares de 7-14 anos), visando cobrir 30% do valor calórico total
 - Programa de Complementação Alimentar - PCA/LBA (gestantes, nutrizes, pré-escolares)
 - Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT/MTb (trabalhador)
 - Programa de Abastecimento a áreas rurais de baixa renda - PROAB/COBAL
 - Programa de comercialização de alimentos em áreas rurais de baixa renda - PROCAB/COBAL
 - Programa de assistência técnica e extensão rural - PATER/EMATER
 - Programa nacional de combate à anemia nutricional ferropriva
 - Programa nacional de combate à hipovitaminose A.

Conforme a discussão de L'ABBATE²⁵ esse II PRONAN não recebeu o orçamento previsto, além de enfrentar diversas dificuldades operacionais, fatores que deixaram um saldo de apenas oitenta por cento de metas atingidas. Esse quadro levou a uma série

²⁵. L'ABBATE, Solange, op. cit.

de implicações na relação interministerial. O número de beneficiários atingidos ficou aquém do previsto. Conforme a avaliação de sua eficácia, vários pontos de fragilidade são identificados. O programa sofreu mutilações na sua implantação e nas diretrizes básicas. Na verdade, esse quadro representa o reflexo da política governamental que privilegia a medicina curativa.

O II PRONAN havia previsto, através dos seus vários sub programas, atingir todas as áreas altamente urbanizadas da região centro-sul do país, no entanto, reduziu a área de atuação, principalmente por questões orçamentárias.

Outra proposta desse programa era a de utilização de alimentos básicos e tradicionais. Apesar disso lançou mão de alimentos industrializados preparados pelas grandes indústrias.

Outro ponto fraco foi a distribuição da merenda escolar através da Campanha Nacional de Alimentação do Escolar (CNAE) que, contraditoriamente, atendeu cem por cento dos municípios da região sul do país, atingindo setenta e oito por cento dos escolares e na região nordeste apenas setenta e oito por cento dos municípios foram atingidos, com assistência a quarenta e um por cento dos escolares. Acresce-se a essa deficiência, o uso de alimentos de conteúdo nutricional insatisfatório.

Em 1980 veio o III PRONAN que visava a mobilização da comunidade, pautando-se na Conferência Alma-Ata de 1978.

Do ponto de vista teórico esse foi o melhor programa. Assumiu todas as recomendações de Alma-Ata, de participação da

comunidade na gestão das ações pertinentes. Se tivesse sido desenvolvido, deixaria sua marca enquanto conjunto de procedimentos eficazes à melhoria da situação nutricional do brasileiro. Na verdade, não passou do plano teórico.

O setor saúde tem como atribuição, a busca de soluções para os problemas de alimentação e nutrição, ação direta de prevenção e recuperação nutricional, ações indiretas de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos (vigilância sanitária), vigilância alimentar e nutricional, recomendações sobre requerimentos de nutrientes e consumo de alimentos e elaboração de Programas de Suplementação Alimentar.

Atingiu-se a década de 90 com as políticas de alimentação e nutrição pautando-se nos dados obtidos através do ENDEF (1974/75).

Em 1989, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) com a participação do INAN, FIBGE e Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), cujos resultados preliminares foram publicados em 1990.

"A fome e a desnutrição ainda constituem o aspecto mais grave da situação social vivida pela população brasileira. Além de extremamente dolorosas e degradantes a nível individual, a fome e a desnutrição estão na raiz de uma série de problemas e deficiências da população que, a nível agregado, não podem

ser eliminadas mesmo com os mais caros programas.
(p. 9)"²⁶

O INAN promoveu a pesquisa e procurou comparar os seus resultados aos identificados pelo ENDEF, chegando a algumas conclusões (p. 16 a 22)²⁷:

- A prevalência de desnutrição entre crianças menores de cinco anos identificada pela PNSN é inferior à identificada pelo ENDEF, observando que na região nordeste, a mais castigada pela desnutrição, as reduções são menos expressivas.
- Ocorreu melhoria do estado nutricional das crianças de 5 a 10 anos.
- Franco declínio da mortalidade infantil e pré-escolar a partir de 1974, apontando para a expansão da cobertura de determinados serviços públicos, destacando-se a assistência prestada pela rede básica de saúde, com ênfase no aumento da cobertura vacinal, e o saneamento ambiental, sobretudo o abastecimento de água.²⁸

²⁶. BRASIL. INAN, FIBGE, IPEA. *Pesquisa Nacional sobre saúde e nutrição*; resultados preliminares.

²⁷. *Idem*.

²⁸. A pesquisa remete essa melhoria aos progressos ocorridos no país, especialmente quanto ao saneamento básico a partir da segunda metade da década de 70.

Dois outros fatores são identificados como auxiliares na queda da mortalidade infantil: a queda da fecundidade e o aumento na frequência do aleitamento materno.

- A atual situação de crise prolongada já está anulando alguns avanços e exigirá recursos mais vultuosos para remediar a situação, segundo avaliação dos pesquisadores.

Outro aspecto trabalhado pela PNSN é o perfil de crescimento de crianças brasileiras de 0 a 10 anos, chegando a algumas conclusões:

- No índice altura/idade, a distribuição brasileira apresenta um excesso de crianças com altura inferior à esperada para sua idade. Não ocorrendo com a relação peso/altura que se apresenta como quase igual ao padrão referência.

Deduzindo-se então que a natureza da desnutrição nas crianças brasileiras é de caráter mais crônico que agudo.

- A desnutrição crônica tende a aumentar com a idade, sendo expressivo o salto do primeiro para o segundo ano de vida.
- As crianças com desnutrição crônica estão claramente concentradas naquelas famílias cuja renda mensal é inferior a dois salários mínimos.

Apesar da redução, ainda é bastante alta a prevalência de desnutrição, conforme mostra a Tabela abaixo.

TABELA II
TÍTULO: PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS NO BRASIL

| | nº de crianças | % |
|-------------------------------|----------------|------|
| Desnutrição (todas as formas) | 5,0 milhões | 30,7 |
| Forma leve | 4,2 milhões | 25,6 |
| Formas moderadas e graves | 0,8 milhões | 5,1 |

 FONTE: SISVAN - Boletim Nacional. MS/INAN - Edição Inaugural - nº 1, DF, 1991, p. 2..

A tabela II coloca que 30,7% das crianças brasileiras são desnutridas e que desse total 83% de forma leve e 17% de forma moderada e grave.

No cenário nacional vimos que em dois momentos 1974/75 quando se realizou o ENDEF e 1989 quando desenvolveu-se o PNSN, procurou-se nas duas ocasiões levantar dados para o diagnóstico do estado nutricional da população brasileira.

Traçar o perfil da população não é um fim em si mesmo. Espera-se que os dados contribuam para direcionar as Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição (PNAN) e, portanto, possam, através de ações, interferir e contribuir para a melhoria do estado nutricional dos indivíduos.

Estudando a formação do profissional, percebe-se em todas as discussões levadas a termo, por mais de uma década, que

falta um maior aprofundamento na visão social do Nutricionista e que os programas e políticas ressentem-se de uma avaliação que caracterize a Vigilância Alimentar e Nutricional.

Em 1984 foi implantado em Pernambuco e na Paraíba um projeto piloto do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) que, por razões operacionais, foi encerrado no ano seguinte. ²⁷

Mais recentemente foi implantada em nove estados a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) com o apoio da UNICEF, atividade que contribuiu para a criação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). A PNSN reforçou a necessidade de implantação do sistema em todo o país.

O SISVAN foi criado através da Portaria nº 1156/MS, de 31 de agosto de 1990, tendo como finalidade a obtenção periódica de informações, visando a execução imediata de ações preventivas e corretivas que melhorem as condições alimentares e nutricionais da população.

A PNSN também teceu considerações sobre os programas governamentais de suplementação alimentar.

A pesquisa deu ênfase à avaliação de desempenho dos programas federais de alimentação. As informações foram colhidas junto aos beneficiários desses programas governamentais, possibilitando a análise da sua efetividade e do seu desempenho.

²⁷. BRASIL. M.S. *Boletim Nacional - SISVAN*, 1.

*"Apesar dos dados disponíveis sobre programas de alimentação terem sido apenas a florados aqui, pode-se afirmar que, no cômputo geral, os resultados da PNSN não permitem uma avaliação otimista do desempenho dos programas federais. (p. 29 a 31)"***

Percebe-se que há necessidade de uma análise mais aprofundada dos dados levantados pela PNSN, visando subsidiar estudos que proponham modificações nos programas oferecidos, aumentando a sua eficácia.

Esse é o pano de fundo da formação do Nutricionista nesse período de 1976 a 1991. Nesses quinze anos, as mudanças ocorridas na sociedade, acrescidas do papel desempenhado pelo Estado que tentou assistí-la e não conseguiu, deram uma configuração social que nos deixa grande preocupação em relação ao decréscimo no estado nutricional dos indivíduos em todas as regiões do país.

Retomando aqui especificamente a formação do Nutricionista e a sua relação com a problemática nutricional brasileira, volta-se a identificar a distância que existe entre o que poderia ser feito e o que realmente o Nutricionista pode executar no sentido de desempenhar o seu papel social.

A própria estrutura dos programas de alimentação e nutrição representa um fator dificultador da efetiva participação

** BRASIL. INAN. FIDGE. IPEA. *Pesquisa Nacional sobre saúde e nutrição*, op. cit.

do Nutricionista.

Por outro lado, a formação acadêmica desse profissional não permite uma visão social ampla que, perfeitamente articulada com os conhecimentos técnicos, pudesse garantir o desempenho esperado enquanto possibilidades de atuação.

O binômio estrutura dos programas de alimentação e nutrição/formação acadêmica do Nutricionista, necessita de maior atenção no processo de rediscussão da formação profissional. No entanto, não se poderia desvincular a estrutura desses programas, da política nacional de saúde e nutrição, neste País, que se arrasta com medidas paliativas sem grande impacto.

Fazendo parte desse contexto, a formação acadêmica também não pode ser vista isoladamente e sim como resposta a anseios específicos que se distanciam dos interesses sociais.

Parece haver uma certa dificuldade de entendimento da forma de participação do Nutricionista ao desempenhar o seu papel social, sem conflitos com as necessidades do mercado que representa uma realidade concreta.

Desempenhar o papel social, para alguns, significa deixar de ser Nutricionista e passar a ser economista, político e/ou qualquer outra função que se afasta da formação técnica recebida.

Entende-se, no entanto, que o profissional poderia colocar-se na defesa dos interesses sociais ao ocupar o seu amplo

papel de conhecedor da relação homem/alimento/alimentação em qualquer um dos campos de atuação: nas empresas fornecedoras de refeição, nas creches, nas escolas, nos hospitais, nas empresas fabricantes de alimentos, nos postos de saúde e outros.

Percebe-se que a visão repassada na formação do profissional deixa a marca do preconceito: há Nutricionista político e há o Nutricionista técnico, ficando como escolha pessoal e que passa a separar profissionais que tomam configuração de natureza e especificidade de trabalho inteiramente alheias.

Reverter esse quadro, significa mudança radical na forma de disseminar e legitimar conteúdos e, também, na forma de propiciar a prática ainda como parte integrante da formação acadêmica.

A categoria vem se estruturando em três grandes áreas de atuação: Alimentação Institucional, Nutrição Clínica e Nutrição Social, caracterizando-se em especializações que se afastam entre si, na especificidade da Atenção Dietética.

A visão fragmentada dos conteúdos leva a essas especializações precoces que não partem de um eixo capaz de produzir o Nutricionista verdadeiramente generalista.

Na década de oitenta, quando toda a sociedade rediscutia, nos vários setores, questões de naturezas diversas, as pressões sociais exigiam um profissional comprometido com a busca de soluções para os problemas nutricionais da sociedade brasileira.

Nas recentes dinâmicas para discutir a formação do profissional, identificam-se conflitos originados pela divergência de expectativas entre os objetivos de atuação e perspectivas de atuação. No sentido de contribuir para a busca de um caminho, percebe-se que, ao longo do tempo, fica patente o descompasso entre as propostas teóricas de formação profissional e a prática profissional e que tudo, ao mesmo tempo, apresenta relação com o momento histórico.

A sociedade com a sua estrutura e funcionamento determinados pelo modo de produção, tem que ser considerada no momento em que se planeja a formação de um profissional que se pretende colocar a seu serviço.

Observa-se, no período 1976/91, pequenas alterações curriculares que na maior parte das vezes, prenderam-se a mudanças na grade curricular.

2.3 - Reconceptualização do profissional: a nova lei que regulamenta a profissão

Em 17/9/91, foi promulgada a lei Federal nº 8234³¹ que passou a regulamentar o exercício da profissão de Nutricionista em substituição à de nº 5276/67.

³¹ ANEXO V: Lei Federal nº 8234, de 17/09/91. Regula a Profissão de Nutricionista e determina outras providências.

Após vinte e quatro anos, surge outro instrumento normatizador que tenta premiar os anseios da categoria levantados e discutidos em vários momentos.

Os Nutricionistas assumiram oficialmente a necessidade de reformulação da lei, durante o I Encontro Nacional das Entidades de Nutricionistas (IENEN), realizado em Brasília, de 16 a 18 de outubro de 1986.

Desencadeou-se, a partir daí, a discussão nacional impulsionada pelas entidades e vários pontos identificados apontavam para a ampliação/legitimação da prática do profissional.

Associando-se a essa ampliação surgia também a necessidade de identificar as atividades privativas do Nutricionista, até então, também assumidas por outros profissionais.

Entende-se que a lei deve ser analisada no contexto sócio, político e econômico do país, considerando nele, a prática do profissional, o mercado de trabalho e, portanto, passando pela existência de um *Perfil de Nutricionista* assumido em todos os níveis.

Percebe-se que o Nutricionista que se deseja formar está longe de se alcançar e, apesar disso, uma nova lei abre o leque de atuação desse profissional que agora surpreende-se com as suas possibilidades oficializadas pelo instrumento normativo. A questão que deve aparecer nesse momento é: E agora, como fazer?

Alguns entraves começam a despontar diante da realidade concreta, incluindo a reação negativa de outros profissionais da área de saúde, denotando, de forma clara, a disputa de poder.

Vários elementos devem aqui ser considerados e, entre eles, a formação acadêmica aparece com acentuado questionamento. O curso oferece o conteúdo/prática necessários ao efetivo exercício da profissão agora normatizada em novas bases?

Anteriormente, com a lei Federal 5276/67, a categoria já remetia, à formação profissional, alguns problemas identificados na prática. Essa formação vem sofrendo modificações há mais de uma década e continua deixando a desejar. Sai uma nova lei e o perfil do Nutricionista continua indefinido.

O relatório final do I ENEN chegou a uma conclusão:

"... é papel do Nutricionista colocar a sua prática a serviço dos interesses da grande maioria da população. Neste sentido, é necessária uma redefinição do seu processo de formação. (p. 5)"²²

Nos debates levados a termo durante o encontro, caracterizou-se a prática do Nutricionista como capaz de manter e re-

²² ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE NUTRICIONISTAS, 1, Relatório final.

produzir as relações sociais vigentes, atendendo, portanto, aos interesses da classe dominante.

Naquela ocasião, com base nessa avaliação qualitativa do profissional, o I ENEN deixou uma recomendação:

"... para se estabelecer a lei da regulamentação da profissão é necessário antes, saber quem é o profissional, o que ele faz, qual o seu compromisso com a Saúde e demais setores da sociedade, entre outros. (p. 5)"²³

Essa recomendação representava um alerta para a categoria que tentava buscar a sua identidade, ao mesmo tempo em que pretendia nova base legal para o exercício profissional.

Entende-se que é necessário ter clareza quanto ao Perfil do Profissional, para que se tenha segurança para estabelecer a legislação pertinente que orientará o exercício da profissão.

Em outubro de 1988, no Rio de Janeiro, ocorreu o II ENEN tendo como tema a lei que regulamenta a profissão e o perfil do Nutricionista. Esse encontro Nacional das Entidades deixou basicamente duas recomendações.

²³ ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE NUTRICIONISTAS, 1, op. cit.

A primeira, foi a decisão de realizar-se novo estudo diagnóstico, o que não ocorreu até hoje. A segunda recomendação veio no sentido de se implementar as recomendações da Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e do XI Congresso Brasileiro de Alimentação e Nutrição (XI CONBRAN), realizados em outubro de 1987 em Brasília e agosto/setembro do mesmo ano em Salvador/Bahia, respectivamente.

Entendia-se, à ocasião, que em 1991 deveria ocorrer o III ENEN, antecedendo o XIII CONBRAN, o que também não ocorreu até a presente data, quando se aproxima o Congresso Nacional de Nutrição no mês de outubro de 1992, na cidade do Rio de Janeiro.

Na vigência desse novo profissional, a nível de Brasil, ocorreu a IV CEPANDAL na cidade de San Juan, Porto Rico, de 17 a 20/9/91 e que deixou algumas conclusões e recomendações.

"A principal conclusão, evidenciada nas discussões em grupo foi que há um descompasso entre a teoria e a prática na formação do profissional Nutricionista. (p. 5)"³⁴

As recomendações emanadas da reunião mostraram uma preocupação mais ampliada que contempla a articulação entre os cur-

³⁴. YPIRANGA, Lúcia. In: REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PROGRAMAS ACADÊMICOS EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA AMÉRICA LATINA (CEPANDAL), 4. Anais...

sos, considerando o país e as sub-regiões da América Latina.

A concretização de uma das lutas da categoria, que é a modificação da lei que rege o exercício da profissão vem, nesse cenário, contribuir para a implementação do aspecto do Perfil do Profissional que não se conseguiu alcançar.

Observam-se recomendações, nesta IV CEPANDAL, que subsidiam a análise de quanto falta nesse percurso⁹⁹:

- Cada Curso/Escola deverá elaborar o seu Plano de Desenvolvimento, onde a carreira (currículo) seja contemplada junto à pesquisa (investigação) e à atuação frente aos serviços (assistência). Recomenda para isto, a utilização da metodologia de Planejamento Estratégico e especificamente as estratégias de integração Docente-Assistencial e de educação permanente.
- Os Cursos/Escolas buscarão, em cada país, organizar sua associação que deverá ser filiada à Associação Latino-Americana de Faculdades e Escolas de Nutrição - ASLAFEN.
- Evitar o isolamento, buscando comunicação entre as demais Faculdades/Escolas/Cursos, es-

⁹⁹. YPIRANGA, Lúcia. In: REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PROGRAMAS ACADÊMICOS EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA AMÉRICA LATINA (CEPANDAL), 4, op. cit.

pecificamente aqueles da mesma sub-região.

Na verdade, a reunião propôs um trabalho coletivo, no sentido de reverter o descompasso identificado entre a teoria e a prática.

A partir desse trabalho identifica-se, com mais clareza, o ponto de interseção entre as possibilidades legitimadas pela lei e o perfil do Nutricionista tão almejado.

Nesse contexto, que representa um marco histórico da caminhada da categoria, verifica-se que duas lutas foram levadas paralelamente pela sua interrelação: a reformulação da lei que regulamenta a profissão e a discussão do perfil do profissional.

Contraditoriamente, sem se modificar efetivamente a normatização do currículo, modificou-se a lei do exercício profissional.

Com a promulgação dessa lei que atribui oficialmente ao Nutricionista algumas competências, a categoria percebeu a necessidade urgente de um rearranjo que garantisse uma prática compatível. A partir daí, vários pontos têm sido levantados frente a essa constatação.

A questão da prescrição aparece como uma preocupação que se relaciona com o suporte teórico para a sua efetivação e com a relação com a categoria de médicos. O artigo 3º no seu inciso VIII coloca a prescrição como uma das atividades privativas dos Nutricionistas.

Na verdade, dependendo da forma de inserção do profissional na equipe de saúde, do tipo de serviço, da formação recebida, o Nutricionista já prescrevia a dieta. A promulgação da lei veio trazer uma movimentação no seio da categoria e passou a representar o desencadear da resistência de focos isolados dentro da categoria de médicos.

Percebe-se que essa questão passa, efetivamente, pela qualificação do profissional, embora se reconheça que esse é um momento de reação em cadeia dentro e fora da categoria.

Para prescrever é necessário que se determine um padrão de qualidade da assistência nutricional, onde inclui-se a quantificação de pacientes/clientes a serem atendidos por profissional nos diversos serviços, índice que não foi previsto em lei..

Retomando a questão central desse trabalho, volta-se a discutir a formação profissional nesse momento atual.

Ao se traçar o Perfil do Profissional, pensa-se no papel a ser desempenhado por ele na sociedade e, para tanto, tem-se necessariamente que passar pela discussão da construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Como forjar esse Nutricionista? é a questão que se agiganta.

"... São as descobertas acumuladas por esses anos todos de pesquisa e teorização que constituem hoje o

núcleo de nosso conhecimento sobre o funcionamento da escola e, particularmente, do processo de criação, seleção, organização e transmissão do conhecimento escolar. (p. 60)''³⁶

O autor, ao discutir a questão da construção curricular, remete à discussão do Como fazer?. Embora enfatize que se pode retirar algumas lições de todos os aspectos verticalizados sobre o assunto, reconhece que se tem muitas dúvidas de ordem operacional.

A discussão das propostas curriculares para a formação do Nutricionista, vem se dando nos encontros e congressos em moldes estritamente analíticos, pouco ou quase nada tendo a ver com o modo como criamos, selecionamos, organizamos e distribuimos o conhecimento da ciência da Nutrição no nosso cotidiano ou na nossa produção científica.

Na revisão desse arcabouço histórico, identifica-se outra contradição que é a falta de conhecimento na área de estudos de currículo, por parte daqueles que se detêm na reconstrução curricular, o que os remete a uma visão estreita em relação a questões como: Para que formar? Por que formar? Como formar?, caracterizando um trabalho calcado na grade curricular.

Coloca-se aqui uma questão:

³⁶. SILVA, Tomaz Thadeu. Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas.

Como se pode atingir um objetivo maior de formar um profissional competente, crítico, a serviço das necessidades da sociedade, se não trilhamos os caminhos da discussão da influência do currículo na sua formação?

Entende-se que o currículo deve ser discutido para além da grade curricular e, portanto, na sua dimensão sócio-política e econômica.

Percebe-se que a realidade concreta da operacionalização desse Currículo Explícito é calcada em um Currículo Oculto que norteia, desde a prática da sala de aula, às práticas oferecidas aos alunos, como forma de atividades correspondentes ao conteúdo teórico subjacente.

Aqui deve ser feito um alerta:

"... E, o que é talvez ainda mais sério: não concebemos ainda nenhuma maneira de fazer o currículo oculto funcionar em favor de objetivos mais democráticos e igualitários. (p. 62)"³⁷

Entende-se que o currículo por si só não pode guardar uma relação de causa e efeito sobre o produto final. Ao identi-

³⁷. SILVA, Tomaz Thadeu, op. cit.

ficar-se a relatividade do papel do currículo, identifica-se também a sua contribuição enquanto elemento norteador da formação profissional que se sustenta em um pressuposto teórico explícito.

Nesse momento de efervescência da categoria, que se orienta agora pela nova legislação que reconceitua o profissional, a formação acadêmica ganha reforço na sua discussão.

Faz-se necessário então ter uma leitura contextual do papel do currículo e das possíveis limitações.

"... Exatamente como nenhum currículo é centralmente responsável pelo processo de reprodução social, nenhum currículo vai garantir a transformação social. (p. 63)"⁵⁰

Partindo da análise do autor, sem negar a efetiva contribuição do currículo para o processo de democratização da escola e da sociedade, percebe-se a riqueza do momento para a discussão da formação do Nutricionista, no seio da categoria.

⁵⁰. SILVA, Tomaz Thadeu, op. cit.

CAPÍTULO 3

A PROFISSÃO DE NUTRICIONISTA: CONFRONTO ENTRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA

"A práxis pedagógica encontra seu sentido no contexto de toda prática que o homem realiza ao longo da história. Não é, portanto, algo fechado nos muros da escola. (p. 16)".¹

Tendo-se como ponto de partida o pressuposto de que a *teoria*² é colocada em cheque nos vários momentos onde se desenvolve a *prática*³, será estabelecido, nesse momento, um confronto entre estes dois elementos a partir das diversas óticas que permeiam o que denominamos *visão*.

Ao se propor conjuntos específicos de questões⁴ para cada um dos quatro grupos estudados - docentes, discentes, nutricionistas e entidades de classe - procurou-se extrair o nú-

¹. PÁDUA, Maria Terezinha de Souza. *Enfoque sociológico de currículo: análise de um caso*.

². *Teoria* é entendida como formação profissional.

³. *Prática* é entendida como ação profissional.

⁴. ANEXO VI, VII, VIII e IX : Questionários aplicados aos docentes, discentes, nutricionistas e entidades de classe.

cleo de preocupação temática desses grupos. As questões foram trabalhadas independentemente do curso estudado.⁵

As questões, formuladas com base nos quatro grupos, foram colocadas ao acaso no instrumento utilizado de forma a garantir maior objetividade às respostas. As questões eram abertas, sendo que o instrumento de docentes é composto de sete questões; o de discentes de cinco; o de nutricionistas de cinco e o das entidades de classe de sete.

No estudo dos dados desenvolveu-se nova articulação, visando a evolução lógica na cadeia dos dados levantados junto a cada grupo, conforme será demonstrado nos comentários específicos de cada um deles.

Na introdução da análise de cada grupo, teve-se a preocupação de explicitar a base teórica que justifica a introdução de cada questão.⁶

3.1 - Visão docente

Foram consultados docentes de onze cursos de formação de nutricionistas no país. Obteve-se resposta de setenta nutricionistas que se encontram no efetivo exercício da docência, respondendo por disciplinas da área profissional, de um total de

⁵ ANEXO X: Cursos de nutrição consultados.

⁶ ANEXOS de XII a XXVI são as tabelas referentes às questões.

duzentos e trinta questionários enviados a quinze cursos.

Neste momento, em que efetiva a análise dos dados, abandona-se a ordem das questões, apresentadas no ANEXO VI, para utilizar os dados de forma articulada.

Para tanto, percorreu-se um novo caminho:

- Alcance do objetivo geral do curso.
- Política curricular analítica x Relação de poder e ideologia.
- Dinâmicas que subsidiaram modificações curriculares.
- Reformulação curricular x Conhecimento específico na área de currículo x Apoio pedagógico.
- Trabalhos de desenvolvimentos a nível nacional pela categoria de nutricionistas x Influência nas modificações curriculares.
- Modificação no perfil do profissional via currículo.
- Sugestões para a formação do nutricionista x Situação atual da sociedade brasileira.

Na hierarquização das informações pretendidas na *Visão Docente*, coloca-se como prioritária a necessidade de se conhecer a avaliação que os professores fazem quanto ao alcance do objetivo do curso ao qual pertencem. Essa informação representa a percepção da amplitude da formação do profissional nutricionista, pelos agentes pedagógicos.

O fato do objetivo ser ou não atingido deve ser considerado em relação ao projeto curricular. Procurou-se, desta maneira, identificar o caráter do projeto implementado, baseando-se, de um lado, no aspecto puramente analítico: grade, organização de conteúdos e matérias e, de outro lado, contextualização social: a relação de poder e a ideologia.

Dependendo da direção dada por esse projeto pode-se perceber pontos que facilitam ou dificultam o alcance do perfil idealizado e legitimado na definição do objetivo dos cursos.

Mantendo uma relação de coerência ou antagonismo com a postura explícita que orienta oficialmente a prática docente, procurou-se identificar a metodologia utilizada durante a discussão curricular.

No sentido de penetrar de maneira mais profunda nessa teia da prática docente, levantou-se de que forma o currículo foi debatido.

Na medida em que cada curso, ao perceber a necessidade de discutir o seu currículo, implementou discussões que passaram de forma diferente pelos participantes do processo, procurou-se levantar quais foram as formas adotadas nestas discussões.

Conhecer a forma como essas discussões foram levadas, no sentido de permitir o envolvimento de todos os interessados, torna-se mais importante do que saber qual o conteúdo específico das discussões.

A seleção dos interlocutores aponta, com certeza, para os pressupostos da prática docente e portanto, para os possíveis compromissos.

Reformular currículo não significa somente dominar tecnicamente o conteúdo necessário à formação do profissional. Com base nesse entendimento, levantou-se entre os docentes-nutricionistas o domínio do conhecimento específico na área de currículo.

Entende-se que as intenções explicitadas nos documentos, muitas vezes, não são atingidas na prática, por uma dificuldade básica na qual se debate a maior parte dos técnicos-docentes, que é a falta de domínio metodológico para a implementação da proposta.

A nível documental os pressupostos explícitos não representam o maior peso sobre o produto final esperado, em termos do perfil do profissional. Os pressupostos implícitos na prática docente acabam por determinar uma outra orientação ou direção.

Considerando-se que a preocupação com o currículo do nutricionista foi verticalizada em vários eventos de caráter nacional, levantou-se o nível de influência desses trabalhos nas

reformulações curriculares ocorridas após 1981, marco do início das discussões.

Partindo-se desse entendimento, procurou-se identificar as possíveis influências sofridas pelos currículos reformulados, decorrentes dos trabalhos desenvolvidos.

Entende-se que o conhecimento de todo processo histórico da discussão curricular tem que ser considerado mesmo que contribua para a negação dos pontos levantados.

Entendendo-se ainda que conhecer o que já se produziu cientificamente sobre determinado assunto, é condição *sine qua non*, para se avançar em qualquer campo do conhecimento, sentiu-se necessidade de identificar a relação daqueles docentes que reformulam currículos, com a produção da área.

Todas as modificações propostas são desencadeadas por vários motivos que, na verdade, podem ser representados basicamente pela busca do perfil do profissional nutricionista.

A mudança somente terá sentido, se houver condição de avaliar o perfil do profissional, fruto de uma determinada orientação anterior e o que se tem, após o redimensionamento curricular.

Nesse sentido, procurou-se levantar entre os docentes, quais as mudanças observadas no perfil do nutricionista e que pudessem ser atribuídas às modificações curriculares.

Se o profissional melhorou ou piorou ou se ainda está longe de ser o que se planejou, significa que a busca tem que continuar. Esse é um compromisso que pertence a vários interessados no processo, mas o comando das ações é atribuição docente.

O compromisso com o produto final leva à necessidade dessa avaliação por parte dos professores.

Considerando-se o atual momento em que a sociedade brasileira foi assolada pela fome, sem similares em épocas anteriores, buscam-se sugestões, junto aos docentes, para a formação desse profissional, a partir do quadro desenhado com suas vertentes sociais, políticas e econômicas.

Entende-se que o papel do nutricionista está cada vez mais distante da sua efetividade.

A trajetória percorrida através do pensamento docente nos permite dialogar com maior propriedade sobre a nossa questão central: *A formação do nutricionista*.

Partindo do objetivo do curso, até se chegar a avaliação das mudanças no perfil profissional, foi o caminho percorrido através da *Visão Docente*

3.1.1 - Alcance do objetivo geral do curso

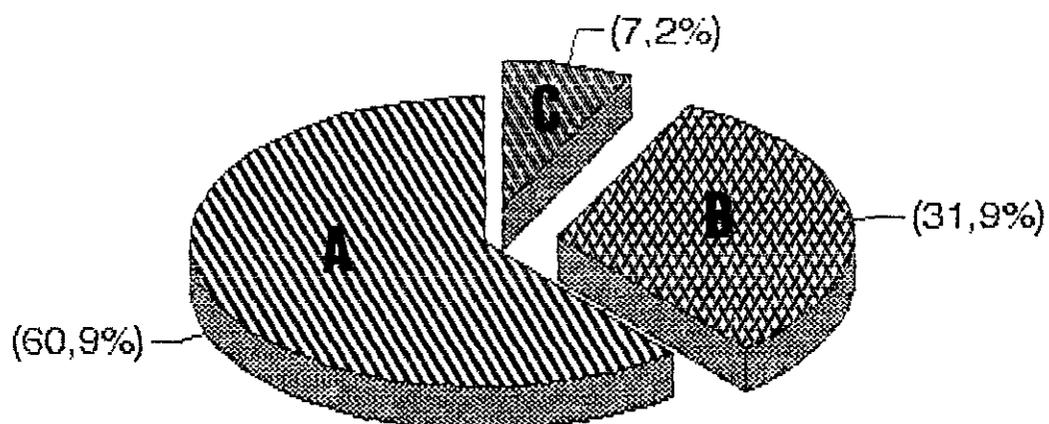
Entendendo-se que o currículo representa o instrumento que sistematiza as finalidades, os objetivos e a forma de

execução do ensino, indagou-se aos docentes, se o objetivo geral do curso está sendo alcançado.

Considerando-se que a partir da utilização desse instrumento, os binômios conteúdo/forma, finalidade/objetivos devem permitir todas as condições para se formar o profissional desejado, extraiu-se o pensamento docente a nível dos cursos consultados.

O GRÁFICO I indica a distribuição dos docentes frente ao alcance dos objetivos do curso.

GRAFICO I - VISAO DOCENTE
ALCANCE DOS OBJETIVOS DO CURSO



- A - O objetivo está sendo atingido
- B - O objetivo não está sendo atingido
- C - O objetivo foi atingido em parte

Os docentes das escolas de formação de nutricionistas dividem-se quando avaliam se o objetivo do curso está ou não sendo atingido. Este antagonismo, revela expectativas divergentes quanto ao produto final que é esperado.

Entre os docentes pesquisados encontra-se cerca de 60% entendendo que o objetivo do curso está sendo atingido, seguidos de 7% que avaliam que se atinge apenas em parte, contra cerca de 30% que afirmam não se atingir o objetivo proposto pelos cursos.

A tentativa de análise daqueles que julgam que não se atinge o objetivo, passa em 45% deles pela quantidade de carga horária prática e teórica em algumas disciplinas, pela superposição de disciplinas sem a devida articulação, pela capacitação docente e mesmo pelo desconhecimento da estrutura social em que vivemos, o que remete o profissional a uma posição ingênua como afirma um docente: *"Ainda formamos profissionais ingênuos quanto à estrutura social em que vivemos e reprodutores 'robotizados' do modelo existente"*.

A divergência em relação aos anseios da sociedade, a visão crítica pouco desenvolvida e a direção exigida pelo mercado de trabalho, representam cerca de 31% dos motivos que impedem o alcance do objetivo.

A capacitação docente ocupa nesse contexto cerca de 13% das razões identificadas. A falta de clareza em relação ao perfil do nutricionista representa cerca de 9% das razões.

Percebe-se, nesse elenco de causas identificadas para o não alcance do objetivo, que poucos docentes remetem as dificuldades à falta de um perfil claro do profissional.

Essa falta de clareza entre os docentes, quanto ao perfil desejado e os objetivos a serem atingidos, é revelada nas respostas às questões propostas. Aparece de forma clara a necessidade de se conceituar *quem é o Nutricionista, qual o seu papel social*. É nítido o imperativo de se remeter essas questões aos anseios da sociedade que aguarda um profissional que represente a não polarização no binômio competência técnica/compromisso político.

O conjunto de docentes não fala uma mesma linguagem, não tem entendimento e visão acerca da necessidade de contextualizar a formação do profissional considerando a sociedade, o momento histórico e os imperativos sociais que emergem exigindo, cada vez mais, um profissional competente e comprometido com a melhoria das condições de saúde da população.

Percebe-se que há necessidade de conceituar "currículo" num primeiro momento, de envolver todos os interessados nesta discussão, de clarear a questão do objeto de trabalho/estudo.

Torna-se necessário reavaliar o objetivo geral do curso, uma vez que este guarda relação estreita com o perfil do profissional a ser formado. Nesse contexto de muitas interrogações, os cursos mostram-se preocupados em atender ao mercado de trabalho como um fim em si mesmo.

Comparando o depoimento de vários professores de um mesmo corpo docente, verifica-se que a clara fragmentação por área não permite levar ao objetivo que é atribuído aos cursos, isto é, formar o nutricionista generalista.

3.1.2 - Política curricular analítica x Relação de poder e a ideologia

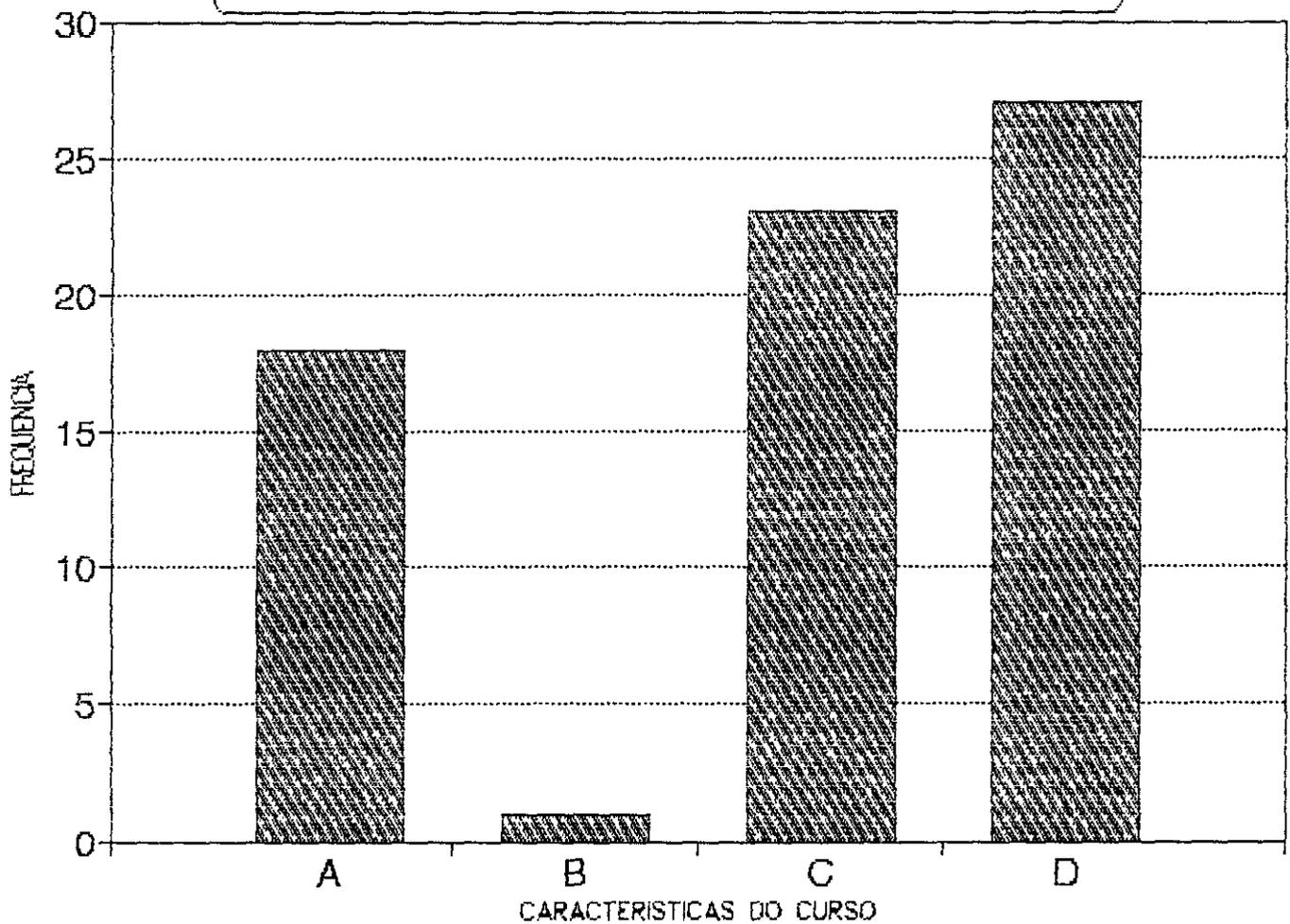
Traçar uma Política Curricular pressupõe atribuir às diretrizes e metas a serem alcançadas, toda uma visão de mundo e um papel social à escola.

A legislação que normatiza o ensino e, muitas vezes, todo o trabalho desenvolvido, não consegue ir além do estritamente técnico/analítico. A necessidade de contextualização desse currículo, para dar-lhe aspecto e importância sociais, não faz parte da preocupação de um grupo significativo de docentes, talvez, por não perceberem essa necessidade.

Para estes, a discussão sobre a estrutura social política e econômica não se relaciona com o papel do profissional nutricionista. Nesta linha, encontramos a declaração de incapacidade de contribuir para a melhoria do estado nutricional da população, uma vez que não é sua função resolver problemas de ordem social.

Procuramos levantar, no grupo pesquisado, qual a linha das discussões que visa determinar uma política curricular para o Curso de Nutrição. Os dados obtidos encontram-se no GRÁFICO II.

GRAFICO II - VISAO DOCENTE
POLIT. CURRIC. ANALIT. & PODER/IDEOLOGIA



- A - Puramente analítica
- B - Ideologia própria
- C - Não sabe, não discute, não participa
- D - Caráter político-analítico/pedagógico e filosófico

A política curricular é o alicerce de um curso e deve ser compromisso de todos os docentes e não somente de uma comissão ou equipe. Percebe-se, a partir dos dados, que a discussão não passa por todos os docentes no mesmo nível de conhecimento das informações e de responsabilidade com o processo. Aliada a este aspecto, encontra-se a dificuldade, quase que generalizada, de se sair da avaliação puramente analítica e avançar no sentido de contextualizar esse currículo na sua relação com o poder e a ideologia.

A articulação entre sociedade, saber e educação é uma dificuldade expressa nos depoimentos dos docentes que, frente ao processo de formação de um profissional, não poderiam deixar de montar uma colcha de retalhos, sem uniformidade no tamanho do conteúdo, na forma de repassar/legitimar estes conhecimentos e na articulação entre a teoria e prática.

A partir dos dados obtidos, trazendo para um mesmo grupo aqueles que reconhecem a política curricular como puramente analítica e aqueles que desconhecem o processo de discussão, reúne-se cerca de 60% dos docentes pesquisados.

Este é um quadro que aponta para a necessidade de se verticalizar as questões relativas às áreas de conhecimentos afins, fortalecendo, dessa forma, uma política curricular compatível com as expectativas da formação do profissional nutricionista.

Entre os dados levantados encontramos um docente que afirmou: "O curso tem ideologia própria".

Essa afirmação não teria importância do ponto de vista quantitativo mas, analisando qualitativamente, percebe-se os bloqueios pelo desconhecimento da definição do termo *Ideologia*, indicador do perfil do quadro heterogêneo dos docentes nutricionistas.

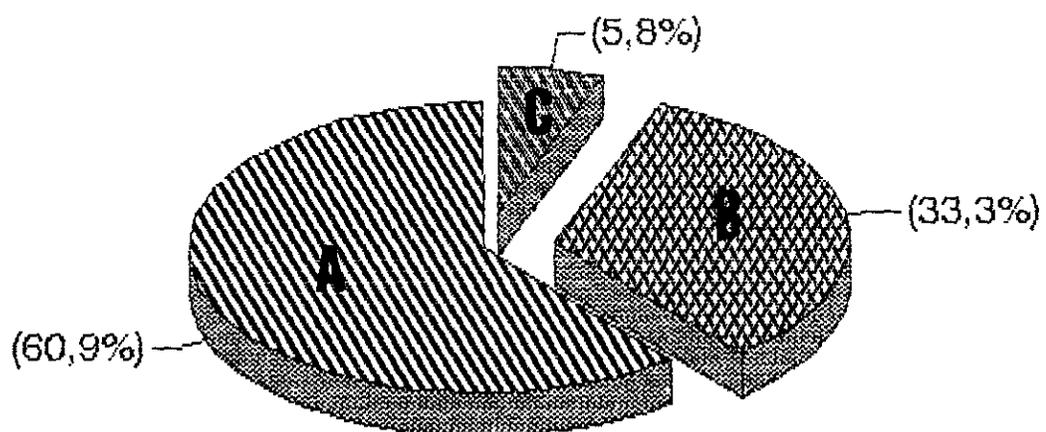
3.1.3 - Dinâmicas utilizadas nas discussões curriculares

Discutir o currículo de um curso, envolve a participação de vários interessados no processo. O conteúdo das discussões sofre influência decisiva da forma como cada um e o conjunto, se envolve enquanto parte integrante, interessada e comprometida com os resultados.

Procuramos verificar entre os docentes pesquisados qual foi ou é a metodologia adotada nas discussões levadas a termo ou planejadas para um futuro próximo.

O GRÁFICO III apresenta os resultados obtidos.

**GRAFICO III - VISAO DOCENTE
DINAMICA DAS DISCUSSOES CURRICULARES**



- A - Seminários, discussões, reuniões, outros
- B - Não sabe informar, não lembra, nenhuma, não participou
- C - Em estudo, é o primeiro currículo

O desejo manifesto pelos cursos em realizarem alterações nos currículos, não se traduziu por dinâmicas semelhantes para desencadear o processo. Este é um dado, que aliado à falta de envolvimento e de informação sobre o processo de discussão curricular, revela um perfil do corpo docente dos cursos para formação do nutricionista que remete, mais uma vez, à conclusão de que faltam elos nessa cadeia que compõe a formação do profissional. Já foi levantada a questão: Quem é o profissional que formamos? E cabe agora levantar outra questão que precede: Quem é o docente que forma esse nutricionista?

As discussões com ampla participação representaram as dinâmicas apontadas por cerca de 60% dos docentes.

Alguns (33%) revelam que não sabem informar, não lembram, ou, ainda, que não houve nenhuma dinâmica utilizada ou que não participaram das discussões. Esse último grupo vem reforçar a tese de que algo está faltando.

Parece que o tratamento da questão não é um compromisso de todos, e que as lacunas identificadas são indicativas da ausência de um trabalho coletivo, que busque o envolvimento de docentes, discentes, profissionais, entidades de classe, das instituições empregadoras e da sociedade como um todo.

Um percentual baixo, cerca de 6% dos docentes, pertenciam a cursos que estão no seu primeiro currículo ou que se encontram em estudos preliminares para a reformulação curricular.

A opção por uma forma ampliada de discussão ou o não envolvimento no processo, são posições antagônicas que apontam para compromissos divergentes. No anexo XII, à página 289, observam-se as diversas formas utilizadas para discutir o currículo.

A partir do tratamento dos dados levantados percebe-se que esse antagonismo e essa divergência co-habitam na prática pedagógica de docentes de um mesmo curso.

A capacitação docente e o compromisso com a formação do profissional não podem prescindir de um envolvimento coletivo.

3.1.4 - Reformulação curricular x Conhecimento específico na área de currículo x Apoio pedagógico

As modificações curriculares são levadas a termo nos vários cursos e contam com a participação, em maior ou menor intensidade, do corpo docente dos cursos de Nutrição.

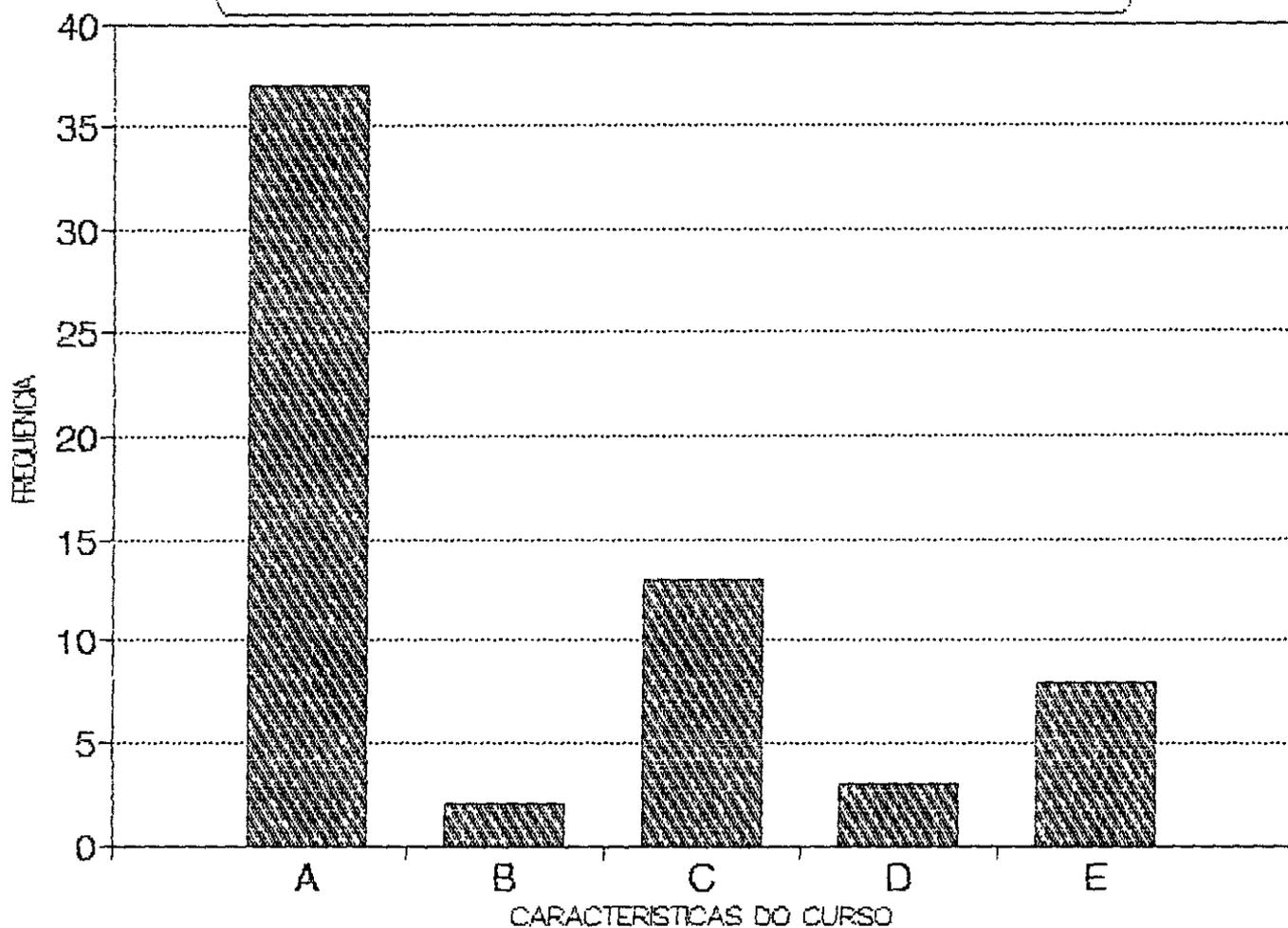
Como consequência da própria falta de formação específica para a docência, o conhecimento sobre currículo deixa a desejar, influenciando as decisões tomadas.

Procurou-se levantar no grupo pesquisado, de que forma se dá a relação entre a necessidade de reformular o currículo, a falta de conhecimento específico sobre currículo e a procura de apoio pedagógico para cobrir esse vazio frente à defici-

ência.

O GRÁFICO IV mostra a relação dos professores com o conhecimento específico na área de currículo.

GRAFICO IV - VISAO DOCENTE
REFORMUL. CURRICULAR & CONHEC. CURRICULO



- A - O curso teve assessoria
- B - O curso se apoiou em orientações do Seminário Nacional para Avaliação do Ensino de Nutrição
- C - Não sabe, não participou do grupo
- D - O curso não tem equipe de reformulação curricular
- E - Equipe tem conhecimento específico na área de currículo

Os dados levantados demonstraram que as equipes responsáveis pelas reformulações curriculares têm recebido assessoramento de docentes na área de educação porém, acumulam conhecimento na área de currículo de forma não sistematizada. A partir da análise das respostas, percebe-se divergência na visão do problema. A situação apresenta-se com caráter geral nos cursos analisados e deverá passar por uma questão maior que é a discussão da prática pedagógica do docente nutricionista.

Aqueles que fazem parte das equipes responsáveis pelas reformulações curriculares e que tiveram a oportunidade de receber assessoramento pedagógico do pessoal da área de Educação, trabalham sob a luz desses conhecimentos que, praticamente, se circunscrevem aos membros da comissão. Identificam-se professores de um mesmo Curso afirmando que não têm informações a respeito da assessoria, que não participam de nenhuma equipe, que não existe a equipe ou que desconhecem o trabalho realizado, mostrando que esta preocupação/compromisso não envolve os docentes dos Cursos na sua totalidade.

Vislumbra-se, frente a esta constatação, a ausência de um denominador comum entre aqueles que se dedicam à prática pedagógica, que é a preocupação com a formação docente. Temos, na verdade, técnicos que repassam conhecimentos e, na sua maioria, com ou sem cursos de pós-graduação, apresentam-se despreparados para a docência.

O fazer pedagógico demanda uma ampliação da visão/conhecimento especificamente técnico.

O preparo para a docência pressupõe conhecimento de pedagogia e ciências afins, para garantir o respaldo para o planejamento e execução da prática pedagógica.

3.1.5 - Trabalhos desenvolvidos a nível nacional pela categoria de nutricionistas x Influências nas modificações curriculares

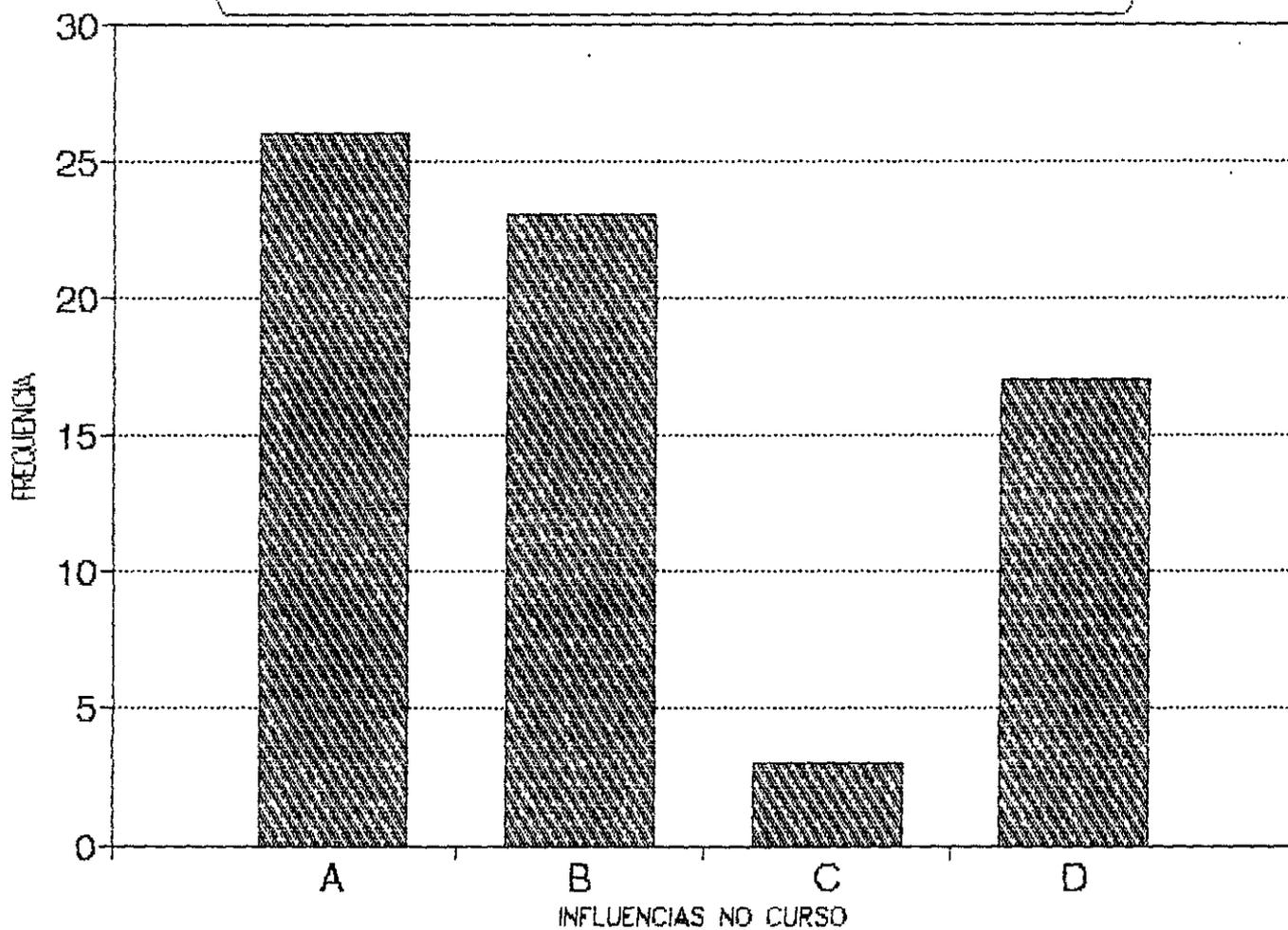
Um grupo de profissionais comprometidos e engajados desencadeou o processo de discussão do *perfil do nutricionista*, levantando e analisando a formação desse profissional como elemento determinante do produto final desejado.⁷

Procurou-se levantar, no grupo de docentes pesquisados, qual o nível de influência desses trabalhos nas reformulações efetivadas no processo de implantação, entendendo que o compromisso com a formação profissional passa pelo conhecimento da história da categoria e pela análise crítica.

No GRÁFICO V apresenta-se a opinião dos docentes quanto a influência dos trabalhos nacionais já citados, no processo de reformulação curricular.

⁷ Ver Capítulo 2, durante o Diagnóstico dos Cursos de Nutrição no Brasil e Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição.

**GRAFICO V - VISAO DOCENTE
TRABALHOS NACIONAIS & MODIFIC. CURRICULAR**



- A - Influenciaram o currículo, os estágios, a carga horária, a nomenclatura das disciplinas, melhoria no entrosamento docente
- B - Não sabe informar, desconhece o Seminário de Avaliação dos Cursos de Nutrição e os trabalhos decorrentes
- C - É o primeiro currículo, pretende fazer uso dos dados futuramente
- D - Os trabalhos não influenciaram em nada

Há exatamente uma década foi dado o primeiro passo no sentido de discutir a formação do nutricionista e, a partir deste trabalho, vários outros surgiram com a finalidade de verticalizar os pontos de estrangulamento identificados. Apesar desse esforço que tomou uma dimensão nacional como fruto do interesse daqueles que acreditam que a categoria tem um papel nesta sociedade, muitos não tomaram conhecimento dos resultados e permaneceram com uma visão sectária e estreita, remetendo as dificuldades e os entraves da prática profissional, aos indivíduos, sem a análise de conjuntura.

As distorções na estrutura e organização dos conhecimentos, apontados pelo Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição e trabalhos decorrentes, foram assumidas em pequena escala pelos cursos, influenciando modificações discretas de caráter estrutural apenas, de uma forma quase que generalizada.

A partir dos dados levantados, somando-se os docentes que não sabem informar, desconhecem o Seminário de Avaliação do Ensino de Nutrição e os trabalhos decorrentes, com aqueles que afirmam que esses trabalhos não influenciaram os seus currículos em nada, encontraremos 58% dos docentes pesquisados.

Cerca de 38% daqueles que relacionam os trabalhos nacionais às suas modificações curriculares, tendem a apontar influências no currículo como um todo, sem especificarem de que forma ocorreram. Apontam ainda, modificações específicas nos estágios, na carga horária, na nomenclatura das disciplinas e melhoria no entrosamento docente.

Fica patente a existência de duas situações no corpo docente composto por nutricionistas: De um lado, estão aqueles alheios ao processo de discussão nacional da formação do profissional, ou por desconhecimento, ou por não considerá-lo na investigação dos problemas identificados. De outro lado, estão aqueles que reconhecem o papel determinante desses trabalhos na caminhada das reformulações curriculares propostas.

Esses últimos tecem considerações que podem ser classificadas como estruturais deixando, de lado, a discussão dos pressupostos que sustentam as novas bases propostas.

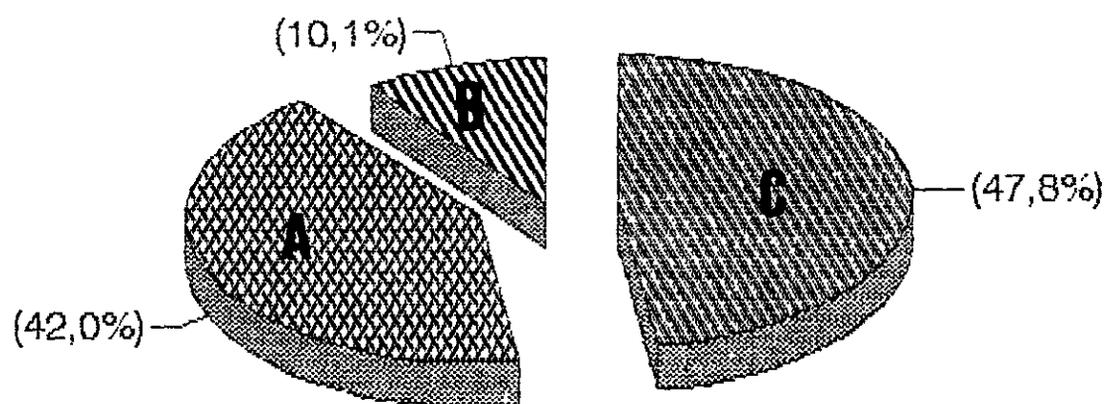
3.1.6 - Modificação do perfil do profissional via currículo

Ao longo dos anos, os cursos de nutrição experimentaram modificações curriculares que representam o reflexo das insatisfações levantadas.

A formulação dessa questão teve como objetivo sentir o que significou para o *perfil profissional* as modificações curriculares levadas a termo, segundo a visão dos docentes.

O GRÁFICO VI mostra a percepção dos docentes em relação à esta questão.

GRAFICO VI - VISAO DOCENTE
MODIF. PERFIL PROFIS. VIA CURRICULO



A - Houve modificação
B - Não houve modificação
C - respostas diversas

Dentre os docentes pesquisados encontra-se cerca de 10% que não conseguem perceber reais modificações no perfil do profissional formado, a partir das modificações curriculares efetuadas.

Entre aqueles que apontam modificações no perfil do profissional, remetendo-as ao currículo (42,2%), observa-se que aparecem dois aspectos: modificações positivas e modificações negativas, dados que podem ser observados no anexo XIII, à página 290.

Entre as modificações consideradas positivas, foram apontadas: o maior equilíbrio entre as áreas, a adequação ao mercado de trabalho, o despertar da consciência profissional, a ampliação da visão social, o maior interesse pela área de produção, a ampliação da área de atuação, o que acarretou maior abertura para os profissionais. Nesse grupo encontramos 69% dos docentes.

As modificações consideradas negativas foram atribuídas à grade curricular, à dissociação entre a teoria e a prática, à insuficiência de conteúdo, à falta de eixo epistemológico, ao excesso de conteúdo que torna o profissional teórico, à qualidade do curso e à escassez de programas de capacitação docente. Compuseram esse grupo cerca de 31% dos docentes.

Cerca de 47% dos componentes do corpo docente pesquisado deram respostas diversas à questão.

Apesar de não se ter como objetivo a identificação das especificidades dos cursos e sim, o de trabalhar o grupo docente frente às suas expectativas e ao seu modo de lidar com a prática pedagógica, percebe-se que a visão de mundo e, portanto, a maneira de trabalhar conteúdo/forma e a sua relação com o perfil do profissional, não diverge somente de curso para curso e sim, dentro de um mesmo corpo docente.

3.1.7 - Sugestões para a formação do nutricionista x Situação atual da sociedade brasileira

No momento em que se encontra em discussão a formação do nutricionista, não se pode perder de vista o papel social que este desenvolve na sociedade brasileira.

Várias reformulações curriculares ocorreram nos diversos cursos e torna-se imprescindível contextualizá-las, remetê-las aos constantes movimentos sociais que garantem modificações importantes no comportamento da sociedade.

As reais necessidades da população frente ao momento de progressiva perda do poder aquisitivo, devem ser acompanhadas pelo nutricionista e, para tanto, é necessário garantir através da formação profissional todo um conhecimento técnico perfeitamente articulado com uma visão social ampla.

Levantou-se entre os docentes pesquisados as suas sugestões para a formação que possibilitassem o alcance desse desempenho técnico/crítico.

Considerando a atual situação da sociedade brasileira, este corpo docente mostra-se preocupado com a formação do profissional e aponta formas de se entregar à sociedade um técnico que atenda às suas reais necessidades.

Alguns insistem em que se deve formar um nutricionista generalista. Sabendo que este é o perfil indicado no objetivo geral de todos os cursos, perguntar-se-ia: O que estaria então faltando para que se atinja este objetivo? Muitos acreditam que este profissional deverá ser técnico, crítico e atuante. Este viés do perfil do nutricionista também faz parte dos objetivos propostos e volta-se a perguntar: O que está então faltando? A ampliação da visão social é necessidade apontada, sendo também, parte integrante dos objetivos dos cursos. Outros dizem, ainda, que é necessário ampliar a prática.*

Reportando-se à definição do tipo de profissional a ser formado, encontra-se em todos os cursos da seguinte forma:

"O Curso de Nutrição da Universidade... tem como finalidade a formação de um profissional de saúde, de caráter generalista, que possa atuar nas diferentes áreas, desenvolvendo uma percepção crítica da realidade social e econômica."

* A dispersão das respostas levou a não se considerar o percentual dos dados.

Volta-se a interrogar, se a nível de intenção todos mostram-se coesos, o que está faltando para que se possa atingir estes objetivos?

A situação indica que uma discussão conjunta deve, com urgência ser desencadeada: Quem é este docente que forma o nutricionista? Qual a sua visão de mundo? Qual a sua prática pedagógica? Um técnico competente, garante um bom desempenho docente? A prática pedagógica é submetida a uma avaliação?

Ficou patente a necessidade de se investir na formação docente, com uma complementação de conhecimentos que garanta elementos para o exercício da docência.

A pesquisa como subsídio ao ensino, tem o seu espaço via cursos de pós-graduação *stricto sensu*, não garantindo, porém, os requisitos necessários ao professor para desempenhar o seu papel. Se este papel não está sendo executado de forma adequada, necessariamente, não há condição de se atingir o objetivo geral do curso que trará o perfil profissional que consta nos cursos a nível documental e não a nível de prática.

Na verdade, existe um consenso explícito, através do objetivo geral dos cursos, em relação ao profissional que se deseja formar e uma prática implícita quase sempre contradizendo a proposta teórica.

A discussão sobre o perfil profissional ainda não obteve os resultados esperados no seio da categoria. O processo foi desencadeado, esta em movimento. Não se sabe ainda quem é,

ou mais, *quem deveria ser esse nutricionista.*

E os Cursos trilham caminhos diversos, tendo como meta esse objetivo geral que é comum a todos.

3.2 - Visão Discente

O segundo grupo pesquisado está representado por alunos do último período do Curso de Nutrição, uma vez que são aqueles que detêm a visão global da formação e condição de colaborar com críticas e sugestões para a sua melhoria.

Do total dos instrumentos enviados, duzentos e cinquenta, foram devolvidos noventa, oriundos de onze, dos quinze Cursos de Nutrição consultados.

À semelhança do critério utilizado para categorizar as respostas dos docentes, extraímos as temáticas que representam o cerne de cada questão.

A estes alunos, que se encontram próximos do exercício de profissão, foram propostos temas que possibilitassem uma avaliação do curso enquanto proposta teórica e aplicação prática. Na qualidade de alunos do último período possuem, portanto, condições de estabelecer relação entre o que esperavam e o que obtiveram.

Seguindo a linha de análise proposta, admite-se um novo caminho para a articulação dos dados levantados, alterando a ordem apresentada no ANEXO VII:

- Expectativa no início do curso.
- Objetivo do curso.
- Proposta teórica contemplada na prática.
- Entraves encontrados na prática x Relação com a formação profissional.
- Visão de mundo do curso x Visão de mundo dos profissionais.

Buscou-se junto aos alunos informações, a partir da sua expectativa ao ingressar no Curso de Nutrição considerando que esses, ao chegarem, trazem bagagens diferentes e variadas informações a respeito da profissão.

Seguindo a hierarquia e encadeamento das informações necessárias ao estudo, procurou-se saber se o aluno conhecia o objetivo do curso e, em caso afirmativo, se este teria sido atingido ou não e, se não o foi, por que?

Esse é um dado que se reveste de grande importância, uma vez que é parte integrante do processo pedagógico, o envolvimento das partes interessadas em todas as suas fases.

Remetendo a análise do aluno para o contexto que lhe permitiu a complementação prática da sua formação, solicitou-se a sua avaliação quanto ao confronto entre a proposta teórica e a prática possível, no sentido de obter o *feed back* que possibilite a retroalimentação do processo pedagógico.

Ampliando o universo da avaliação desse futuro profissional, buscou-se a sua crítica para o binômio Visão de mundo repassada pelo curso/Visão de mundo dos profissionais formados com os quais se relacionaram no campo de trabalho.

Essa é uma questão ampla que fecha o círculo de análise que foi proposto, visando levantar os pontos questionados na formação do nutricionista a partir da visão discente.

Nesse sentido, partiu-se do momento em que o aluno tinha apenas uma expectativa até chegar ao final do curso, momento igualmente importante, após uma trajetória que imprimiu as suas marcas no futuro profissional.

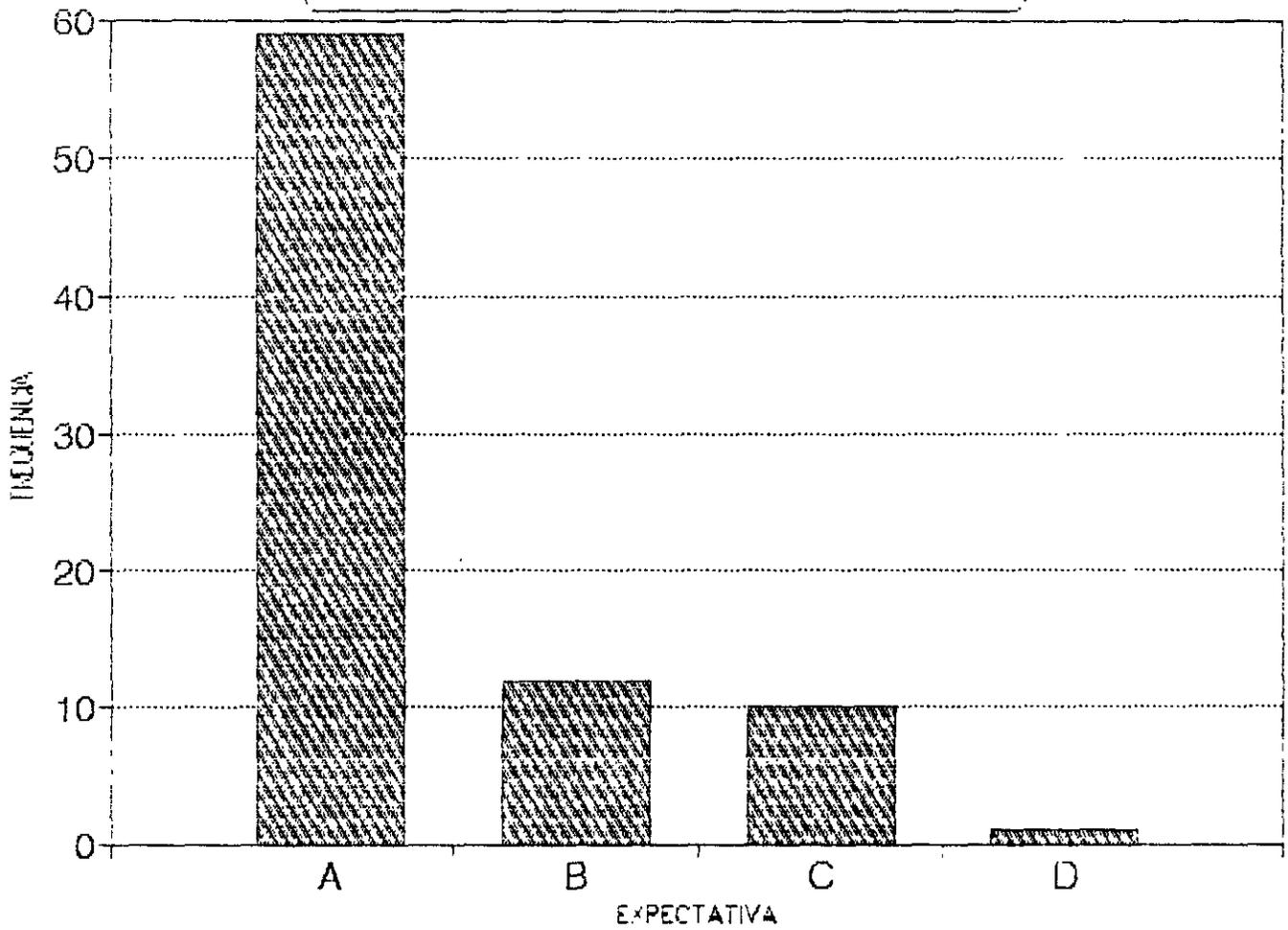
3.2.1 - Expectativa no início do curso

O processo de escolha de uma carreira profissional pressupõe uma expectativa que se tem frente ao curso a ser realizado.

Procurou-se levantar, junto aos futuros profissionais, o resultado da avaliação entre o esperado no momento do ingresso e o alcançado ao final do curso. Saber se a expectativa foi ou não atingida e quais as razões para a possível frustração, representou o objetivo da questão proposta.

O GRÁFICO VII mostra a percepção dos alunos em relação a esta questão.

**GRAFICO VII - VISAO DISCENTE
EXPECTATIVA NO INICIO DO CURSO**



- A - A expectativa foi atingida
- B - A expectativa não foi atingida
- C - A expectativa foi atingida em parte
- D - Não pode avaliar

Percebe-se neste conjunto de informações que seria necessário levantar o grau de expectativa que está sendo passado para quem procura a profissão, uma vez que o tão esperado "generalista" não consegue se considerar como tal, ao final do curso.

No grupo de pessoas que se consideraram premiadas nas suas expectativas existentes no início do curso encontrou-se, contraditoriamente, aqueles que na consulta sobre o alcance do objetivo, dividiram-se respondendo sim, não ou em parte.

Os alunos que responderam que o curso não atingiu suas expectativas, atribuíram este fato às seguintes causas: disciplinas mal ministradas e sem objetivos claros (37,5%); dissociação entre a teoria e a prática (18,7%); falta de competência técnica dos professores (6,3%); falta de recursos (6,3%) e ao curso como um todo (31,2%), conforme pode-se observar no anexo XIV, à página 291.

Como entender que o curso leva quem o fez a considerar-se satisfeito quanto às suas expectativas e ao mesmo tempo a negar que este mesmo curso tenha atingido o seu objetivo?

É nítida a falta de identidade profissional

O aluno tem uma expectativa, considera-se satisfeito porque era desta forma mesmo que ele reconhecia o profissional no qual se tornaria mas, em contrapartida, a sua leitura do objetivo ao qual o curso se propõe, não o convence de tê-lo

levado àquele perfil proposto. A identificação de tal posição entre aqueles que estão prestes a integrar a categoria de nutricionistas, leva a identificar-se a necessidade de uma grande reflexão sobre o hiato que se instala entre a proposta teórica e prática possível, real, concreta e legitimada.

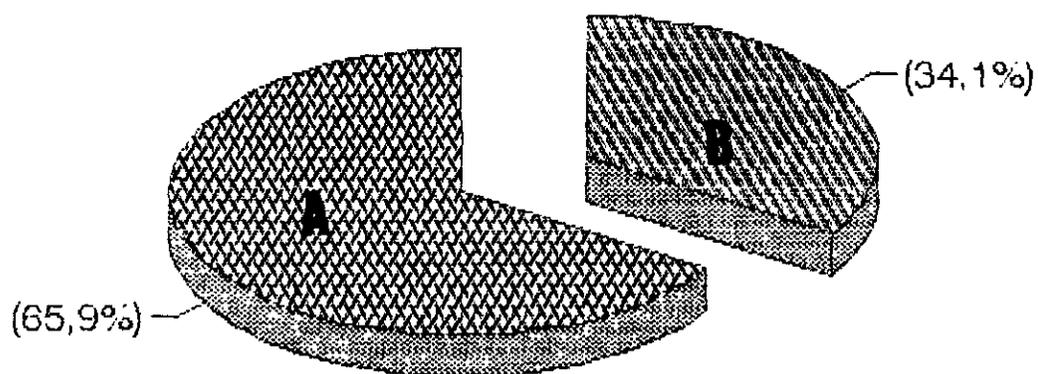
3.2.2 - Objetivo do curso

O objetivo geral do curso possibilita, do ponto de vista teórico, o oferecimento de condições para se caracterizar o profissional que se pretende formar. Ao trabalhar com os formandos do curso de Nutrição procurou-se, num primeiro momento, dentro dessa temática, saber se conheciam o objetivo geral do seu curso.

A partir das respostas afirmativas, procurou-se identificar, entre os alunos pesquisados, se o objetivo foi ou não atingido, levantando as possíveis causas que determinaram o não alcance desse objetivo.

O GRÁFICO VIII indica o conhecimento ou não dos objetivos do curso.

**GRAFICO VIII - VISAO DISCENTE
OBJETIVO DO CURSO**



A - Conhece o objetivo
B - Não conhece o objetivo

Quando aqueles que indicaram ter conhecimento dos objetivos foram solicitados a avaliar se o objetivo do curso estava sendo atingido, dividiram-se em três grupos: aqueles que acreditam que sim (50%), aqueles que dizem que não (19%) e os que consideram que foi atingido apenas em parte (31%).

Várias são as causas apontadas para o não alcance dos objetivos. Entre elas, encontram-se: a deficiência de conteúdo das disciplinas, a falta de qualificação dos profissionais para acompanhar a prática, a forma como é realizada a prática, a desvinculação entre as disciplinas de formação básica e as de formação profissional e a qualidade do currículo de uma forma geral, conforme observa-se no anexo XV, à página 292.

Esses dados remetem a um questionamento em relação ao conteúdo selecionado, legitimado e à forma como são disseminados. Cabe considerar a fragilidade da integração docente assistencial, a desarticulação entre as disciplinas básicas e as profissionais.

Na verdade, questiona-se o conjunto da formação que, segundo a avaliação de 50% dos alunos, está deixando a desejar e, portanto, comprometendo o objetivo geral do curso enquanto discurso teórico.

3.2.3 - Proposta teórica contemplada na prática

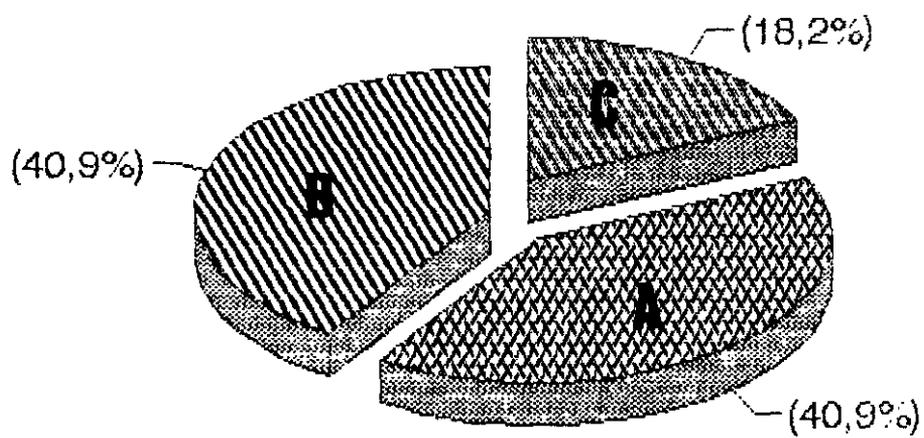
A proposta teórica de um curso nem sempre se concretiza na prática, por uma série de fatores que influenciam ou

determinam outras direcções, que não a pretendida.

Com base nesse entendimento, foi levantado entre os alunos a leitura da relação experimentada entre a teoria enquanto formação acadêmica e a prática representada pela ação profissional.

O GRÁFICO IX demonstra a posição dos alunos quanto a esta questão.

**GRAFICO IX - VISAO DISCENTE
PROPOSTA TEORICA & PRATICA**



- A - A proposta teórica foi contemplada na prática
- B - A proposta teórica não foi contemplada na prática
- C - A proposta teórica foi contemplada em parte

Cerca de 59% dos pesquisados agrupam-se avaliando que a proposta teórica não foi contemplada na prática ou contemplou-se apenas em parte.

As razões que justificam porque a proposta teórica não é contemplada na prática, dividem os alunos em três segmentos. O primeiro (88,8%) considera que a prática é insuficiente frente à teoria dada; que a programação é superficial; que existe uma nítida dissociação entre teoria e prática; que há uma crônica falta de recursos para propiciar essa prática. O segundo (5,6%) considera que falta competência aos profissionais que estão nos campos e, até mesmo, remete esta falha da prática ao momento político do país. O terceiro segmento (5,6%) está representado por aqueles que não explicitaram as causas, conforme observa-se no anexo XVI, à página 293.

Estes são dados de grande relevância, uma vez que a insatisfação que se alastra, em relação ao desempenho do binômio proposta teórica/ação concreta, leva a afirmar que o objetivo geral do curso conta com mais uma variável que compromete a sua efetivação.

Evidencia-se o desequilíbrio, remetido a várias causas, entre a proposta teórica e a ação concreta possível.

3.2.4 - Entraves da prática X Formação profissional

Diversas dificuldades são encontradas na concretização da prática profissional. Da mesma maneira como são múltiplas

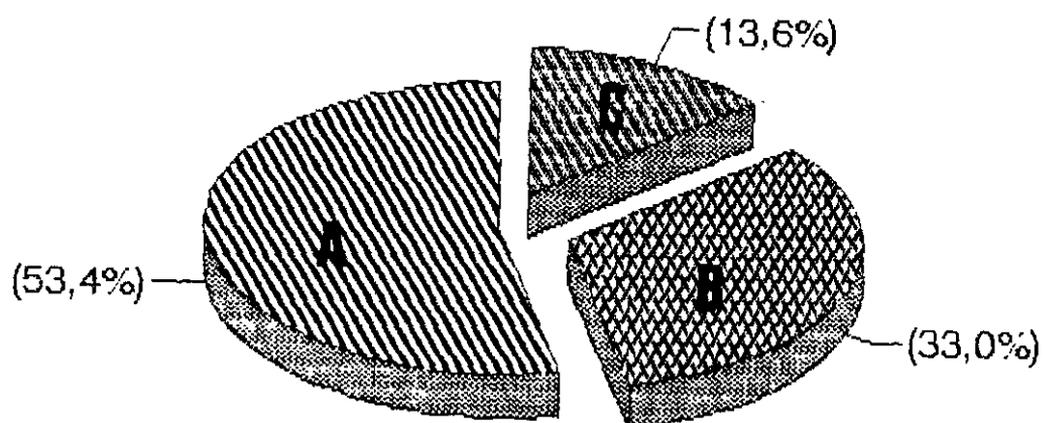
tiplos os entraves, multiplica-se a natureza dos seus fatores desencadeadores.

Apesar de considerar a complexidade tanto da prática profissional, e das causas que justificam essas dificuldades encontradas, optou-se por verificar somente o viés da sua relação com a formação acadêmica.

Os alunos vivenciaram as atividades, nos campos de estágios, e, a partir dessa experiência, procurou-se levantar as possíveis origens de dificuldades localizadas na sua formação.

O GRÁFICO X demonstra a visão dos alunos sobre esta questão.

GRAFICO X - VISAO DISCENTE
ENTRAVES DA PRATICA&FORMAC.PROFISSIONAL



- A - Entraves guardam relação com a formação
- B - Não guardam relação
- C - Guardam relação em parte

Ao vivenciar a realidade da prática profissional, o futuro nutricionista confrontou as possibilidades colocadas à sua disposição, via teoria disseminada. Alguns entraves foram identificados no desempenho da função e a pesquisa revela que, na responsabilidade por essas dificuldades, as falhas na formação profissional são apontadas com uma parcela significativa de contribuição no processo, com algumas variáveis que vão desde o caráter específico até ao mais geral, transcendendo os limites do setor de formação.

Em relação à prática que aparece apontada por 49,2% como uma das responsáveis pelos entraves encontrados, deixa a desejar tanto no que diz respeito a quantidade, quanto à sua não correspondência com a teoria.

Trazendo os entraves para limitações manifestas pela categoria, 16,9% atribuem estes à falta de entrosamento, de interesse, de ética, de segurança, de competência técnica e à acomodação dos profissionais.

A insuficiência de conteúdos em áreas específicas, a repetitividade de alguns conteúdos, e a ausência de área de concentração durante ou no final do curso, aparece apontada por 5,1%. São indicados por 5,1% os seguintes entraves: a dificuldade de relação entre o professor e o aluno, a ausência de formação didática do professor e a necessidade de seleção mais criteriosa de professores.

Cerca de 3,4% remetem as causas dos entraves a uma política maior que se manifesta pela falta de prioridade pa-

ra a área de saúde. Alguns, 20,3%, atribuem as dificuldades encontradas apenas como parte da responsabilidade da formação, sem especificarem de que forma se dá.

Nos outros entraves fora da formação, aparecem salários baixos e a dificuldade de reconhecimento do papel do nutricionista, por outros profissionais. Estes dados aparecem no anexo XVII, à página 294.

Tanto as dificuldades específicas da formação, quanto as relacionadas com a prática do profissional formado, estão inseridas num contexto que imprime as suas marcas.

A realidade mostra a histórica falta de prioridade para os setores de saúde e de educação, aliada à estrutura social vigente e a alarmante situação econômica e social do país, remetendo à necessidade de se ampliar os limites desta discussão que vem permanecendo circunscrita a alguns.

3.2.5 - Visão de mundo recebida no curso x Visão de mundo dos profissionais

Ao concluir um curso o aluno leva consigo o resultado de somatório dos conteúdos técnico/científicos e da percepção do contexto onde estes se inserem.

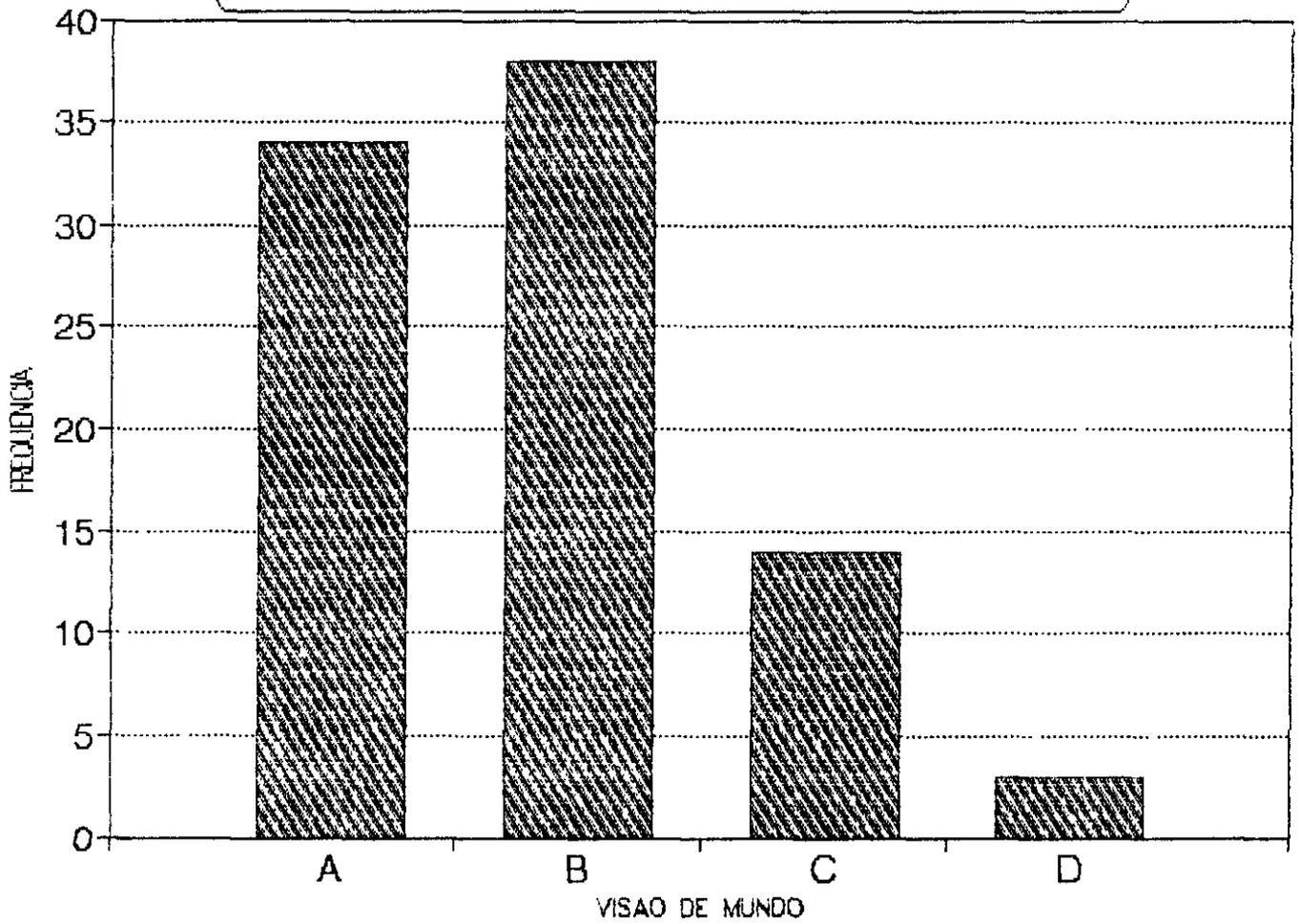
Conteúdos semelhantes podem levar a posturas diversas devido à forma como são selecionados, disseminados e legitimados os conhecimentos.

A prática profissional possível revela outras faces que, até então, permanecem ocultas como consequência de objetivos explícitos teoricamente e de objetivos implícitos, impregnados na prática docente e na prática do profissional.

Levantou-se entre os futuros profissionais, a experiência que a prática profissional dos nutricionistas formados lhes trouxe. Ao estabelecer a comparação entre a visão de mundo por eles recebida e a encontrada nos profissionais, indicaram algumas possíveis justificativas para as divergências identificadas.

O GRÁFICO XI indica a percepção dos alunos frente ao confronto entre a visão de mundo passada pelo curso e a visão de mundo assumida pelos profissionais.

GRAFICO XI - VISAO DISCENTE
VISAO MUNDO DO CURSO&DOS PROFISSIONAIS



- A - Coincide
- B - Não coincide
- C - Coincide em parte
- D - Não sabe

Levantou-se entre os alunos prestes a integrarem a categoria, a análise da visão de mundo dos profissionais com os quais chegaram a se relacionar, estabelecendo um contra-ponto com a visão de mundo repassada pelo curso.

Foram identificadas praticamente duas posições onde se concentra a maior parte dos profissionais: a que reconhece nos profissionais a visão de mundo que lhe foi repassada no curso e a outra que remete à falta de interesse do profissional, à ausência de visão crítica, à falta de atualização e à visão mercantilista da profissão, as razões que justificam a visão divergente identificada nos profissionais.

Este quadro revela a face da categoria e traz em si uma avalanche de decepções uma vez que, em relação às insuficiências do curso, ainda resta uma expectativa de frequentar cursos em diversos níveis e, portanto, recuperar o que faltou.

Por outro lado, fica a visão do avesso ao que se propõe enquanto perfil do profissional. As conseqüências desta situação aparecem na fala dos futuros profissionais. Fica a sensação de que não dá para transformar qualquer situação sem o compromisso de todos ou, pelo menos, da maioria. Aqui fica a questão que vem permeando o início da profissão: acomodar-se ou lutar para alcançar o verdadeiro papel social esperado pela sociedade?

Este é um momento de escolha em relação ao qual a pesquisa deixou a sensação de que o grupo está dividido em duas partes que se antagonizam. Uns lutando para transformar e outros simplesmente reproduzindo o encontrado.

3.3 - Visão do nutricionista

O terceiro grupo pesquisado compôs-se de nutricionistas formados, desempenhando funções nas várias áreas de atuação.

Através das entidades de classe alguns associados, escolhidos aleatoriamente, receberam o questionário específico para os profissionais.

A pesquisa contou com a colaboração de oitenta e um profissionais que se dispuseram a responder às questões propostas, entre cento e noventa e cinco consultados.

O confronto entre a teoria e a prática ganha uma dimensão ampliada, quando discutido por aqueles que têm o seu cotidiano nos vários serviços de alimentação. Os profissionais vivenciam a realidade concreta e têm uma grande contribuição a oferecer no momento em que se propõe reflexões a respeito do papel social do nutricionista, do seu perfil e da sua formação profissional.

Vários aspectos foram levantados entre os pesquisados, identificando-se em cada temática a visão revelada a partir da prática possível desenvolvida.

Dando continuidade à análise dos dados, foram reordenadas as questões, visando identificar a percepção do nutricionista frente ao desempenho da atividade profissional.

Com uma seqüência diferente daquela apresentada no ANEXO VIII, estruturou-se a discussão:

- O nutricionista e as reais necessidades da população brasileira.
- Formação teórica x Realidade da prática profissional.
- Entraves encontrados ao iniciar a profissão.
- Sugestões de modificações curriculares.
- Contribuição do nutricionista para o processo de erradicação da fome.

Foi solicitado ao nutricionista que dimensionasse o seu desempenho frente às reais necessidades da população brasileira. Essa reflexão forneceu dados indicadores do perfil do profissional, como um dos elementos de análise da formação recebida.

Após essa auto-avaliação feita pelo profissional, partiu-se para a identificação das divergências encontradas entre a formação teórica e a realidade da prática profissional.

Saindo do singular para o plural, procurou-se re- meter o nutricionista ao universo do exercício profissional, no sentido de contextualizá-lo, colocando-o frente a frente com as contradições do binômio formação teórica/realidade da prática possível.

Levantou-se também os entraves encontrados pelo profissional ao iniciar a sua profissão, entendendo-os como *feed-back* da formação acadêmica.

Nessa trajetória seguida com o nutricionista, procurou-se identificar suas sugestões para as modificações curriculares que vêm sendo implementadas. O intuito foi o de implementar o processo de eliminação dos entraves encontrados vinculados à formação.

Procurou-se, através das questões, verificar a visão do nutricionista quanto ao seu papel social, identificando a maneira como o profissional sugere a sua forma de contribuir, enquanto técnico, para a erradicação da fome na sociedade brasileira.

A par do entendimento da relatividade do papel social do nutricionista e do conhecimento da complexidade do problema da fome, reconhece-se a grande contribuição social que poderia ser dada, se fosse alcançado um papel efetivo, eliminando-se os fatores limitantes da formação acadêmica e da prática profissional.

3.3.1 - O nutricionista x Reais necessidades da sociedade

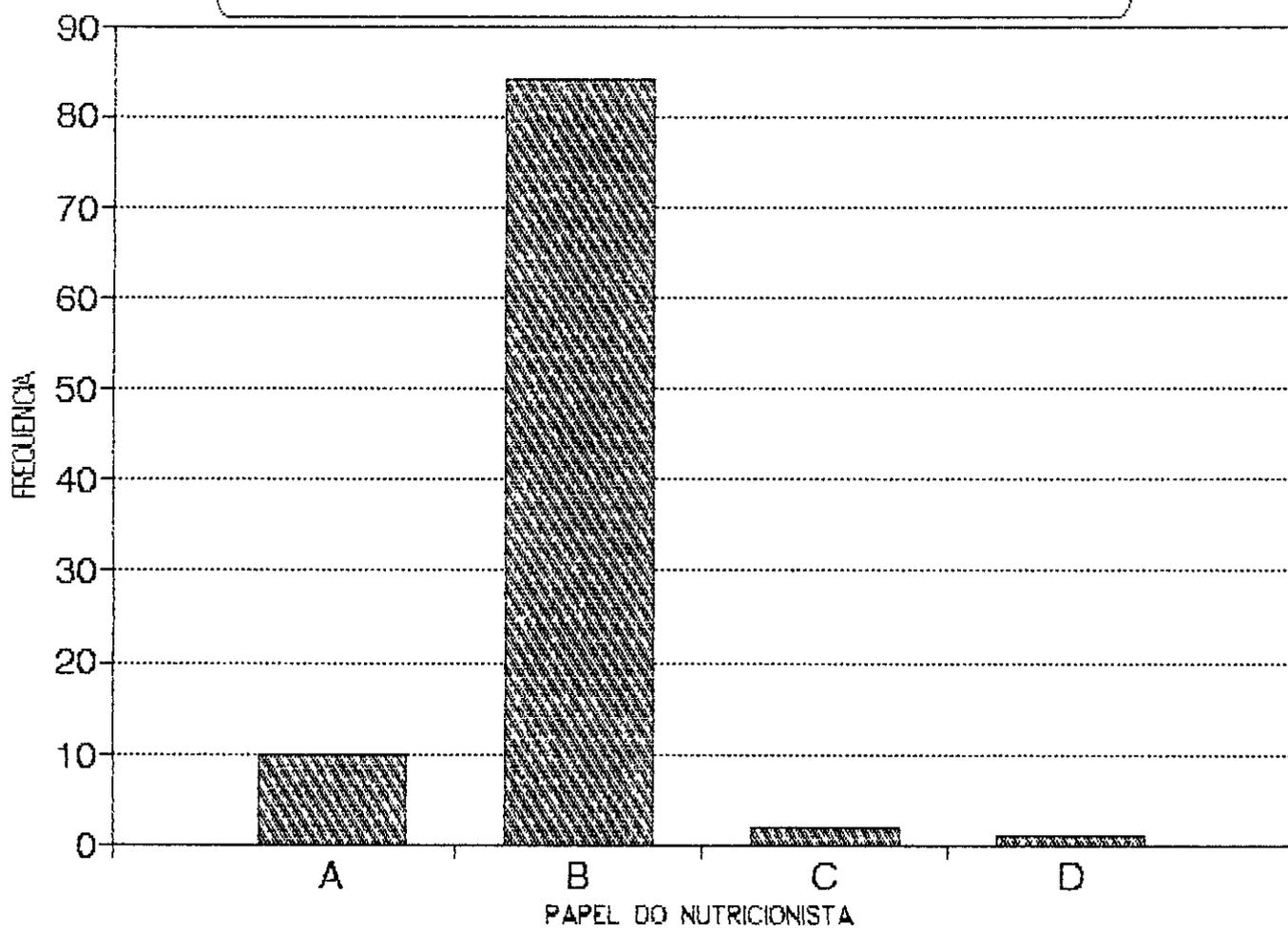
A questão do efetivo desempenho do papel social do profissional nutricionista é uma preocupação cada vez mais acentuada no seio da categoria.

Na medida em que se estabelece o confronto da formação profissional com a realidade concreta, levanta-se a questão: o nutricionista atende às necessidades da sociedade?

Busca-se entre os profissionais uma auto-crítica. Surgiram muitos dados que, com certeza, deram uma grande contribuição à reflexão pretendida.

O GRÁFICO XII demonstra a avaliação feita pela própria categoria em relação ao papel social que vem sendo efetivado.

GRAFICO XII - VISAO DO NUTRICIONISTA
O NUTRICION. & REAIS NECESSID. SOCIEDADE



- A - Atende
- B - Não atende
- C - Atende em parte
- D - Deve se adequar ao sistema

A última questão posta aos pesquisados encaminha uma auto-avaliação da categoria em relação ao seu papel social, levantando, de um modo global, o atendimento das reais necessidades da sociedade brasileira.

Nesse sentido, 95% dos pesquisados concordam que o nutricionista, ao desempenhar suas funções, não atende às reais necessidades da população.

Para explicar esta situação várias razões foram identificadas, conforme observa-se no anexo XVIII, à página 295.

Cerca de 46,4% dos pesquisados consideram o nutricionista dissociado do contexto social, político e econômico da população, falta-lhe visão político/crítica, o nutricionista compactua com a falta de ações efetivas de alimentação e nutrição e não participa das entidades de classe.

Essa face do profissional manifesta uma postura avessa aos anseios da sociedade.

Essas razões representam o resultado de várias contribuições que vão desde as falhas na própria formação acadêmica, passando pela falta de compromisso do profissional tanto a nível coletivo nas entidades de classe, quanto a nível individual, quando passa a compactuar com as políticas inefetivas de alimentação e nutrição.

Em segundo lugar, aparecem como razões apontadas por 28,6% dos pesquisados: o nutricionista não assume o seu papel

profissional, não se atualiza, necessita estudar mais, está acomodado, desinteressado, está inseguro profissionalmente, necessita dar maior ênfase à ação educativa, faz poucas pesquisas ou então pesquisas dissociadas da real necessidade da sociedade.

Estes problemas merecem uma profunda discussão pela categoria, no sentido de identificar as raízes e encontrar o caminho.

Aqui as razões apontadas guardam relação com a organização da categoria, com o perfil do profissional que recebe uma grande influência da formação acadêmica e com o compromisso técnico e social.

Ainda nesse bloco aparece o destaque para a investigação científica de pouca expressão quantitativa e qualitativa, levando-se em conta a necessidade de pesquisas que respaldem as ações na área de nutrição.

Em terceiro lugar, indicadas por 17,9% dos pesquisados, coloca-se a falta de divulgação da ação do profissional, a falta de oportunidade para exercer seu real papel, a pouca participação em cargos decisórios, a falta de condições de trabalho e a falta de apoio governamental.

Aqui aparece clara a falta de identidade do nutricionista. O que significa falta de divulgação da ação do profissional? Na verdade, o perfil tão discutido e procurado deixa transparecer a sua ausência ou fragilidade.

A falta de oportunidade para exercer seu real papel, e a falta de apoio governamental, nada mais significam do que o resultado de políticas que não abrem espaço para atuação do profissional.

A falta de condições de trabalho guarda relação com a frágil organização da categoria. Caminhou-se muito, porém, o fortalecimento das entidades de classe, ainda é um ponto vulnerável para a categoria.

Alguns dos pesquisados (7,1%) remetem à universidade a ineficiência do nutricionista no atendimento às necessidades da população brasileira, considerando-a não suficiente para prepará-lo.

A dissociação entre a teoria e prática e o comprometimento da formação, são os pontos abordados como falhas do órgão formador, por esse grupo.

3.3.2 - Formação teórica x Realidade da prática profissional

O confronto entre a formação teórica e a prática profissional revela insatisfações que demonstram a distância existente entre a proposta teórica e a ação concreta. Os profissionais, ao identificarem esta divergência, apontam também as possíveis causas desse hiato.

É evidente que essa constatação, a partir da ação profissional, representa uma contribuição substancial às discus-

sões sobre a formação acadêmica.

O reconhecimento da divergência entre a formação teórica e a realidade da prática profissional é um fato consumado entre os nutricionistas pesquisados.

Ao apontarem as possíveis falhas que levaram a esta divergência, 70% relatam como causas dissociação entre a teoria e a prática; pouca carga horária destinada à prática; falha na distribuição da carga horária; falta de aprofundamento nas disciplinas profissionalizantes; currículo falho; falta de emprego para realizar as atividades e a falta de formação social, crítica.

Essas falhas apontadas são remetidas à estruturação curricular, nas suas várias vertentes.

A concentração significativa de nutricionistas que apontam esse grupo de dificuldades, que se vinculam à formação acadêmica, confirma os entraves da realidade da prática profissional, deixando transparecer uma grande insatisfação em relação ao currículo aplicado pelos vários cursos.

Os dados levantados nessa temática devem ser levados em consideração nas discussões a serem retomadas, tanto em relação ao currículo e seus pressupostos, quanto ao perfil do profissional.

Dos pesquisados, 23% relatam como causas dos entraves: inadequação da universidade à realidade do mercado de

trabalho, ensino universitário que ignora a realidade do país, professores puramente teóricos e à falta de interação entre os docentes e os profissionais que atuam no mercado de trabalho.

Aqui fica claro que tanto os cursos, quanto os docentes que os compõem, não conseguem articular-se com o contexto social, na visão dos nutricionistas.

Cabe fazer uma análise crítica em relação a um dos pontos citados "... *inadequação da universidade à realidade do mercado de trabalho*".

De acordo com esse aspecto levantado, pode-se fazer duas leituras: uma é que o curso deveria atender ao mercado de trabalho e não está conseguindo.

Pergunta-se, então: seria essa a direção desejada pelos nutricionistas? Que mercado seria esse? Como seria essa atuação? Que nutricionista seria esse? Como seria esse curso?

Numa segunda leitura, pode-se inferir que alguns se identificam com o perfil apontado pelo mercado de trabalho que não está inteiramente satisfeito e deseja aperfeiçoamento na formação acadêmica.

A partir dessa leitura, entende-se que o indicador para a formação do nutricionista, continuaria a atender a uma fração da sociedade, com interesses próprios e específicos.

Pequena parte dos pesquisados, 6%, relatam como causas dos entraves: péssimas condições de trabalho; falta de engajamento do profissional e falta de fiscalização dos serviços de alimentação.

Percebe-se que esse grupo de nutricionistas remete as divergências encontradas na prática, não às falhas na formação mas, à impossibilidade de aplicar o que aprenderam. Identifica-se não uma utopia do conteúdo recebido, e sim, dificuldades que passam pela própria atuação do profissional a nível de categoria e das entidades de classe.

Aqui aparecem as péssimas condições de trabalho, a falta de fiscalização dos serviços que significam também a falta de engajamento do profissional do ponto de vista individual e/ou coletivo enquanto entidades fiscalizadoras.

Finalmente encontramos, entre todos os nutricionistas pesquisados, apenas um que afirmou não encontrar divergências entre a teoria e a realidade da prática profissional, conforme dados do anexo XIX, à página 296.

3.3.3 - Entraves encontrados ao iniciar a profissão

A inserção na atividade profissional é revestida de uma certa magia, de um certo encanto, de incertezas...

O nutricionista, enquanto profissional de saúde, ainda firmemente preso à sua vertente administrativa que marcou o início da profissão, defronta-se com situações contraditórias ou,

até mesmo, opostas à sua formação, ao desempenhar suas funções.

O confronto entre a teoria e a prática, vivido pelo nutricionista, ao término de seu curso, revela alguns entraves que se agrupam por similaridades e congregam um número significativo de profissionais.

Há um elenco de dificuldades que é remetido à formação profissional traduzido pela dissociação entre teoria e prática; pouca carga horária destinada às práticas; ausência de uma boa supervisão dos professores nos estágios curriculares; falta de conhecimento técnico; falta de definição do perfil do profissional e falta de referência bibliográfica. Estes entraves foram indicados por 25,4% dos nutricionistas pesquisados.

A visão dos nutricionistas que se ressentiram de entraves originados na formação acadêmica passa, basicamente, pela estrutura curricular, apontando também numa direção mais ampla que é a indefinição do perfil do profissional.

A questão do perfil, assim colocada, deve ser entendida como elemento que sustenta a dificuldade de se estruturar um currículo perfeitamente articulado, como o que foi discutido pelos nutricionistas que se encaixam nesse grupo.

Outro grupo de dificuldades indica a falta de reconhecimento, por outros profissionais, pela população e pelos empresários, do papel profissional do nutricionista e a falta de valorização do profissional no local de trabalho. Aqui encontram-se 21,2% dos pesquisados.

Aqueles que não entendem o papel ou não valorizam o profissional no serviço, estão mostrando, concretamente, que o perfil que é indicado no objetivo dos cursos não está sendo alcançado.

Alguns nutricionistas (26,3%) apresentam queixas como salário baixo; péssimas condições de trabalho; carga horária excessiva; poucos profissionais contratados; falta de higiene e necessidade de atingir o lucro que leva as empresas a exigirem condições tecnicamente inaceitáveis aos profissionais.

As dificuldades aqui apontadas relacionam-se à organização sindical da categoria e a fiscalização das empresas, o que representa atividades ainda pouco significativas.

Parte dos nutricionistas pesquisados (22,9%) indicam entraves como o despreparo e a falta de treinamento do pessoal dos serviços de nutrição; falta de apoio dos colegas e das entidades de classe; falta de intercâmbio com as equipes multiprofissionais; falta de definição do perfil do profissional; falta de ética; falta de emprego; nutricionistas que não assumem o seu papel e categoria dispersa e desinteressada.

Esse grupo de dificuldades está inserido na própria prática da categoria. Resolver esses problemas é uma questão de consciência profissional de cada um e de todos, coletivamente, nas entidades de classe, nos locais de atuação.

A falta de empregos se insere quase como consequência da discussão anterior sobre a falta de valorização, falta

de cobrança da legislação que obriga a contratação do profissional e, na verdade, como o próprio grupo cita, aparece como tributo da falta de definição do perfil do profissional.

Alguns dos nutricionistas pesquisados (4,2%) não referiram entraves no início da profissão, conforme observa-se no anexo XX, à página 297.

3.3.4 - Sugestões de modificações curriculares

A partir da vivência profissional, uma gama de sugestões para a formação do nutricionista surge daqueles que estão, no dia a dia, identificando as suas dificuldades teórico-práticas. Essas sugestões merecem uma discussão de caráter contextual, uma vez que não podem ser isoladas da realidade dos cursos e da sociedade.

A contribuição oferecida pelos nutricionistas, em relação às sugestões, trazem dados de grande relevância para serem remetidos àqueles que se dispõem a implementar as reformulações curriculares.

A maior parte dos profissionais (71,2%) sugere o equilíbrio e a articulação entre teoria e prática; aumento da carga horária destinada à prática, aumento da supervisão dos estágios curriculares pelos professores; a maior cobrança da postura do aluno; a reformulação curricular como um todo; integração entre as disciplinas; avaliação da relação entre tempo e conteúdo; adequação do curso à realidade; aumento e redistribuição da carga horária e melhoria da visão crítica.

Os pontos identificados passam não somente pela necessidade de reformulação do currículo mas pela implantação de uma política curricular condizente com os anseios da categoria e da sociedade. Por um lado, a categoria mostra-se insatisfeita com o desempenho do seu papel social, por outro lado, a sociedade ressenha-se da pequena contribuição do profissional.

Alguns dos nutricionistas (15,3%) apresentaram sugestões como o aumento da carga horária de nutrição clínica e de produção; inclusão e/ou maior ênfase à ética profissional; ênfase/atualização da bioquímica; aumento do conhecimento na área de administração de pessoal; inclusão da nutrição experimental e cálculos matemáticos.

Esses são pontos isolados de necessidades em áreas específicas que pouco contribuem para uma modificação global, na verdade, colaboram para o reforço de algumas áreas, intensificando as características dos cursos que terminam por apresentarem tendência para um campo de atuação.

Outros nutricionistas (11,7%) sugerem a inclusão da residência/pós-graduação como contribuição à formação. Nesse grupo aparece também a especialização nos anos finais do curso, o oferecimento de cursos de atualização e o incentivo à pesquisa.

As sugestões aqui indicadas apontam para três direções. Uma que defende o aprimoramento após a graduação como forma de levar à sociedade o profissional mais qualificado, utilizando-se para tanto, da residência, de cursos de atualização/especialização/pós-graduação.

Uma segunda direção indica um profissional especializado, no final do curso de graduação, como forma de opção por uma área que seria então concentrada. A terceira direção indica o incentivo à pesquisa, como forma de ampliar os conhecimentos disseminados com base na investigação científica.

Visões divergentes aparecem nesse grupo. Os cursos de pós-graduação, em todas os seus níveis, atingirão o profissional graduado. O incentivo à pesquisa, ainda para o graduando, implementará um avanço substancial.

No entanto, na medida em que se propõe a criação de áreas de concentração ainda na graduação, reforça-se o quadro atual de especialização precoce, o que fragmenta a prática profissional.

Alguns nutricionistas pesquisados (1,8%) não indicaram falhas ou não sabiam informar, por esses motivos não apresentaram sugestões de modificações curriculares. Os dados podem ser observados no anexo XXI, à página 298.

3.3.5 - Contribuição do nutricionista no processo de erradicação da fome

"A falta de acesso ao alimento em quantidade capaz de garantir a reprodução humanizada da força de trabalho social, faz da desnutrição infantil aqui analisada, um dos reflexos mais graves da forma perversa de como fatores estruturais tais como: capital, terra e mercado se organizam para subme-

*ter amplas camadas da população a um processo de expropriação no qual a fome é a marca mais cruel e provoca cicatrizes irreversíveis (p. 13)".**

Entendendo a Fome com a sua origem na estrutura sócio-política e econômica, percebe-se que o papel do nutricionista, nesse processo de erradicação da fome, relativiza-se na medida em que há necessidade de conexão com outros elos enquanto ação técnica, crítica e contextualizada.

Levantou-se entre os profissionais as sugestões para uma efetiva contribuição do nutricionista nesse processo.

A partir do entendimento da Fome como produto das condições sociais, políticas e econômicas, os profissionais sugerem maneiras de tornar o seu papel mais efetivo na sociedade brasileira.

A maioria dos profissionais (67,2%) sugerem a efetiva atuação do nutricionista em ações sociais participando de programas de saúde; dando ênfase à ação educativa; participando de ações diagnósticas e corretivas na população; participando, a nível central, de decisões e planejamentos; assumindo o papel para o qual foi formado; realizando trabalhos de saúde comunitária e desenvolvendo pesquisas.

Na verdade, esse grupo de sugestões indicadas pela maior parte dos nutricionistas, apresenta formas diversas de par-

* ASSIS, Ana Marlúcia O. A. et al. *Expropriação e fome*.

participação do profissional, a partir das quais podem ser efetivadas as ações de intervenção, com vistas a contribuir no processo de erradicação da Fome.

Percebe-se que os nutricionistas somente lograrão um espaço para avançar contribuindo para a erradicação da Fome, se ocorrerem modificações na estrutura e na direção dadas às Políticas de Alimentação e Nutrição de forma imediata, aliadas a uma política econômica e social que visem a melhoria da qualidade de vida da população.

As sugestões propostas representam papéis já desenvolvidos pelo profissional com a característica de acanhados focos isolados, sem representatividade. É indiscutível a inter-relação entre as Políticas de Alimentação e Nutrição e outras políticas públicas de relação direta com a qualidade de vida da população.

A política econômica, a política agrícola e a política de saúde, por exemplo, devem garantir a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, para que se efetive uma política de alimentação e nutrição sem caráter puramente emergencial e capaz de melhorar o estado nutricional da população.

Na discussão desse grupo de sugestões, deve-se ressaltar a indicação da necessidade de desenvolvimento de pesquisas. A investigação científica ainda é um ponto fraco no seio da categoria, devendo ser implementada com a finalidade de dar suporte às ações e de gerar novos conhecimentos científicos.

Dos pesquisados, 25% sugerem que para o profissional contribuir no processo de erradicação da Fome, é necessário maior atuação político/crítica do mesmo, passando por um engajamento na luta pela mudança estrutural da sociedade e pela participação nas entidades de classe.

Encontra-se aqui uma participação do profissional que exige uma articulação que ultrapassa os limites da atuação técnica.

A necessidade de participação nas entidades de classe e a inserção nas lutas sociais representam, para essa fração do grupo pesquisado, a forma de contribuição do nutricionista no processo de erradicação da Fome.

O grupo entende como implementação das possibilidades de atuação do profissional, o engajamento do nutricionista nos movimentos sociais.

Alguns nutricionistas (6,9%) apontam sugestões de natureza específica, como atuação em puericultura e maior ênfase na técnica dietética.

Encontram-se indicações que remetem ao profissional, na sua atuação específica, possíveis contribuições ao processo de erradicação da Fome. Percebe-se que o esforço isolado, em qualquer área, torna-se infrutífero, perde-se na inserção em um contexto adverso.

Entre os nutricionistas pesquisados encontramos, menos de um por cento, colocando o quadro onde a Fome se localiza, como de origem política, independentemente da ação do nutricionista. Os dados encontram-se no anexo XXII, à página 299.

3.4 - Visão das entidades de classe

As entidades de classe¹⁰ estão representadas pelo Conselhos, Sindicatos, Associações Culturais e Profissionais. Neste estudo houve colaboração de quinze entidades entre vinte consultadas, procurando cobrir a mesma área de abrangência dos Cursos consultados.

As entidades de classe que congregam os profissionais nutricionistas, à semelhança da categoria, experimentam um avanço gradativo, no que diz respeito à organização e ao desempenho dos seus papéis específicos.

Vivendo um processo de conhecimento recíproco, espera-se que ocorram desencontros entre as entidades e os profissionais, traduzidos pelas expectativas mútuas que são frustradas, com certa frequência.

Os dados levantados revelam como essas entidades vêem o nutricionista, no desempenho da sua prática profissional, levantando também as expectativas e problemas identificados a

¹⁰. ANEXO XI: Entidades de classe consultadas.

partir da organização da categoria.

As entidades de classe ocupam um lugar privilegiado no sentido de contar, no seu cotidiano, com uma relação direta e estreita com o profissional nutricionista.

Seguindo a linha de análise dos dados coletados, estabeleceu-se uma trilha que inverte a ordem das questões apresentadas às entidades, localizadas no ANEXO IX:

- Insatisfação como traço marcante da prática profissional.
- Entraves da prática x formação profissional.
- Reformulação curricular/sugestões.
- Melhoria da situação nutricional do brasileiro x Envolvimento de todas as áreas da nutrição.
- Expectativa de apoio das entidades: Pessoal x rumos da categoria.
- Pesquisas desenvolvidas pelas entidades.
- Pesquisas desenvolvidas pelos profissionais nutricionistas.

Considera-se que as insatisfações levadas a essas entidades, pelos profissionais, significam o ponto de partida para uma reflexão ampliada sobre a formação acadêmica.

Embora o trabalho tenha sido desenvolvido com sindicatos, associações culturais e conselhos que possuem funções específicas, sabe-se que, dependendo da região, os problemas que chegam às entidades nem sempre guardam relação com a atividade

oficialmente esperada. Esse fato explica-se pela desarmonia na distribuição de todos os tipos de entidades de classe pelos estados e/ou regiões do país.

Na interrelação entre as informações coletadas junto às entidades, cabe uma avaliação da relação entre os entraves encontrados pelos profissionais e a formação recebida, como meio de contribuir para essa discussão de grande interesse.

As reformulações curriculares têm sido acompanhadas pelas entidades de classe com maior ou menor envolvimento, dependendo da metodologia adotada pelos cursos.

Conhecendo a prática do nutricionista, sua inserção na sociedade, com dificuldades explícitas e implícitas, as entidades têm condições de apresentar sugestões às reformulações curriculares propostas, partindo da realidade concreta.

A partir do conhecimento da especialização precoce da categoria que se subdivide em três grandes áreas de atuação, procurou-se identificar através das entidades, qual dessas três áreas se envolve mais com a questão das lutas pela melhoria da situação nutricional do brasileiro.

Retomando as palavras de uma das entidades de classe "...A participação não é uma questão de área de atuação e sim de consciência", justifica-se aqui a questão proposta como a necessidade sentida de se verificar se a opção por uma área, vem guardando relação com a visão de mundo ou com o nível de consciência social de uma forma mais ampla de análise.

Partiu-se daí para levantar a expectativa de apoio das entidades trazida pelos profissionais, no sentido de apoio individual ou coletivo da categoria. Essa questão também parte do pressuposto de que a forma de participação nas entidades de classe é também manifestação do nível de consciência.

Procurou-se avaliar a categoria através das entidades de classe, no sentido de se saber se os nutricionistas estão retroalimentando a sua prática em dados de pesquisas, visando detectar os fatores limitantes da implementação destas.

Essa questão teve por objetivo verificar como está a situação da pesquisa científica, enquanto meio de se legitimar os dados conhecidos e não tratados com rigor científico, em relação aos problemas identificados no seio da categoria.

3.4.1 - Insatisfação como traço marcante da prática profissional

A partir da relação entre o nutricionista e as entidades de classe, é possível perceber que algumas queixas originadas na prática profissional são levantadas numa tentativa de encaminhamento de discussões.

Devido ao pouco tempo de organização da categoria, não se dispõe de sindicatos, conselhos, associações culturais e profissionais ao alcance de todos os profissionais nas várias regiões do país. A partir dessa dificuldade, surge o esforço das entidades, nem sempre compreendido pelos nutricionistas, de tentar discutir assuntos que estão fora da sua competência, visando

apoiar a categoria.

Percebendo que ainda se vive uma situação de transição, em termos de organização da categoria, entendeu-se que o mesmo instrumento poderia ser aplicado às várias entidades que apresentam funções específicas, de direito, mas de fato, lidam com todos os problemas da prática do nutricionista.

Procurou-se levantar no âmbito das entidades representativas, as queixas e insatisfações trazidas pelos profissionais, consideradas como traço marcante.

A prática profissional vem revelando um conjunto de insatisfações que é identificado por 48,3% das entidades: carga horária incompatível com um bom desempenho das atividades, a falta de condições de trabalho adequadas, tanto ambientais quanto em relação aos materiais e equipamentos necessários e todo esse conjunto coroado pelos baixos salários pagos ao nutricionista.

Como preocupação apontada nesse grupo, aparece a queixa da falta de valorização do profissional em todos os níveis e que se coloca em igualdade de condições ou em decorrência da falta de conhecimento do papel do profissional.

Aqui percebe-se a necessidade de se trabalhar no sentido de organizar e fortalecer as entidades responsáveis pelas atividades de fiscalização dos empregadores e das empresas. No que tange às queixas sobre salários, carga horária e condições de trabalho, sabe-se que ainda são poucos os sindicatos e que ampliá-los, propiciando uma cobertura suficiente para os profissio-

nais, é um imperativo.

A falta de valorização, de conhecimento do papel do profissional e falta de autonomia, guardam relação com a questão da indefinição do perfil do nutricionista.

O próprio profissional sente necessidade de um papel claro e determinado, da articulação com os outros profissionais onde transpareça a sua identidade.

O processo de identificação do perfil do nutricionista já foi desencadeado pelas entidades, no entanto, não houve a continuidade esperada no seu encaminhamento.

Algumas entidades (13%) afirmam que os profissionais se queixam da atuação das entidades e da falta de fiscalização dos seus empregadores pelos conselhos.

Outro grupo de entidades (13%) apontam algumas insatisfações como: falta de aprofundamento técnico dos conteúdos, desinteresse pela conquista do espaço profissional em bases científicas, aliadas à pouca disponibilidade de cursos de reciclagem e falta de competência técnica.

Percebe-se nesse grupo de insatisfações indicadas às entidades, pelos profissionais, que os nutricionistas ressentem-se de conhecimentos técnicos e da falta de qualificação para a investigação científica, o que leva à solicitação de cursos de reciclagem para cobrir falhas da formação.

Parte das entidades pesquisadas (25,7%) indica o desconhecimento dos direitos do profissional, a falta de ética, a falta de união da categoria e a falta de compromisso para com as entidades, agindo como fatores que reforçam as dificuldades identificadas na prática.

A nível do estudante associado, as entidades reconhecem um desinteresse, mesmo quando se trata de divulgar trabalhos nos informativos da entidade, deixando a interrogação: Faltam trabalhos ou falta estímulo ao estudo da ciência da Nutrição? Estes dados são apresentados no anexo XXIII, à página 300.

Aqui percebem-se problemas que podem ser remetidos à desarticulação da categoria, que reforça a falta de compromisso, desencadeando todas as insatisfações apontadas.

3.4.2 - Entraves da prática x Formação profissional

Entendendo que as entidades de classe relacionam-se com os profissionais em vários níveis, portanto, tomam conhecimento de todas as dificuldades enfrentadas pela categoria, procurou-se levantar os entraves da prática profissional identificados pelos nutricionistas e remetidos aos órgãos de classe.

Os entraves, bem como toda a ação profissional, não podem ser descontextualizados. A formação profissional representa apenas um viés do contexto onde está inserido o nutricionista mas, representa um forte determinante das dificuldades encontradas.

Levantou-se junto às entidades, as dificuldades dos profissionais remetidas à formação profissional, para discuti-las à luz da visão desses órgãos que congregam a categoria.

Os nutricionistas ainda trazem como queixa a constatação da dissociação entre a teoria recebida, durante a graduação, e a sua prática real e concreta.

Relacionando as dificuldades encontradas, todas as entidades pesquisadas foram unânimes no reconhecimento da relação destas com a formação profissional, embora reconheçam que não se trata de uma pura e simples relação de causa e efeito, pois outras variáveis identificadas influenciam de maneira também significativa este espaço.

Verticalizando, então, a discussão do binômio Entraves encontrados/Formação profissional, levantaram-se algumas falhas que, na visão das entidades de classe pesquisadas (73%), têm dado a sua contribuição negativa: os currículos que são denominados de ultrapassados, os conteúdos sendo distanciados da realidade e com uma dimensão superficial, tecnicamente insuficientes, dando como resultado uma formação fragmentada. Aparece, ainda, de maneira bastante forte, a superficialidade da abordagem social, o ensino deficiente como um todo e, na visão de algumas entidades, faltam disciplinas. Os currículos também não estão permitindo uma efetiva integração entre a teoria e a prática, deixando em alguns casos, uma forte deficiência na carga horária destinada a estas práticas.

Configura-se aqui, a necessidade da efetiva participação das entidades, na discussão das reformulações curriculares.

Os problemas identificados, não passam somente por uma modificação/alteração na grade curricular, buscando equilíbrio entre teoria e prática, mas sim pela construção de uma política curricular, que vai além do estritamente técnico e contempla a inserção no contexto social e a articulação com outros setores da sociedade.

Aparece, de forma clara, que a indefinição do perfil do profissional está presente como fator limitante e/ou desencadeador dos entraves apontados.

Cabe aqui uma questão: Que profissional é esse que se forma?

Se ainda não se sabe a resposta, o que está sendo feito? Por que? Para que?

Identificar ou construir o perfil do profissional é tarefa que precede a tudo e, portanto, torna-se urgente retomar-se a caminhada nesse sentido.

Algumas entidades pesquisadas (27%) indicam o despreparo dos docentes, dando a estes um caráter eminentemente tecnicista.

A universidade vem, neste contexto, colocada como desestruturada, não sendo capaz de integrar-se às entidades, e os docentes não contribuem para a divulgação desses órgãos de classe da profissão.

Trazendo a questão para a participação específica do profissional, é atribuída uma falta de visão, enquanto conjunto de profissionais, pela sua deficiência na formação político/crítica.

Enquanto profissionais no exercício da profissão, falta-lhe atualização. Entende-se que a questão da atualização não passa somente pela vontade individual. É necessário haver toda uma infra estrutura que possibilite a participação. Estes dados podem ser observados no anexo XXIV, à página 301.

3.4.3 - Reformulação curricular/sugestões

O trabalho das entidades de classe, junto ao nutricionista, traz informações importantes que permitem o enriquecimento das discussões sobre a formação profissional.

Procurou-se levantar junto a esses órgãos, que representam a categoria, sugestões para reformulação curricular que têm todo embasamento na relação estreita entre as entidades e o nutricionista.

Considerando que as reformulações curriculares mostram-se como preocupação constante de alunos, professores, profissionais e das entidades de classe, estas sugerem algumas

modificações as quais gostariam de ver premiadas.

Algumas entidades (36,4%) apresentam indicações específicas como: atualização de patologia da nutrição, fisiologia, maior ênfase na área de alimentação e nutrição e alimentação para coletividades.

Atualizar o conteúdo, ainda significa, uma preocupação com apenas parte da formação do profissional.

As aspirações das entidades (27,3%) concentram-se aqui no aprofundamento da visão crítica/teórico-social do nutricionista.

Outras entidades (22,7%) indicam a necessidade de aumento da carga horária prática, maior aprofundamento da relação teoria/prática e, como consequência, haveria um aprofundamento nas áreas específicas de atuação.

O caminho aqui indicado, ainda tangencia a questão maior da formação profissional.

De uma forma geral, buscar o aprofundamento somente garantirá um ganho qualitativo na formação acadêmica, se for identificado o perfil do nutricionista e construída uma política curricular condizente com os anseios da sociedade.

As entidades (13,6%) apontam o incentivo à pesquisa, à residência em nutrição e à capacitação docente. Acredita-se que esse último bloco de sugestões representa uma contribuição

substancial à formação do nutricionista.

A investigação científica amplia as possibilidades de atuação, desvela pontos obscuros da prática, contribui para o crescimento da ciência e fortalece as decisões a serem tomadas, do ponto de vista de intervenção técnica.

A residência em nutrição contribui para o aperfeiçoamento do profissional após a graduação, preparando-o para a pós-graduação *stricto sensu*.

A capacitação docente é condição básica para a implementação de qualquer projeto que pretenda avançar na formação profissional. As questões aqui levantadas aparecem no anexo XXV, à página 302.

A qualificação dos docentes, passa não somente pelo aprofundamento da parte técnica mas, pela ampliação da visão de mundo, a partir da sua inserção na dimensão pedagógica do processo de seleção, legitimação e disseminação dos conteúdos como alicerce da formação acadêmica.

3.4.4 - Melhoria da situação nutricional do brasileiro x Envolvimento de todas as áreas de nutrição

Vive-se um período em que a população brasileira experimenta o alastramento da Fome em um contingente cada vez maior de pessoas, como fruto da redução do poder aquisitivo, aliada a outros pontos da desigualdade social.

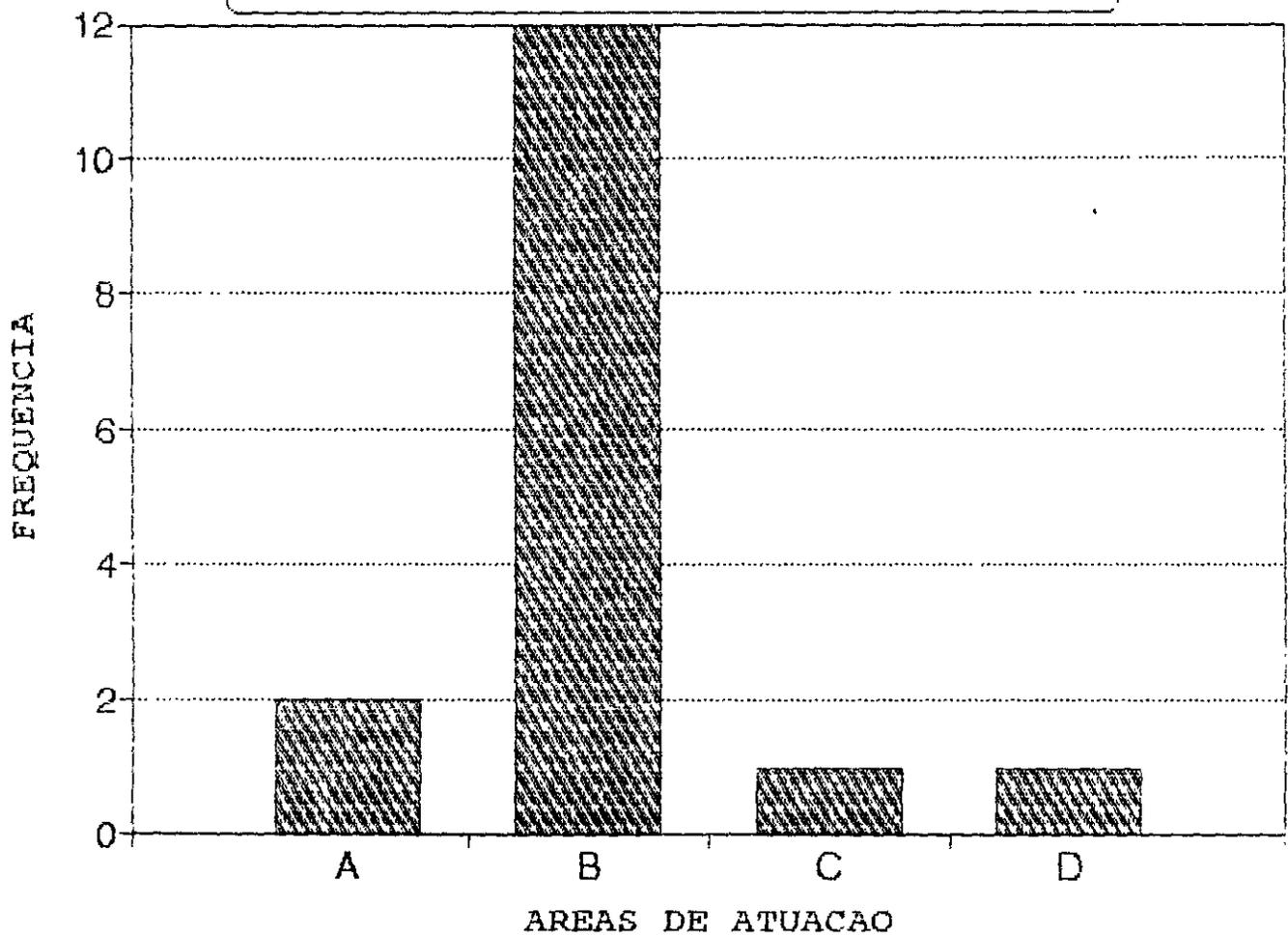
É evidente a relatividade do papel do nutricionista na solução desse problema, que deve ser analisado a partir da estrutura e conjuntura da sociedade.

A categoria de nutricionistas é, dentre todas as que lidam com nutrição de forma direta ou indireta, a que possui como objeto de trabalho a relação do homem com o alimento nas suas dimensões individual, coletiva e populacional.

Distribuindo os profissionais nas três grandes áreas de atuação: Alimentação Institucional, Nutrição Clínica e Nutrição Social, procurou-se identificar, através das entidades, a distribuição dos profissionais representantes de cada área, nas lutas pela melhoria da situação nutricional do brasileiro.

O GRÁFICO XIII mostra a distribuição dos profissionais, em relação à questão proposta.

**GRAFICO XIII-VISAO ENTIDADES DE CLASSE
DISCUSSAO EST.NUT.POP.&AREAS NUTRICA0**



- A - Envolvimento de todas as áreas
- B - Envolvimento tendendo para algumas áreas
- C - Maior envolvimento de outros profissionais
- D - é uma questão de consciência e não de área de atuação

A inserção do profissional no contexto social exige dele, enquanto categoria, uma participação efetiva nas lutas pela melhoria da situação nutricional do brasileiro. Isto posto, entende-se que a participação do profissional, nestas lutas, é uma questão de conscientização e não de área de atuação mas, o que a observação das entidades revela é que essa preocupação tende a concentrar os nutricionistas que trabalham na área de Nutrição Social, seguidos pelos que atuam na área de planejamento/produção de refeições e, finalmente, pelos que estão na área de nutrição clínica.

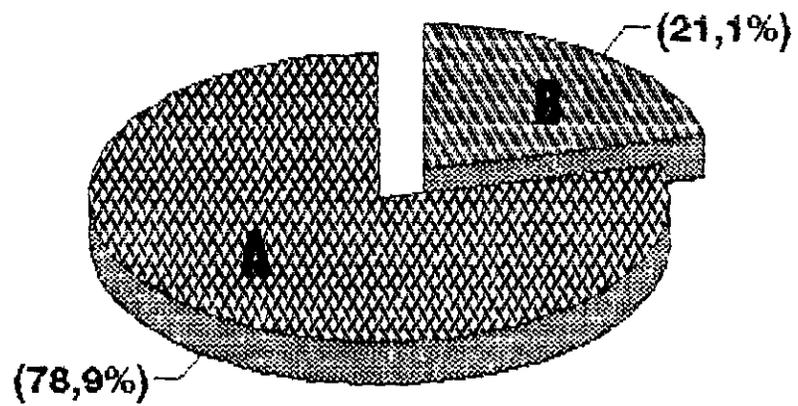
Observando esta questão de participação dos nutricionistas nas lutas pela melhoria de situação nutricional do brasileiro, uma entidade que congrega um grande número de profissionais responde que "... *Por incrível que pareça, são os trabalhadores que não pertencem à área da saúde que mais atuam*". Esta observação vem mostrar que a falta de envolvimento nas questões maiores que dizem respeito à saúde da população, estão deixando de contar com a contribuição maciça, não só do nutricionista, mas dos profissionais da área de saúde como um todo.

3.4.5 - Expectativa de apoio das entidades: Pessoal x Rumos da categoria

Compreendendo o processo evolutivo da categoria, onde a organização dos profissionais, nas entidades de classe, ainda representa um aprendizado coletivo, identificou-se a necessidade de levantar a expectativa de apoio do profissional em relação aos órgãos de classe que congregam os nutricionistas.

O GRÁFICO XIV mostra a expectativa demonstrada pela categoria em relação à atuação das entidades.

GRAFICO XIV - VISAO ENTIDADES DE CLASSE
APOIO ENTIDADES : PESSOAL & RUMOS CATEGORIA



A - Apoio pessoal
B - Rumos da categoria

A questão da falta de conhecimento do papel das entidades e a acentuada tendência individualista, revelam uma postura da maioria dos profissionais, em relação ao papel das entidades, que é a expectativa de apoio pessoal, deixando de lado questões maiores como a discussão sobre os rumos da categoria.

Conforme se observa no gráfico anterior (Gráfico XIV), 78,9% das entidades têm essa leitura do quadro geral da relação com a categoria.

Essa é uma fase de transição que reflete a falta de amadurecimento dos profissionais, traduzida pela dificuldade de abrir mão das necessidades pessoais, para pensar e agir coletivamente.

A categoria é jovem, completando a terceira década, e conta com entidades específicas com uma distribuição irregular. Com frequência, os profissionais procuram os órgãos de classe tentando preencher necessidades que extrapolam a competência específica da entidade.

Vive-se um processo e, portanto, experimenta-se um crescimento lento, pautado por avanços e retrocessos.

3.4.6 - Pesquisas desenvolvidas pelas entidades

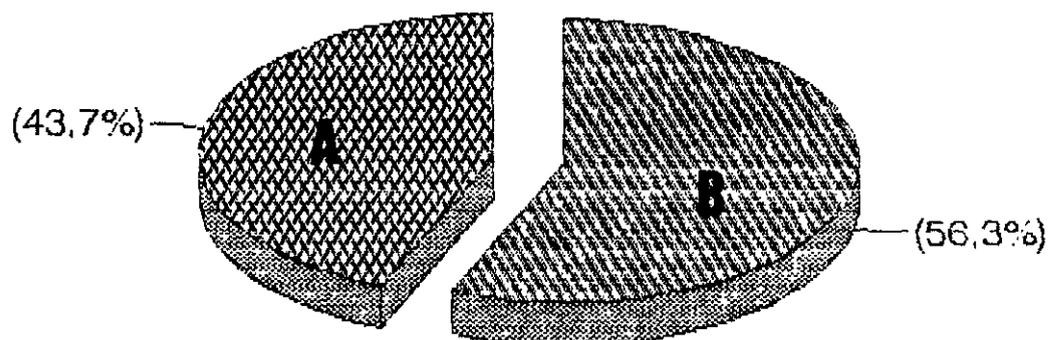
A categoria de nutricionista tem necessidade de se conhecer melhor. Acredita-se que o levantamento de dados, através de pesquisas científicas, legitimarão as informações das quais se

tem conhecimento, até então, de maneira desordenada, não sistematizada.

Procurou-se saber se as entidades que congregam a categoria desenvolvem pesquisas, como forma de contribuir para o avanço coletivo dos profissionais e de organizar as discussões dos problemas identificados.

O GRÁFICO XV demonstra o perfil da atividade de pesquisa pelas entidades no seio da categoria.

**GRAFICO XV - VISAO ENTIDADES DE CLASSE
PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELAS ENTIDADES**



A - Entidade desenvolve/desenvolveu pesquisa
B - Entidade não desenvolve/desenvolveu pesquisa

A percepção das entidades, em relação aos problemas identificados, está mais subsidiada pela relação direta com os profissionais, a partir de observações não sistematizadas.

A pesquisa realizada pelas entidades é desenvolvida, em pequena escala, e vem se mostrando episódica. Há determinados momentos em que emerge a necessidade de se conhecer melhor um assunto e é aí, então, que a entidade faz levantamentos de dados que, na maior parte das vezes, não chega a se caracterizar como investigação científica, no âmbito da categoria.

Acredita-se que as dificuldades de ordem estrutural das entidades, aliada à falta de engajamento da categoria, dificulta a realização de trabalhos dessa natureza.

A categoria, como um todo, ressentem-se também de qualificação específica para desenvolver pesquisas, como outro fator limitante.

Como se pode observar, no GRÁFICO XV, a maior parte das entidades (56,3%) não desenvolve pesquisas.

O restante (43,7%) refere desenvolver ou já haver desenvolvido algum tipo de pesquisa.

3.4.7 - Pesquisas desenvolvidas pelos profissionais nutricionistas

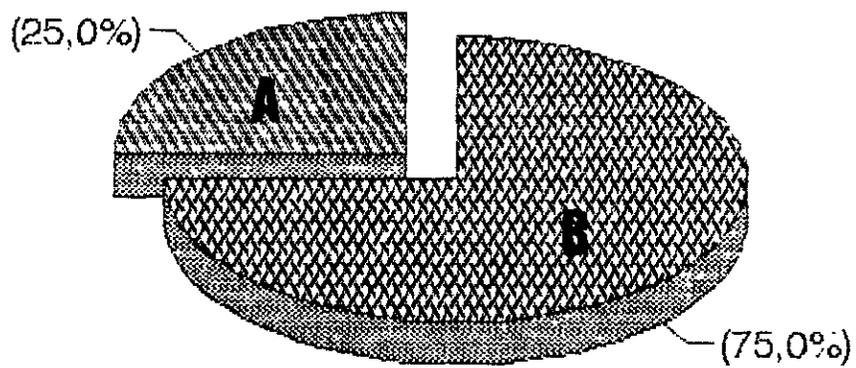
A perspectiva de avanço de uma ciência passa pela investigação científica. Todo conhecimento que não busca a redis-

cussão das suas bases científicas, tende a se reproduzir e, portanto, deixa de contribuir para o crescimento da área.

Trazendo essa preocupação para a prática profissional do nutricionista, sentiu-se necessidade de levantar, junto às entidades de classe, o registro de trabalhos científicos desenvolvidos pelos profissionais, ao mesmo tempo em que se procurou identificar, na visão desses órgãos de classe, as justificativas para o não desenvolvimento de pesquisas pelos nutricionistas, nos seus vários campos de atuação.

O GRÁFICO XVI demonstra a situação da pesquisa dentro da categoria.

**GRAFICO XVI - VISAO ENTIDADES DE CLASSE
PESQ. DESENVOLVIDAS PELOS NUTRICIONISTAS**



- A - Os nutricionistas raramente pesquisam
- B - Os nutricionistas não pesquisam

Trazendo para o seio da categoria a questão: Pesquisar ou não. Por quê?, as entidades respondem que os profissionais que estão afastados do ensino, isto é, aqueles que estão à frente de serviços, raramente pesquisam ou não pesquisam. As justificativas para o não desenvolvimento das pesquisas, segundo a visão das entidades, vão desde as posturas pessoais às limitações contextuais.

Conforme o que se pode observar no GRÁFICO XVI, as entidades (75%) afirmam que os nutricionistas não pesquisam, e algumas (25%) admitem os nutricionistas pesquisando em pequena escala.

O maior grupo de justificativas apontadas pelas entidades (55,3%) para a não realização de pesquisas pelos nutricionistas é a falta de estímulo, baixos salários, falta de apoio e tempo, a grande diversificação de atividades à qual está submetido o profissional, em seu ambiente de trabalho, à falta de oportunidade e de infra-estrutura para a pesquisa, falta de recursos para a pesquisa e o pequeno número de profissionais nos serviços.

Estimular o nutricionista de serviço a pesquisar é papel das instituições de ensino. A falta de apoio, de infra-estrutura e de recursos são fatores limitantes que podem ser diluídos se houver associação com as escolas para formação de nutricionistas.

As pesquisas integradas, além de contarem com a riqueza do campo onde o profissional desenvolve as suas atividades, passa também a significar a ampliação de pessoal qualificado

para a investigação científica.

A questão do salário e do número insuficiente de profissionais, por local de trabalho, podem significar temas a serem pesquisados para subsidiar, concretamente, a luta das entidades.

Algumas entidades (17,2%) indicam justificativas relacionadas à falta de preparo profissional para a realização da pesquisa, isto é, a qualificação específica.

Aqui a falha é remetida às instituições formadoras, por não trabalharem esse aspecto durante a formação acadêmica.

A pesquisa é vista e entendida como assunto dos cursos de pós-graduação, mistificando a participação dos profissionais, enquanto pesquisadores.

Desmistificar a pesquisa é papel da universidade. O avanço da ciência, pela investigação, é a retaguarda do crescimento e do amadurecimento da categoria.

Pode-se e deve-se investigar a gênese dos entraves identificados e das insatisfações no seio da categoria para retro-alimentar a luta, a partir das entidades de classe.

Em terceiro lugar, as entidades (17,2%) indicam a falta de incentivo por parte da universidade, das entidades de classe e do empregador e a falta de valorização do profissional

do sexo feminino.

Aqui as entidades pesquisadas, remetem diretamente à universidade, às entidades de classe e aos empregadores, a responsabilidade pelo baixo índice de pesquisas entre os nutricionistas, pela falta de incentivo. Na verdade, pode-se esperar que a universidade e as entidades de classe assumam esse papel como partes interessadas.

Nesse grupo, também aparece, a falta de valorização do profissional feminino, como uma das causas do pequeno número de pesquisas.

Esse é um viés importante, no contexto onde se insere o nutricionista, mas que não apresenta uma força de determinação no aspecto da pesquisa.

Algumas entidades (10,3%) colocam a falta de interesse do próprio profissional, apontada como uma das razões para a categoria realizar poucas pesquisas. Os dados podem ser observados no anexo XXVI, à página 303.

Entende-se que a postura do profissional, frente à pesquisa, é fruto de um contexto adverso que pode e deve ser modificado, a partir do auxílio da universidade e das entidades de classe, reunindo esforços, tanto a nível de recursos humanos, quanto de recursos financeiros.

3.5 - O confronto de visão: docente / discente / nutricionista / entidades de classe

O confronto entre os quatro grupos de sujeitos pesquisados mostra os pontos de convergência/divergência que passam, algumas vezes, pela negação aparente do cerne da questão proposta, denunciada nas respostas subseqüentes, revelando a contradição implícita, da prática profissional.

Na verdade, quando se analisa o conteúdo das entrelinhas das questões respondidas pelos docentes, discentes, nutricionistas e pelas entidades de classe, conclui-se que embora não haja um aparente consenso, entre os quatro grupos pesquisados, quando se posicionam frente às questões, desvelam-se, no entanto, pontos comuns na leitura da prática concreta que convergem, de forma clara, para a mesma direção.

Destacam-se aqui cinco eixos aglutinadores, em torno dos quais a discussão sobre a formação do nutricionista ganhou uma visão ampliada, gerada a partir da análise dos pontos nodais da construção desse profissional.

O primeiro eixo aglutinador da discussão é a questão do *alcance do objetivo do Curso*. A maioria dos docentes considera que este é atingido, embora apresentem sugestões para a formação do profissional que denunciam deficiências que impossibilitam a viabilização do objetivo proposto, caracterizando o reconhecimento dessa situação pelo corpo docente, embora não o seja de forma explícita.

Essa questão também divide os alunos que conhecem o objetivo do curso e que, à semelhança dos docentes, respondem a outras perguntas de forma contraditória.

Como elemento desse conjunto de contradições, aparece também, entre os alunos, a avaliação da proposta teórica, quando contemplada na prática, dividindo-os de forma semelhante à questão anterior, vinculada ao objetivo geral.

Aqui também cabe a avaliação feita da relação entre os entraves encontrados na prática e a formação profissional. Ao contrário dos itens anteriores, que dividiam quase que harmonicamente os pesquisados, os alunos em sua maioria consideram os entraves encontrados, com estreita relação com a formação recebida, embora não ignorem outras relações e contextualizem os problemas identificados.

De forma indireta, localiza-se entre os nutricionistas, o viés da relação entre a formação teórica e a realidade da prática profissional, como meio de denunciar o não alcance do objetivo, confirmado pela maioria dos pesquisados.

Caminhando pela análise da relação entre os entraves da prática e a formação profissional, levada a termo pelas entidades de classe pesquisadas, conclui-se que o objetivo do curso é considerado, por essas entidades, como também não atingido.

Dessa forma, aparece o objetivo geral do curso que, analisado por várias óticas, realmente não é atingido.

O segundo eixo norteador da discussão é o *perfil do profissional*.

O perfil do profissional anunciado pelos cursos, na sua totalidade, representa uma identidade que não corresponde ao que se encontra concretamente.

A categoria deu início à discussão e não chegou a traçar o perfil almejado, pelos nutricionistas e pela sociedade.

Entende-se que a definição do profissional a ser formado, que aparece no objetivo geral dos cursos, ainda não é reconhecida como meta que é atingida ao final do período de graduação.

Para os docentes que percebem modificações específicas em alguns aspectos do perfil do profissional, essas pequenas alterações provocadas pelas modificações curriculares, ao longo dos anos, ainda se dividem em aspectos positivos e negativos, com evidente fragmentação.

As entidades de classe, ao apresentarem sugestões para reformulação curricular, apontam um viés de fundamental importância, para que se caminhe no sentido de alcançar o profissional idealizado. É nesse sentido que é recomendado o aprofundamento da visão crítica/teórico-social, por esses órgãos que representam a categoria.

O terceiro eixo norteador é a *prática pedagógica docente*, a partir da dificuldade identificada no grupo pesquisa-

do, reveladora do bloqueio na visão global do processo ensino-aprendizagem e na percepção da sua interrelação contextual com a sociedade e seus determinantes.

Do ponto de vista da prática pedagógica docente, reunindo-se as questões relativas às dinâmicas utilizadas para discutir o currículo, ao conhecimento por parte dos professores nesta área, às influências sofridas pelo currículo a partir das discussões nacionais e às modificações no perfil do profissional, não se pode desvincular esta prática, do contexto da formação do nutricionista, como ponto central que representa.

Percebe-se, nesse conjunto, que há uma certa fragilidade nos elementos necessários à prática pedagógica.

A inserção do docente nas áreas que dão sustentação à ciência da nutrição, fornecerá os subsídios necessários ao processo de compreensão dos fins da educação e, portanto, permitirá a análise de questões como: Para quê? Por quê? Quando fazer?, necessárias ao redimensionamento da formação do profissional nutricionista.

Percebe-se que a visão do professor, enquanto agente pedagógico, necessita de retro alimentar-se, através da articulação com os profissionais e as entidades de classe, visando identificar os problemas e implementar a busca conjunta das possíveis soluções.

O quarto eixo aglutinador da discussão é a *dissociação entre a teoria e a prática*. No momento em que se busca

identificar os entraves encontrados na prática, na percepção dos formandos, dos nutricionistas e das entidades de classe, localizam-se as queixas que guardam alguma relação com a formação recebida.

Os formandos, em maioria, apontam problemas da prática, vinculando-os à formação profissional.

Quando os nutricionistas respondem à questão, incluem essa relação de forma diluída, onde outros problemas aparecem com o mesmo grau de importância da formação.

No momento em que se procura estabelecer o contra-ponto dessa questão com aquela que levanta, entre os nutricionistas, se há divergências entre a formação teórica e a realidade da prática, a maioria absoluta afirma que sim.

Identifica-se aqui outra contradição. Os nutricionistas atribuem um percentual sem destaque para a relação entre os entraves encontrados e a formação recebida, ao mesmo tempo em que reconhecem a existência do descompasso entre a teoria e a prática oferecidas pelo curso.

A posição das entidades, frente a essa questão, mostra por unanimidade, que os entraves encontrados pelos profissionais apresentam estreita e intrínseca relação com a formação recebida.

Quanto aos outros problemas da prática profissional, percebe-se que estes passam por uma série de dificuldades

que se inserem, tanto na categoria, quanto nos problemas gerais da sociedade.

Se a formação teórica mostrou-se deficiente em conteúdo e forma de selecionar e disseminar esses conteúdos, é verdade, também, que o amadurecimento da categoria no que tange à consciência da necessidade de discutir-se, representa o outro prato da balança.

O quinto eixo aglutinador dessa discussão é o *papel social do nutricionista*, o qual ressurte-se de uma construção consciente e passa pela falta de identidade, que traz reflexos internos e externos à categoria, deixando uma real dificuldade para o seu desempenho.

A inquietação identificada no seio da categoria, passa pela prática do docente nutricionista, pelo formando, pelo profissional no exercício da profissão e pelos profissionais que se dedicam às entidades de classe.

A formação adequada do profissional, aliada à consciência crítica da categoria, passarão a representar o conjunto de condições necessárias à luta pela melhoria da saúde da população, entendida enquanto estado nutricional em equilíbrio. A relatividade do papel do nutricionista não deixará de existir.

Se a fome e a desnutrição se fazem presentes na sociedade brasileira, entende-se que vários determinantes estruturais e conjunturais fomentam a causalidade do problema mas, entende-se também, que o nutricionista é o estudioso da relação ho-

mem-alimento e, como tal, tem uma participação fundamental na luta pela erradicação da Fome e Desnutrição, com sua contribuição técnico-crítica.

CAPÍTULO 4
CONSTRUINDO NOVAS PERSPECTIVAS
PARA A FORMAÇÃO DO NUTRICIONISTA

"... se é difícil falar da fome e mais difícil ainda falar com os famintos, seria imperdoável passar ao largo do problema depois de conhecer suas dimensões, sem se posicionar e se comprometer. (p. 142)"¹

Após uma longa caminhada pela leitura da realidade histórica da formação do Nutricionista no Brasil, apresentada no capítulo dois, e pela visão dos docentes, discentes, nutricionistas e entidades de classe, no confronto entre a formação e a prática profissional apresentado no capítulo três, passamos a considerar esse momento numa perspectiva totalizadora.

A nossa própria leitura como profissional, interseccionada com as duas anteriores, ocupa, agora, o espaço dedicado à construção de novas perspectivas para o currículo de formação do nutricionistas no Brasil.

¹ MINAYO, M. C. S.. NETO, Otávio C. *Raízes da Fome*.

4.1 - Iniciando o debate

Acreditamos que o nosso ponto de partida seja a implementação da articulação entre os elementos do trinômio sociedade, saúde e nutrição, que nos coloca diante de um conjunto que exige ações, também articuladas, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos de forma global.

Com o passar do tempo, a partir das lutas da categoria, muito se avançou no sentido de rever a prática desenvolvida nos vários campos de trabalho, considerando os limites da realidade e as possibilidades de atuação dos nutricionistas.

Flagramos nessa trajetória a consolidação das áreas de Nutrição Clínica, Nutrição Social e Alimentação Institucional, atuações que se afastam entre si, pelas características específicas, denotando uma especialização desarticulada da atenção dietética a um ser integral.

Na verdade, essa situação que vem se perpetuando dentro da categoria, promove o afastamento do real papel social do nutricionista que não poderia prescindir de uma visão de mundo onde o homem é entendido como um ser global.

Remete-se à realidade da prática, com os seus entraves, toda a responsabilidade pela não implementação das possibilidades de atuação. Mascara-se, então, toda uma dificuldade que passa pela visão fragmentada do profissional que o impede de resguardar a competência numa determinada área, sem ignorar os aspectos globais

da assistência nutricional.

Na retrospectiva histórica da formação do Nutricionista no Brasil, da qual tratamos no capítulo dois, conhecemos a raiz de um profissional que nasceu na área da saúde, especificamente dentro do hospital, e que vem construindo um caminho e assumindo responsabilidades em setores extra hospitalares.

A própria configuração sócio, política e econômica do país trouxe novos campos de atuação para o profissional.

Hoje, reconceituado pela nova lei que regulamenta a profissão, o nutricionista volta-se para perceber e discutir a ausência de um perfil tão procurado e não identificado.

A promulgação de uma nova lei que normatiza a profissão, apesar de não sabermos quem somos, verticaliza a crise de identidade no seio da categoria.

Essa crise trará, com certeza, momentos de discussão para se encontrar a identificação do papel social do nutricionista que venha a atender as necessidades dessa sociedade.

Ao localizarmos o pensamento dos quatro grupos, trabalhado no capítulo três, identificamos os pontos de convergência/divergência entre eles. Esses elementos que apontamos para rediscutirmos a formação do nutricionista, poderão ser considerados como uma agenda para discussão, os pontos nodais da formação acadêmica.

A discussão que vem sendo implementada nesse trabalho, procura localizar o nutricionista no contexto da sociedade brasileira. A história mostrou a evolução da profissão, articulada com as mudanças ocorridas na sociedade, onde incluímos as políticas governamentais.

Acompanhamos a postura paternalista do Estado que se posicionou interferindo na formação do antigo Dietista, para garantir a mão de obra necessária à implementação do seu projeto político na década de quarenta.

A evolução da profissão de nível médio para o nível superior, como fruto das lutas da categoria, veio ao encontro de um novo momento nacional em que o profissional, agora com novo status, participa legitimando as políticas sociais.

Identificamos na legislação da alimentação do trabalhador, na década de setenta, um pacto do Estado com a iniciativa privada quando, a partir da lei, este passou a comprar os serviços das empresas, sem garantir a efetiva qualidade e supervisão.

O nutricionista participando da implementação da lei não assumiu a contestação dessa e de outras políticas públicas de alimentação e nutrição.

O profissional foi sistematicamente excluído da elaboração das políticas e, na sua execução, participou como mero agente para desempenhar funções previamente determinadas. Essas políticas caracterizaram-se pela ausência de uma avaliação dos seus resultados.

Aqui voltamos a questionar a posição dos cursos de formação que também não assumiram essa avaliação. O papel das entidades, nesse sentido, veio também historicamente sendo modificado.

Nos primeiros momentos da história, contando com entidades de caráter científico-cultural, essa discussão tornava-se tímida e sem repercussão política.

Com o passar do tempo a discussão política fez com que, passo a passo, as entidades se comprometessem com essas questões e com a formação do profissional nutricionista.

A visão de mundo, que levava a uma análise situacional numa perspectiva positivista, hoje evoluiu para uma discussão crítica, com elementos do materialismo histórico.

A caminhada nos mostrou a mudança da clientela que procura o curso, a partir do seu redirecionamento.

Nos primeiros passos, com o nível de segundo grau, encontramos professores primários que procuravam aperfeiçoar-se, donas de casa e outros profissionais envolvidos em programas de nutrição.

Ao integrar as profissões de nível superior e com espaço determinado entre os profissionais da área de saúde, com função específica garantida pela legislação, o nutricionista ingressou em escolas isoladas ou universidades que até o ano de 1976, eram exclusivamente públicas, assim como eram públicos, majoritariamente, os empregos.

A partir da explosão dos cursos de nutrição, a iniciativa privada começou a investir na formação do nutricionista, influenciando as tendências curriculares para atender ao mercado de trabalho.

Um pouco mais distantes da formação crítico-social, pela especialização precoce intra graduação, o nutricionista encontra dificuldades em definir o seu perfil.

Cresce a insatisfação com o desempenho e agiganta-se a necessidade de melhorar o nível de organização da categoria, para implementar as lutas específicas e as gerais.

A partir dos dados levantados no capítulo três, desvelamos a face oculta da prática profissional, que aparece implícita no cotidiano da atividade pedagógica do docente nutricionista e do nutricionista no exercício da profissão, embora explicitem, teoricamente, outra versão que somente é revelada pelas contradições identificadas pela categoria.

Convergências e divergências, na análise do confronto entre a formação e a prática, denunciam os pontos que estão a exigir um retomar urgente do perfil do profissional.

Entendemos que para caracterizar o quadro identificado, cabem aqui as palavras de BATISTA FILHO:

"... A contradição entre o potencial de recursos naturais do Brasil e a persistência da fome e suas seqüelas biológicas e sociais constitui o problema crucial do Brasil de hoje. Resgatar esse quadro é um imperativo de nossa consciência ética. (p. 38)"²

4.2 - Determinantes sociais, políticos e econômicos da situação nutricional da sociedade brasileira

"A fome leva mais longe seus efeitos destrutivos corroendo a alma da raça, a fibra dos pioneiros lutadores que conseguiram de início vencer a hostilidade do meio geográfico desconhecido, tirando-lhes toda iniciativa, levando-os à apatia, e ao conformismo ou à explosão desordenada de rebeldias improdutivas, verdadeiras crises de nervos de populações neurastênicas e avitaminadas. (p. 304)"³

Aqui o nosso objetivo é localizar o nutricionista no desempenho do seu papel social, relacionando-o à problemática nu-

². BATISTA FILHO, Malaquias. Panorama alimentar e nutricional. In: MINAYO, M. C. de S. *Raízes da fome*.

³. CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*.

tricional, com vistas a identificar os reais pontos a serem considerados na discussão sobre a formação do profissional.

A discussão encontra-se estruturada em duas partes: a primeira, onde trabalhamos a relação entre a sociedade, a saúde e a nutrição. A segunda, onde discutimos as Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição (PNAN), ressaltando o seu impacto social e o papel do nutricionista nas fases de elaboração e execução.

4.2.1 - Sociedade, Saúde e Nutrição

A discussão aqui implementada procura contextualizar a saúde na sociedade brasileira, à luz das articulações nos vários momentos políticos.

Entendendo a nutrição como um dos indicadores de saúde, procuramos identificar as insuficiências no perfil nutricional da população brasileira, tendo como contra-ponto o salário, o saneamento básico, a educação e a habitação.

Discutir saúde nos remete, necessariamente, a um conjunto de indagações que vão desde a sistemática exclusão das práticas de medicina popular até a imposição, sem infra-estrutura, das práticas institucionalizadas.

Além dessas constatações, é fundamental declinarmos nossa compreensão sobre o processo de saúde/sociedade, de modo a situarmos tais práticas, bem como contextualizá-las à luz do Estado Liberal. Tal discussão implica em identificarmos as premissas básicas das políticas sociais, em especial as de saúde.

Nesse processo, a saúde deve ser pensada à luz das relações sociais, ou seja, deve ser considerada em relação contínua e dinâmica com as determinantes objetivas: sociais, políticas, econômicas, culturais, dado o seu caráter interdependente, porque partícipe, da estrutura social e de seus desdobramentos.

Nesta ótica, discutir saúde no Modo de Produção Capitalista implica em caracterizar a relação motriz deste, qual seja, a relação capital x trabalho. Relação esta, redimensionada pelo Estado capitalista, entendido enquanto representante da classe e frações da classe dominante, cuja base política objetiva, a partir de um discurso de representação social, é manter e justificar sua dominação.

Tal discussão demonstra as leituras sobre a problemática de saúde, cujo pano de fundo sustenta a idéia de que os problemas sociais, saúde por exemplo, são passíveis de serem solucionados pela conquista, pelo manejo de técnicas e procedimentos neutros e nos remete à constelação da saúde no contexto da dinâmica social, enquanto pensar e fazer engajados. Daí, a importância do delineamento político-pedagógico que lhe sirva de alicerce.

Na realidade brasileira, historicamente, a saúde e suas práticas têm sido relegadas a segundo plano, onde a ênfase dos programas recaem sobre os fatores técnicos, cuja lógica resulta em maior produtividade (quantitativo) sob a égide do capital. Como resultado encontramos uma dicotomia entre saúde coletiva e saúde individual, reforçando a cidadania a alguns e circunscrevendo a outros a cidadania de segunda ordem, portanto, excluindo-os do direito social à assistência à saúde.

O desdobramento da prática de saúde no Brasil, retrata bem o descaso a que vêm sendo submetidas as políticas sociais. Neste sentido, vale ressaltar as relações populistas, engendradas no Brasil após a revolução de 1930, que dão novas feições ao Estado Brasileiro, apesar de não representarem transformações estruturais, mas apenas retoques de fachada, como o salário mínimo, a criação de instituto de aposentadorias e pensões, etc, de modo a possibilitar a renovação da estrutura de poder, possibilitando o advento do capital industrial, através da etapa de substituição de importações, em contraposição ao modelo agrário exportador, conforme ilustra IANNI.

"... A revolução de 30 assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo... (p. 16)"⁴

No âmbito global da política de saúde tem-se a institucionalização da medicina científica nas cidades, em detrimento das práticas da medicina popular (folk) na zona rural e perímetro da zona urbana.

⁴ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*.

A configuração da sociedade brasileira, após a derrocada da hegemonia agrária exportadora, assume uma configuração urbana margeada pela ausência de reais canais de participação, a uma massa pulverizada, cujo canal de engajamento político resulta no estabelecimento de relações carismáticas, garantindo o delineamento do Estado em sua versão populista, até o golpe militar de 1964.

É no âmbito das barganhas do populismo, que se desencadeiam lutas em prol de programas sociais, dentre eles, a uniformização dos procedimentos na área de saúde.

Neste contexto, é fundamental explicitarmos nossa compreensão sobre o papel contraditório representado pelo Estado, na sua versão populista, conforme WEFFORT.⁶

"... O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um mecanismo através do qual os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado... (p. 62, 63)"⁶

⁶. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira.*

Para traçarmos o perfil de saúde e a sua relação com a situação nutricional da sociedade brasileira, torna-se necessário remeter à discussão do processo de evolução dos movimentos sociais que vêm sendo deflagrados na sociedade brasileira. Momentos onde são colocadas em questão as instituições de um modo geral, inclusive as instituições médicas, que aqui são entendidas como a denominação genérica de todos os organismos que cuidam da assistência à saúde de forma direta ou indireta.

Isto posto, iniciamos por identificar uma preocupação explícita do Estado Brasileiro em priorizar estas instituições, a partir do *II Plano Nacional de Desenvolvimento*, implantado em 1974.

Conforme discute LUZ⁴, estas instituições médicas, ao mesmo tempo em que reproduzem a estrutura do poder capitalista no plano da saúde, reproduzem também as suas fissuras, suas contradições, seu precário equilíbrio.

A crise de saúde da população e a crise do discurso institucional da saúde, exarcebaram-se com a eclosão dos movimentos sociais a partir do final da década de 70, dentro e fora das instituições, incluindo nesta teia, inclusive, os movimentos dos profissionais de saúde, que paulatinamente têm se proletarizado tanto na sua dimensão técnica quanto na sua dimensão ideológica..

No período compreendido entre 1960/64, constata-se uma ausência de planos de saúde, como uma situação, de fato, que se

⁴ LUZ, M.T. *As instituições médicas no Brasil; instituição e estratégia de hegemonia.*

mascarava com a presença simbólica de um planejamento. Este quadro sofreu uma modificação no período pós 64 trazendo o discurso sanitário-desenvolvimentista, em substituição ao discurso campanhista securitarista.⁷

Com a expansão da economia no período pós 68, denominado de *milagre brasileiro*, as instituições médicas tiveram uma conseqüente expansão, ampliando-se o acesso aos serviços de saúde, sem contudo ampliar os recursos.

A medicina moderna e sofisticada que teve a sua coroação neste período de crescimento, trouxe atrás de si a indústria farmacêutica de primeira linha. Esta aparência na quantidade de recursos não mostrou reais ganhos na qualidade de vida da população, refletida pelo estado de saúde.

Se trouxermos para este contexto a avaliação do estado de saúde do indivíduo como fruto da qualidade de vida, onde o salário, saneamento básico, habitação, educação, alimentação, transporte e lazer funcionam como indicadores, perceberemos que um percentual altíssimo da população brasileira, não tem condições de obter e manter a saúde, conforme relatório do IBGE já citado neste trabalho.

Dentre esses indicadores, a *alimentação* merece especial atenção, uma vez que, as condições sócio-econômicas afetam, em primeira instância, a aquisição de gêneros alimentícios.

⁷ LUZ, H. T., *op. cit.*

Outras necessidades imperativas, como o pagamento da moradia, do vestuário, do transporte levam o indivíduo a aplicar cortes na alimentação, inviabilizando a ingestão de necessidades mínimas diárias.

A privação quantitativa e qualitativa de alimentos, leva à Desnutrição Proteico-Calórica (DPC), aqui entendida como a manifestação biológica da fome, onde o déficit de calorias totais necessárias associado à insuficiente disponibilidade de proteínas da dieta, leva o indivíduo a uma série de lesões bioquímicas e anatômicas que são capazes de comprometer a vida, o desempenho intelectual e muscular.

A discussão pertinente e imediata que se agiganta é a da redução do poder aquisitivo da população. A Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁹ classifica o *per capita* familiar de dois salários mínimos, como a linha divisória da pobreza. Considerando-se que cerca de 42,7% das famílias brasileiras ganham de zero a dois salários mínimos e que o tamanho médio destas famílias é de 4 pessoas, estaremos incluindo na faixa de pobreza 80% da população.

Agrava-se o quadro, quando consideramos dados do relatório de 1975 (ENDEF) indicando que 40% destas famílias não chegavam a perceber um salário mínimo.¹⁰

Em recente pesquisa, publicada em 1991¹⁰, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), atualizan-

⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Pesquisa nos conjuntos habitacionais*.

¹⁰ BRASIL. IBGE. *Estudo Nacional de Despesa Familiar*.

¹⁰ BRASIL. FIBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*.

do os dados da pesquisa de 1974/75, mostra uma queda no número médio de componentes da família que cai de cinco para quatro e que decresce na medida em que se caminha para o sul do país. A cidade de Belém ultrapassa a média, com 5.1 pessoas/família e a cidade de Porto Alegre fica abaixo da média, com três pessoas.

A pobreza é generalizada pelo país mas, em algumas regiões, como o litoral nordestino, o Brasil Central e a região Norte, concentram-se os chamados bolsões de pobreza, com alta incidência de Desnutrição Protéico Calórica (DPC).¹¹

A desnutrição traz, na sua essência, conseqüências como a alta mortalidade infantil ocultada por outras causas a saber: a sinergia com infecções; alterações no desenvolvimento intelectual; alterações na capacidade reprodutora da mulher; depressão do sistema imunitário; baixo rendimento escolar; baixa produtividade, dentre outras.

Os prejuízos sociais evidenciam-se nas formas agudas de expressão da desnutrição mas, a morte lenta subtrai a vida e a dignidade dos indivíduos.

Diante da fome que se alastrou, temos, concretamente, vários achados de comprometimentos nutricionais que afetam a população, destacando os cinco principais que são considerados como os maiores problemas de Saúde Pública do país: anemia, bócio, hipovitaminose A, cárie dental e desnutrição protéico calórica (DPC).

¹¹ MS-INAN. Discurso proferido pelo Dr. Bertoldo Kruse Grande de Arruda, presidente do INAN, na Escola Superior de Guerra na cidade do Rio de Janeiro, em 3/7/1981.

Considerando que as lesões desencadeadas trazem conseqüências sociais importantes, entendemos que atingimos a um ponto de elevado prejuízo da saúde em numeroso contingente de pessoas.

Retomando os indicadores para representar o padrão de vida citados anteriormente: salário, saneamento básico/habitação, educação, alimentação, transporte e lazer, podemos avaliar qual a contribuição que cada um destes vem dando para o perfil do estado de saúde da população.

O baixo salário é o fator causal de maior importância na gênese da DPC, significando uma relação direta e indiscutível. A desnutrição, que é um grande problema de saúde pública no país, é entendida, por alguns, como fruto da ignorância. É importante avaliar que o desconhecimento não produz a extrema condição de *Fome*. É sabido que a ignorância não representa um fator causal importante. Na verdade, o trabalhador ganha pouco, passa fome e tem como única fonte de renda o seu salário, que é sempre nivelado por baixo, levando-o a ter poucas opções no atendimento às suas necessidades básicas.

Saneamento básico/habitação representam pontos importantes na qualidade de vida, uma vez que contribuem sinergicamente para o agravamento da desnutrição. Em 1983, apenas 18% das residências brasileiras possuíam água tratada e destas, apenas 9,6%, estavam ligadas ao sistema de esgoto.¹²

¹² FIGGE, op. cit.

A utilização do *sistema de transportes* para deslocamento significa 6% do salário mínimo, isto considerando que o empregador fornece o Vale-transporte.¹³ Para aqueles que não se inserem no sistema formal de trabalho, a situação se agrava porque têm que assumir integralmente o ônus com o transporte, subtraindo recursos que seriam destinados à alimentação.

A *Educação* no país mostra um índice de cerca de 88% de escolaridade das crianças na faixa de 7 a 14 anos. A evasão escolar representa 60% dos ingressos a cada final de ano.¹⁴ A ausência de uma alfabetização, direito da cidadania, garantida a todos, não só como igualdade de oportunidade, mas também, como igualdade de condições, leva a institucionalização dos subempregos, baixos salários e exploração do trabalho humano.

A questão da *alimentação* deficitária, nos remete à relação de DPC/pobreza, que se constitui de vários fatores de alta complexidade. Com segurança, reafirmamos que as condições sócio-econômicas afetam a alimentação, em primeira instância.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam, à época, 1975, em documento já citado, que 70% das famílias tinham inadequação em quantidade de alimentos e que a disponibilidade calórica brasileira era de 2.540 Kcal, cobrindo apenas 85% das necessidades energéticas.

¹³. FIBGE, Op. cit.

¹⁴. Idem.

Recebendo calorias que estão abaixo das suas reais necessidades, o trabalhador braçal é levado a desempenhar as suas funções à custa do desgaste da sua saúde. Com baixo desempenho muscular, rende pouco, gerando excessiva rotatividade. Visando otimizar este rendimento, numa sociedade capitalista como a nossa, as fábricas, a construção civil e outros locais de trabalho incentivaram o ganho por produtividade, que leva o indivíduo a desafiar a sua falta de energia para o desempenho muscular, porque lhe acenam com a possibilidade de ganhar mais.

A crescente retração na atividade econômica, intensificada no país desde o segundo semestre de 1990¹³, trouxe uma exacerbação no quadro de deficiência alimentar e nutricional, para a população brasileira, revelando uma situação de fome nunca dantes experimentada.

Segundo a FIBGE, houve redução na produção dos bens de consumo e, conseqüentemente, queda da demanda desses, pelas famílias brasileiras¹⁴. Fato esse relacionado às perdas salariais que se acumulam como conseqüência da retração do binômio: nível de emprego/salário médio real.

Observamos que o país, ao longo dos últimos anos, sofreu uma grande mudança na política de saúde, a partir da nova posição sanitário-desenvolvimentista na área, do conseqüente estabelecimento de planos de saúde, do aumento numérico da estrutura de

¹³. FIBGE, op. cit.

¹⁴. Idem.

saúde a nível federal, estadual e municipal mas, constata-se, contraditoriamente, uma regressão das condições de saúde da população. Novamente remetemos a questão, à perda crescente e acumulada do poder aquisitivo, revelada de forma concreta pelos estudos já citados sobre o poder de compra do salário mínimo que, por ocasião de sua criação, permitia, com *cem por cento do seu valor*, a aquisição da cesta básica.

Este salário mínimo, instituído pela Constituição de 1934 trazia, em seu artigo 1º (Decreto 2162, de 1º de maio de 1940), a afirmação de que esta remuneração mínima deveria ser capaz de cobrir as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.¹⁷

Na realidade, durante a maior parte do período 1975/89, houve um declínio da disponibilidade interna *per capita* de alimentos básicos para a população. Mesmo as recentes e muito comentadas "super-safras" não afetaram, necessariamente, a disponibilidade interna de alimentos para as camadas mais necessitadas. Isto porque o acesso efetivo aos produtos alimentícios é determinado pela renda do consumidor e não pelo nível global de produção.¹⁸

Hoje, quando procuramos estabelecer a relação salário mínimo/ração mínima, chegamos à conclusão de que a família média brasileira necessitaria de cinco salários para atender às suas necessidades. A partir deste quadro, constata-se que faltam condições mínimas para a sobrevivência e, desta forma, expandem-se a

¹⁷ L'ABBATE, S. *Fome e Desnutrição: os descaminhos da política social*.

¹⁸ BRASIL. INAN. FIDGE. IPEA. *Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição; resultados preliminares*.

desnutrição, as endemias e epidemias no país. Os meios de comunicação nos informam sobre a volta da dengue, cólera, malária.

É neste contexto sócio-econômico que o profissional nutricionista desempenha o seu papel, que se reduz à atuação em setores específicos como o curativo e o da indústria, pelo imperativo do mercado de trabalho, sem dar a sua efetiva contribuição, tanto quantitativa quanto qualitativa, às políticas de alimentação e nutrição, incluindo as atividades de promoção da saúde.

Como profissional de saúde, de um país faminto, o nutricionista discute o seu papel social, não somente à luz dos avanços nos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também, numa perspectiva de tomada de consciência social. Esse profissional, comprometido com as causas dos problemas nutricionais, conforme discutem YPIRANGA e GIL¹⁹, opera dentro de um mínimo que se espera dele.

A prática profissional do nutricionista veio, por muitos anos, atendendo às expectativas do Estado e, em contra partida, pouco ou quase nada realizando no sentido de torná-lo elemento partícipe do processo de melhoria da situação nutricional do brasileiro, funcionando muito mais como aliviador de tensões.

Acompanhando a mobilização política e a tomada de consciência social sofridas pelos diversos segmentos da sociedade brasileira, o profissional nutricionista passa, na década de oitenta, a viver um momento de transição da sua prática, segundo dados

¹⁹ YPIRANGA, L. GIL, M. F. Formação profissional do nutricionista; por que mudar?

constatados por YPIRANGA e GIL²⁰. Nesta fase, as mobilizações da categoria giraram, quase que exclusivamente, em torno da sindicalização profissional, à semelhança da maioria das profissões da área de saúde. Este novo momento, trouxe para dentro da categoria, o processo de discussão da prática do nutricionista, aflorando a insatisfação quanto ao seu desempenho técnico e quanto à sua função social. E nesse processo, alguns setores indicam novas preocupações, questionamentos, insatisfações.

O papel do nutricionista frente à sociedade brasileira, com estrutura e conjunturas específicas, é colocado em cheque, quando afloram as contradições da prática, frente às condições objetivas.

Nesta luta para encontrar o caminho que leve a se deixar de antagonizar o papel social e a prática profissional, não se pode perder de vista a relatividade do papel do nutricionista na erradicação da fome e da desnutrição. O nutricionista como profissional capaz de ter uma visão totalizadora da realidade social em que vivemos, é apenas um dos elos desta complexa cadeia.

Percebemos a necessidade de mudança, ao entendermos que alguns fatores como as condições objetivas, o mercado de trabalho e as pressões sociais, devem fazer parte do conjunto a ser discutido, no momento de se planejar a formação do profissional.

"Sendo que o estado nutricional é efeito muito nítido e até típico do indivíduo e do seu agrupamento na estrutura so-

²⁰ YPIRANGA, L. GIL, M. T., op. cit.

cial (p. 60)²¹, entendemos que o nutricionista, como profissional que tem como objeto de trabalho a relação do homem com o alimento, no entanto, desempenha atualmente funções de caráter racionalizador do consumo de alimentos ou executa programas de distribuição de alimentos de cunho assistencialista.

Percebemos que esta prática sofre influências da estrutura e conjuntura nacional, dentro de uma sociedade que arrasta e perpetua a fome.

É interessante notar que a publicação dos livros *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, na década de quarenta, e, em seguida, na década de cinquenta, *Geopolítica da Fome*, traduzido em vinte e quatro idiomas, iniciou o reconhecimento da fome como fenômeno social. A fome e a desnutrição, cuja denúncia ganhou caráter internacional, foram consideradas, nas obras do autor, como consequências da organização capitalista das sociedades.²²

Hoje, quatro décadas após a constatação da fome como fenômeno social, temos um crescimento galopante da ausência de alimentos na mesa do brasileiro e entendemos que, embora a solução não dependa do nutricionista, tem nele, enquanto profissional comprometido com as reais necessidades da população, um grande aliado.

O que leva uma sociedade a conviver com a Fome?

²¹. YPIRANGA, Lúcia. Profissionais de nutrição: dilema de uma prática.

²². Josué de Castro, médico e sociólogo brasileiro, denunciou em suas obras as consequências da exploração colonial e neo-colonial da nossa sociedade como determinante da Fome como mazela social.

A fome é um indicador de pobreza e de subdesenvolvimento e guarda relação com o modelo social e econômico do país. O fruto da fome é a desnutrição, como problema de saúde pública no Brasil, significando a manifestação biológica da *Fome*.

É avançando no sentido de contribuir para a busca de um caminho que percebemos, ao longo do tempo, o patente descompasso entre as propostas teóricas de formação do nutricionista e a sua prática profissional. Percebemos que esta oposição é fruto de vários momentos históricos. A sociedade com a sua estrutura e funcionamento, determinados pelo modo de produção, tem que ser considerada no momento em que se planeja a formação de um profissional que se pretende colocar a seu serviço.

Enfrentando a fome como uma situação concreta, com implicações sociais, políticas e econômicas, torna-se imperativo responder a duas questões: Quem é este profissional que pretendemos formar? A sua formação permite uma visão crítica, que lhe garanta um instrumental que subsidie o seu papel social de contribuição para o avanço no sentido de erradicar a Fome no país?

É em VALNIR CHAGAS²⁹ que encontramos a afirmação de que ao longo da educação brasileira, nossos objetivos têm dupla função, conservadora e renovadora.

²⁹ CHAGAS, Valnir. *Educação Brasileira; O ensino de 1º e 2º graus*.

Será que a partir da relação entre o conservador e o renovador conseguiremos reinventar, com base no passado e à luz do futuro, profissionais que trabalhem e se coloquem através da sua prática, como elementos a serviço da sociedade, numa atitude transformadora e reconstrucionista?

4.2.2 - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

Antecedendo ao resgate histórico das Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição (PNAN), faz-se necessário localizar o nutricionista na estrutura e conjuntura nacionais onde são implementadas estas políticas. Encontramos a nível documental, a definição do perfil desse profissional, que é denunciada pela observação da sua prática.

Entendemos que possibilidade e realidade articulam-se dialeticamente. Neste contexto, onde a possibilidade de intervenção, via programas de alimentação e nutrição, faz parte do discurso de formação do profissional nutricionista, a realidade do cotidiano da prática concreta possível, mostra-se contrária.

As PNAN deixam, via de regra, de contar com a participação do Nutricionista nas suas fases de planejamento e elaboração, exigindo apenas a participação deste, nos momentos de sua implantação e execução, sem privilegiarem uma posterior etapa de avaliação dos resultados a nível grupal e/ou populacional.

Localizando, datando e contextualizando a preocupação governamental em inserir a alimentação no conjunto da *Política Social* do país, percebemos quando, como e porque foram tomadas algumas decisões nesta área.

Em 1940, a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) veio ao encontro de um momento em que o trabalho assalariado recebia a normatização de alguns direitos - a legislação trabalhista do governo Vargas. Instalam-se os restaurantes de caráter popular, no antigo Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro, e na cidade de São Paulo. Somam-se, neste período, o advento do salário mínimo e as medidas que contemplam a alimentação do trabalhador como metas de governo.

É em L'ABBATE que encontramos a ilustração deste momento:

*"... a alimentação - no caso - oferecida a preços de custo pelo Estado em um ambiente ordeiro, asseado e alegre, só poderia resultar no estabelecimento de um 'laço simbólico' entre o trabalhador e o Estado. (p. 21)"*²⁴

Fazendo parte desse contexto político surgem, no cenário intelectual, os estudiosos de nutrição que subsidiavam com a

²⁴ L'ABBATE, S. op. cit.

sua produção científica, o projeto de desenvolvimento sócio-político e econômico da sociedade brasileira, naquela época. O projeto de governo anunciava medidas para melhorar a situação alimentar do povo brasileiro, no mesmo momento em que afluíam os conhecimentos de fisiologia da nutrição e os resultados das investigações estatísticas que revelavam a situação de nutrição do povo brasileiro. Aqui, destaca-se o papel da nutrição, mediado pelas contradições sociais.

Durante várias décadas foram criados diversos órgãos responsáveis pela implementação das ações governamentais na área social, especificamente, em alimentação e nutrição. A produção científica veio contribuir com subsídios para o avanço da indústria alimentícia e para a divulgação e desenvolvimento da ciência da nutrição no país.

Do período populista e autoritário de Vargas até o presente momento, muito se fez em termos de programas de alimentação. Todos os governos mostraram em seus planos, preocupação com a situação alimentar e nutricional da sociedade brasileira. A par de tantos projetos e programas desenvolvidos, com uma lógica marcadamente assistencialista, continuamos a conviver com a *fome* e a *desnutrição* fazendo parte da vida de um número cada vez maior de pessoas. Chegamos a afirmar que o crescimento do número de programas é inversamente proporcional à melhoria da situação nutricional da sociedade brasileira.

Atualmente, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição caracteriza-se, em primeiro lugar, por uma *Política de Abastecimento* com ênfase na exportação, deixando de privilegiar o abas-

tecimento interno. Há um desequilíbrio entre produção, armazenamento, transporte e distribuição, levando o Brasil a referendar uma posição mundial contraditória que é a de ocupar o sexto lugar na produção de grãos, ao mesmo tempo em que se classifica como um dos campeões mundiais de *fome e desnutrição*.

Em segundo lugar, identifica-se na PNAN, uma *Política de Controle de Qualidade* comprometida com o padrão exigido pela legislação, somente em relação aos alimentos a serem exportados. A nível interno, várias práticas lesivas à saúde são frequentemente denunciadas pela imprensa, envolvendo produtos alimentícios como sucos de frutas, gelatinas, leite, carne, etc. Os países que importam alimentos do Brasil exigem o cumprimento de toda a legislação, deixando de comprá-los em caso de identificação de falhas. Em contrapartida, a sociedade brasileira é exposta a inúmeros riscos causados pela falta de cumprimento da legislação de alimentos.

Em terceiro lugar, encontramos, como parte integrante da PNAN, a *Política de Financiamento* que, efetivamente, atende às necessidades do grupo produtor uma vez que este apresenta garantias aos financiamentos recebidos.

A *Política de Abastecimento*, a *Política de Controle de Qualidade* e a *Política de Financiamento*, associadas à existência de salários, reconhecidamente inadequados para atender as necessidades de subsistência do indivíduo e da família, originam e justificam a existência da PNAN.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição efetiva-se no tripé: agro-exportação, distribuição de alimentos e campa-

nhas emergenciais. A título de ilustração, verificamos que, no ano de 1986, o país gastou 0,27% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme dados da FIBGE²⁰, com a PNAN que se caracteriza fundamentalmente, pela distribuição de alimentos via programas, com vistas a suplementar ou complementar a dieta. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a população carente já possui o básico, em termos de alimentos, fato este que não se verifica.

Poder-se-ia, ingenuamente, considerar o profissional nutricionista como necessário e suficiente para resolver os problemas nutricionais da população brasileira, no entanto, numa análise de vários fatores determinantes da má nutrição ou desnutrição, encontraremos uma plêiade de causas que exigem, para a reversão deste quadro, profundas mudanças sociais, políticas e econômicas.

Cabe, aqui, uma análise desta Política Nacional de Alimentação e Nutrição e, neste sentido, é que, após levantarmos alguns problemas conjunturais, redimensionamos a compreensão de que as falhas da PNAN se situam também no âmbito estrutural, discutindo alguns pontos que sugerem a vulnerabilidade destas políticas.

Percebemos que se atingíssemos uma PNAN considerada ideal para este país, apesar disto, não alcançaríamos uma sociedade em que a Desnutrição Protéico Calórica (DPC) estaria ausente. Este entendimento parte do princípio de que para superarmos o grave quadro que vivemos em nossa sociedade, é necessário ter uma política econômica compatível. Na atual situação, a PNAN vem simplesmente tentando cobrir falhas da política econômica e, portanto, desvian-

²⁰ BRASIL. FIBGE, op. cit.

do-se do seu eixo central, não atingindo os seus objetivos.

Outra característica da PNAN é a distribuição de alimentos, o que cria um vínculo de dependência a nível da consciência popular deixando, como consequência, o amortecimento da discussão das causas da Fome. Esta prática ainda traz em contrapartida, no seu contexto, o advento da corrupção, com a distribuição de alimentos controlada politicamente, com objetivos e fins específicos de manipulação da clientela.

Outro equívoco que vem se perpetuando na PNAN é o de considerar os diversos programas executados como suplementação de alimentos que a criança, ou a família, presumivelmente já devem possuir. Constata-se que, muitas vezes, os alimentos recebidos, via programa, tornam-se os únicos disponíveis, como consequência da inadequação dos salários.

Alguns Programas de orientação específica de órgãos federais, estaduais ou municipais são desenvolvidos nos Estados e Municípios.

Os mais conhecidos e que, de alguma forma, pretendem ou pretenderam²⁶ colocar em prática nos dias de hoje as atuais propostas teóricas da PNAN são:

²⁶. Programa de Complementação Alimentar (LBA). Extinto em 1990, fornecia três alimentos formulados (sopa, vitamina e milkshake) para gestantes nutrizes e crianças menores de 36 meses (eutróficas e desnutridas).

²⁷. Programa do Leite (SECOM/SEPLAN). Fornecia leite fluido a crianças de zero a 14 anos que não estivessem na escola, uso de tickets (extinto em 1991).

- *Programa Nacional de Assistência ao Educando (PNAE/MEC)*. Destina-se à suplementação alimentar de crianças pré-escolares e escolares.
- *Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)*. Subsidia 80% do valor da refeição para os trabalhadores de baixa renda.
- *Programa de Suplementação Alimentar (PSA/MS)*. Fornece cesta básica para gestantes, nutrizes, crianças eutróficas e desnutridas e, para estas, a cesta básica é composta de arroz, feijão e leite.

Identificam-se contradições nesta PNAN quando percebemos que o governo considera, por exemplo, o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) como um assalariamento indireto, beneficiando a todos aqueles que percebem menos de dois salários mínimos, porém é a maneira também de se apresentarem como subsídios estatais à iniciativa privada, o que desmascara a farsa do Estado de Conciliação Nacional/Neutro, colocando-o, efetivamente, como Estado engajado e representante de interesses de classe e frações da classe dominante (hegemônica). Esta é a denúncia da total inadequação do salário para cumprir os seus fins.

Encontramos, com freqüência, nas normas governamentais, que, por medida de economia, não devemos duplicar meios para atingirmos fins idênticos. No entanto, nos deparamos com o paralelismo de programas de alimentação e nutrição em vários órgãos, recebendo denominações diferentes, mas com a mesma finalidade. Dividem-se esforços, verbas e enfraquece-se o resultado final.

Estes programas, não contam com a participação da comunidade interessada, nas suas fases de elaboração e execução. Abre-se mão, portanto, de conhecer as reais necessidades e os meios mais eficazes de aumentar a eficácia dos programas garantindo a melhoria do estado nutricional da população.

Identificamos ainda a falta de supervisão e avaliação dos programas desenvolvidos pelos vários órgãos, aliados a alocação insuficiente de recursos financeiros, impedindo a sua execução dentro do espaço de tempo anteriormente previsto.

Hoje, esta avaliação começa a ser ensaiada a partir da implantação, em algumas cidades do país, do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Neste conjunto de programas desenvolvidos, encontramos apenas dois, o Programa de Complementação Alimentar-PCA, do Ministério da Previdência e Assistência Social e o Programa Nacional de Assistência ao Educando-PNAE, do Ministério da Educação, que demonstraram preocupação com o controle de qualidade dos alimentos distribuídos.

Considerando todas as contradições internas na execução destes programas, através de uma avaliação perceptiva como profissional da área, concluímos que o impacto nutricional na população torna-se insignificante, que o custo administrativo é excessivo, que há comprovadamente desvio de recursos e de alimentos e que inexiste uma mobilização da comunidade nestas discussões.

Percebemos ainda, nesse contexto, o papel social da escola que é o de compensar as diferenças sociais - Escola Compensatória - a partir da distribuição de alimentos para o escolar.

Ao nutricionista, colocado a serviço desta sociedade, compete contribuir para a superação desta situação, inclusive participando de pesquisas que identifiquem as contradições internas da PNAN, construindo instrumentos de avaliação de eficácia destas políticas, estudando as implicações políticas, econômicas e sociais da desnutrição para, efetivamente, contribuir para a mudança.

Entendemos que a sua formação teórico-prática deve romper a barreira de linearidade do conhecimento técnico específico da área, para alçar vôos pelos meandros de outras áreas de fronteira do conhecimento. É com esta visão ampliada que este profissional garantirá a sua participação, a nível de elaboração, execução e avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, nas suas várias versões.

4.3 - A prática do Nutricionista - possibilidade e realidade

Neste item, procuramos analisar o hiato que se consolida entre as possibilidades de atuação do profissional e a realidade concreta da prática, tendo como base as áreas onde se concentram os nutricionistas.

Historicamente, o *dietista* centrou a sua prática nas atividades restritas à Alimentação, à Dietética.

Em 1962, criou-se o Curso Superior de Nutrição⁸⁰, possibilitando ao então *dietista*, ampliar o seu leque de atuação. Passando a identificar o seu objeto de trabalho que é o alimento e a alimentação, relacionados com o homem nas suas dimensões individual, coletiva e populacional, este profissional inseriu-se num contexto sócio-político liberal, com uma base econômica periférica.

Acompanhando a mobilização política e a tomada de consciência social ocorridas nos diversos segmentos da sociedade, o profissional nutricionista passa, na década de 80, a viver um momento de transição da sua prática, conforme discutem YPIRANGA e GIL.⁸⁷ Este novo momento, trouxe para o interior da categoria, o processo de discussão da prática do nutricionista, aflorando a insatisfação do profissional quanto ao seu desempenho técnico e quanto à sua função social.

Possibilidade e realidade nos leva a discutir interesses divergentes e, por vezes, antagônicos, levando-nos também a levantar a questão: a serviço de quem está o profissional nutricionista? Remete-nos à discussão da divergência de expectativas entre os objetivos de formação e as perspectivas de atuação, como fruto do descompasso entre as propostas teóricas de formação profissional e a prática possível.

⁸⁰. Ver capítulo três.

⁸⁷. L'ABBATE, op. cit.

Contraopondo as possibilidades de atuação com as quais se acena no processo de formação e a realidade do cotidiano da prática profissional, passamos à discussão por áreas de atuação, elegendo, aqui, as três, conforme afirmam as entidades, que congregam o maior número de profissionais no exercício da profissão: Nutrição Clínica, Nutrição Social e Alimentação Institucional.

4.3.1 - Área de Nutrição Clínica

Elegemos a área de Nutrição Clínica para ser discutida em primeiro lugar, por ser o campo onde o *Dietista*, profissional de nível médio, que antecedeu ao nutricionista, teve o seu marco inicial de atuação, o hospital.

No início da década de 40, ainda como *Dietista* este profissional exercia as suas atividades no ambiente hospitalar, para atender às necessidades do indivíduo enfermo, partindo-se do princípio de que o alimento é um agente de tratamento. Tínhamos, naquele momento, um profissional, o *Dietista*, que detinha o conhecimento dos alimentos, suas modificações físico-químicas, os requerimentos nutricionais dos indivíduos e os meios de obter a adequação da dieta ao paciente.³⁰

A partir da criação do Curso Superior de formação de Nutricionista, com um nível de maior complexidade curricular em relação aos conteúdos disseminados, ratificava-se o nutricionista, enquanto profissional da área de saúde, aprofundando o seu conhecimento na área.

³⁰. YPIRANGA, L. O nutricionista no Brasil; origem e evolução da profissão.

A tendência inicial em circunscrever a atuação deste profissional à área hospitalar, mostrou-se um traço marcante da maior parte dos Cursos. Com isto, atuando na recuperação da saúde, um número significativo de profissionais afastou-se das outras áreas, não só pela prática do seu cotidiano, mas também, pela falta de articulação com os outros setores da profissão e da sociedade.

A Nutrição Clínica, como atividade estanque que passou a ser, carregando no seu interior um leque de possibilidades na sua relação estreita com a alimentação e nutrição e com a área de Saúde Pública, no entanto, deixa de ratificar esta relação, passando a representar uma prática isolada. Como toda prática sustenta-se em pressupostos valorativos, remetemos a discussão à formação do profissional, identificando objetivos gerais que demonstram uma real oposição, quando relacionados à prática profissional desenvolvida.

Este quadro vem se descaracterizando pela pressão do mercado de trabalho que aponta a alimentação institucional, como campo gerador de grandes possibilidades comerciais.

O nutricionista inserido inicialmente no hospital, não somente para trabalhar clinicamente com o alimento, mas também, como elemento de racionalização, visando a redução de custos, vive hoje, no setor saúde, uma situação atípica.

Teoricamente, o nutricionista é formado para desempenhar suas funções competentemente em todas as áreas. As possibilidades de atuação do nutricionista dentro do setor saúde, e aqui nos referimos à atuação no hospital, estão limitadas pelo apelo do

interesse maior que entra em jogo nas instituições, que é a eficácia na redução de custos, em detrimento das necessidades de uma correta assistência.

O nutricionista confronta-se com duas situações concretas, na sua realidade no campo da Nutrição Clínica. Por um lado, o seu maior empregador é a rede pública, que não se preocupa em manter um quantitativo suficiente de profissionais, inviabilizando assim a assistência nutricional. Em alguns casos, a rede pública, abdicando do comando dos serviços de alimentação dos seus hospitais, contrata firmas particulares que priorizam o lucro, atropelando a atenção dietética, enquanto alimentação para indivíduos saudáveis e enfermos.

Quanto aos hospitais particulares, via de regra, independentemente do número de pacientes que possuam, têm somente um nutricionista. Neste caso, torna-se inviável a assistência nutricional. O profissional é contratado visando a valorização do hospital junto ao Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e à população. Aqui, mais uma vez, o lucro prevalece e as possibilidades de atuação são reduzidas ao controle de gastos e nada mais.

A constatação do distanciamento entre possibilidade e realidade, é discutida por YPIRANGA e GIL:

... "O setor saúde, aplicação prática da outra metade do caráter original, este não parece satisfeito. Que exigências faz então? A atenção dietética, de natureza individual, parece ter perdido espaço nos

*serviços de saúde e, a assistência aos grupos populacionais, parece que não chegou à plenitude esperada. (p. 29)*⁹¹

Indagam as autoras: O que aconteceu?

Embora reconheçam a necessidade de melhor se estudar a questão, levantam alguns pontos que poderiam justificar a situação encontrada. Alguns problemas estariam residindo na prática inadequada do profissional por falhas na sua formação, outros residiriam na inadaptação do mercado de trabalho, no desenvolvimento técnico e científico, na necessidade de se ocupar novos espaços, associados à falta de Pós-Graduação. Presumem ainda as autoras, que a formação da consciência social e a necessidade de afirmação e definição política, talvez tenham acentuado este afastamento do nutricionista da área de Nutrição Clínica como uma contraposição à atuação técnica e acrítica.

Entendemos que simplesmente afastar-se de uma atividade necessária ao papel do profissional, como forma de negá-la enquanto procedimento puramente técnico, desvinculado do contexto, portanto, não reflexivo, transforma-se numa atitude também passível de receber a mesma categorização.

A importância social desta mudança de postura deve ser refletida no conjunto das atividades do nutricionista, para que se torne possível atingir o perfil do profissional *generalista* e portanto dar à área a dimensão necessária.

⁹¹. YPIRANGA, Lúcia. GIL, M. F., *op. cit.*

A negação da atuação que vem se caracterizando como técnica e acrítica, longe de levar os profissionais a abandonarem a área de Clínica deveria, sim, estimular a busca de alternativas para essa prática. Se as possibilidades existem, mudar a realidade é uma questão de coerência.

Há uma tendência equivocada em negar a necessidade de procedimentos clínicos em um país de doentes. Na verdade, o setor curativo deveria articular-se com o preventivo para caminharem juntos, com vistas à assistência nutricional integral, respeitando e entendendo o indivíduo nas suas dimensões sócio, política e econômica.

Dentro de um Serviço de Nutrição, o nutricionista de Clínica é ligado à produção de dietas, geralmente alienando-se da produção do serviço como um todo, sem viver a complexidade do processo e os seus limites.

Entendemos que, para explorar a plenitude de suas possibilidades, o profissional nutricionista que desenvolve as suas atividades na área de Nutrição Clínica, teria de absorver as outras áreas como componentes naturais do processo de produção de dietas para o enfermo, coletivamente na unidade hospitalar. Para tanto, o componente administrativo da área de Alimentação Institucional e o componente da educação da área de Nutrição Social deveriam ser partes integrantes na dinâmica do cotidiano da sua prática Clínica.

Na tentativa de explicar o enfraquecimento da área Clínica, identificamos outra situação concreta que é a falta de pesquisas feitas pelos nutricionistas, levando-os a reproduzir e

manter as velhas recomendações superadas e, muitas vezes, o *status quo*.

Observamos, que a realidade das limitações da prática, leva o profissional a restringir-se a uma precária Atenção Dietética ao enfermo, que se encontra no leito hospitalar. Em um grande número de unidades hospitalares onde existem ambulatórios, o nutricionista não atua neste setor. Esta seria a grande oportunidade de acoplar a Nutrição Clínica à Nutrição Social, momento também importante de seguir o paciente fora do hospital e portanto de ampliar as possibilidades da Atenção Dietética, enquanto Dietoterapia, para uma parcela mais significativa da população.

Nesta perspectiva, vemos a necessidade de discutir a ausência de articulação entre o nutricionista e os outros profissionais que contribuem de forma direta ou indireta, para a Ciência da Nutrição. Avançar na área de Nutrição Clínica a partir da efetiva participação de outros profissionais da saúde, numa relação dinâmica com outros setores extra-hospitalares, possibilitaria o resgate do indivíduo no seu contexto, na busca do conceito mais amplo de saúde.

Frente ao disposto na Lei Federal 8.234/91⁹² que regulamenta a profissão, torna-se imperativa a necessidade de reformular posturas na área de Nutrição Clínica, vez que várias atribuições até então almejadas, agora são componentes das responsabilidades do nutricionista dessa área. Cabe pensar-se em conferir compe-

⁹² Lei Federal 8.234 de 17/09/91 que Regulamenta a Profissão de Nutricionista e Determina outras Providências, publicada no D.O.U, de 18/09/91.

tência para tais atividades e, portanto, repensar conteúdo e forma.

Há necessidade de garantir o instrumento teórico/prático nesta área, resguardando, no entanto, o perfil que temos idealizado do *Nutricionista Generalista*. É fundamental que a especialização seja um espaço após a graduação ao mesmo tempo em que entendemos o graduado, com respaldo teórico-prático para trabalhar em clínicas, garantido a articulação de forma globalizada com as outras áreas. Sendo, enquanto *Generalista*, um profissional capaz de entender a relação do homem com o alimento sem fragmentá-lo ou retirá-lo do seu contexto, o profissional nutricionista poderá efetivamente desempenhar a sua função social.

4.3.2 - Área de Alimentação Institucional

A área de Alimentação Institucional representa parte da atividade do *Dietista* no seu local original de atuação, o Hospital. A prática hospitalar continha o componente já discutido que era a atuação na Dietoterapia e também este componente administrativo, traço marcante da área de Alimentação Institucional.

Considerando-se, de forma mais global, a atuação dos nutricionistas nas áreas de maior concentração, isto é, Nutrição Clínica, Nutrição Social e Alimentação Institucional, encontramos nesta última o grande contingente de profissionais, em efetivo exercício da profissão.

*"... a previsão do mercado de trabalho faz com que os Cursos ofereçam o maior conhecimento neste setor, pretendendo mesmo exauri-lo no nível de Graduação como forma de obter eficiência em primeira linha, bem empregando os seus egressos. A isto, soma-se a dificuldade de desenvolvimento dos outros setores de formação, representados pela Dietoterapia e Saúde Pública."*⁹⁹

Considerando-se a tríade: determinantes objetivas da sociedade, mercado de trabalho e pressões sociais como elementos norteadores da formação profissional, percebemos que esta segue, hegemonicamente, a prática concreta exigida pelo interesse maior do mercado de trabalho.

Desta forma, quando pretendemos discutir possibilidade de atuação e realidade, já vislumbramos um horizonte escuro, considerando o tropismo ditado pelo mercado de trabalho que representa, na realidade, o interesse de uma fração de classe.

A Atenção Dietética, que é o elemento que caracteriza o profissional em todas as áreas de atuação, é aqui também atropelada pelo interesse do lucro que se impõe.

O progressivo crescimento, nesta área, justifica a direção dada pela maior parte dos Cursos, principalmente os situa-

⁹⁹ YPIRANGA, Lúcia. GIL, M. F., op. cit.

dos nas grandes metrópoles.

*"...O mercado de trabalho, corresponde a uma fatia original do seu processo de formação e a Alimentação Institucional, está satisfeito e querendo mais especialização e diversificação."*⁸⁴

Todo o conjunto de possibilidades de atuação que é repassado através dos conteúdos disseminados durante a formação profissional, perde a sua dimensão diante do real concreto, da dinâmica da prática profissional, regulada pelos interessados no seu produto final.

Diante deste quadro, entendemos que a nossa discussão, que percorre o caminho da "mudança", não pode se perder no otimismo ingênuo, nem no pessimismo imobilizante.

Percebendo que esta é uma revelação da contradição interna da formação, devemos analisar concretamente o histórico deste conflito, avaliando os avanços, os recuos e lacunas, analisando a coerência entre o discurso e a prática vivenciados pelo nutricionista.

⁸⁴. YPIRANGA, Lúcia. GIL, M. F., op. cit.

Retomemos a questão: A serviço de quem está o profissional de nutrição?

Teoricamente, este conflito é ocultado quando levantamos os objetivos gerais e específicos dos Cursos que reafirmam a produção de um profissional-generalista. Na prática concreta do Curso, acena-se com o mercado de trabalho que exige o que deseja. Perdem-se no cotidiano, os aspectos mais amplos da Atenção Dietética, para as coletividades sadias. O administrativo é soberano e esmaga o que considera desnecessário.

Percebendo estes fatos, em sua inter-relação mútua com a totalidade, desvelaremos a realidade da formação do nutricionista, que revela aspectos da dicotomia mais ampla da estrutura social de classes.

Aqui retomamos a dificuldade de expansão do setor de Dietoterapia e do setor da Saúde Pública, para flagrar, mais uma vez, a contradição do discurso do Estado. Verificamos que as políticas governamentais deveriam estar medindo forças com o mercado de trabalho das indústrias e empresas, implementando a participação efetiva do nutricionista em seus programas e projetos.

O descompasso entre a prática estatal e a prática privada, reforça o papel que o profissional nutricionista desenvolve na sociedade e que, substantivamente, encontra-se longe dos interesses sociais.

Remetemos novamente a questão à formação profissional que, longe de forjar a transformação e superação desta realida-

de, cria e reforça meios de reprodução do que temos.

Atuando nas indústrias de alimentos, nas empresas de fornecimento de alimentação, nas creches, nas empresas que fornecem alimentação aos seus funcionários, este profissional não consegue ir além da efetivação do controle administrativo do Serviço de Alimentação, trabalhando a racionalização, os custos e, em alguns casos, dando modestos passos em direção à educação alimentar.

Na realidade, estes seriam os locais onde as possibilidades de atuação abririam os horizontes no sentido de contemplar o componente da Atenção Dietética, enquanto atendimento dietoterápico. Momentos igualmente importantes para a Nutrição Social, entendida não somente na sua vertente da Educação Nutricional, mas também, no envolvimento de uma comunidade que, coletivamente, serviria de elo com a população em geral, visando a promoção da saúde.

Onde está a dificuldade em se concretizar esta articulação?

Esta questão retoma o elo inicial desta complexa cadeia: O mercado de trabalho exige; as escolas de formação voltam-se para atendê-lo; os profissionais dirigem-se para os seus empregos e neles não conseguem atuar como aprenderam e se acomodam, seguindo uma rotina. E todas as possibilidades de atuação rendem-se à realidade que passa a ser entendida como imutável.

Evocamos a afirmação de Paulo Freire:

*"Se não houvesse certa estabilidade, sequer conheceríamos a mudança. (p. 62)."*³⁰

Acreditamos que uma forte contribuição para a modificar esta realidade se pautasse, principalmente, na reestruturação curricular. As grandes áreas de atuação são estanques, porque estanques são os conhecimentos disseminados teoricamente e as práticas decorrentes, conseqüentemente, se isolam. Juntar tudo numa prática profissional torna-se difícil, para aqueles a quem não foi dada a oportunidade de perceber o processo como um todo e sim, fragmentado.

4.3.3 - Área de Nutrição Social

Na retrospectiva histórica da prática do profissional nutricionista, encontramos a semente da preocupação com a sua formação em Saúde Pública, sendo lançada na reunião de diretores de Escolas de Nutrição, realizada na cidade de Caracas, na Venezuela, no ano de 1966. A conferência tratou do treinamento do nutricionista em Saúde Pública.³¹

Anteriormente, ainda como Dietista, este profissional teve a sua atuação no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado em 1940. Neste órgão era conclamado a traba-

³⁰. GADOTTI, Moacir. FREIRE, Paulo. *Pedagogia, diálogo e confito*.

³¹. L'ABBATE. S., op. cit.

lhar, não somente na administração do serviço mas também, na educação alimentar, enquanto vertente da atual Nutrição Social. Encontramos no Decreto-Lei nº 3.809, de 14 de outubro de 1941, que determinava a reorganização do SAPS, explicitada uma de suas funções primordiais na área de Educação Alimentar:

*"Uma ação educativa sistemática junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados."*⁹⁷

A visão social dos problemas alimentares, enfatizada a nível governamental, centrava todas as ações na Educação Alimentar. Desta forma, com a contribuição daqueles que se interessavam pelo estudo da Nutrição, desviava-se a atenção das reais causas da desnutrição.

Acreditamos que todas as contradições daqueles que dirigiam o SAPS e legitimaram o discurso governamental, permearam um momento muito próprio do contexto nacional populista, que envolveu estes intelectuais interessados em solucionar os problemas da fome e desnutrição no país.

⁹⁷ L'ABBATE. S., op. cit.

O governo passa, a partir de 1943, a investir na formação dos Dietistas, para garantir o seu programa de alimentação do trabalhador, com respaldo do pessoal técnico.

Esta origem da atual Nutrição Social ainda deixa transparecer traços marcantes, em alguns Cursos, onde a educação Alimentar é ministrada sem a devida contextualização e, portanto, descomprometida com a crítica dos conteúdos ingenuamente disseminados.

A situação alimentar e nutricional deixa, então, de ser de responsabilidade da estrutura social, para ganhar uma dimensão pessoal onde se afirma que o indivíduo não se alimenta e não se nutre porque desconhece regras de higiene e não sabe usar os alimentos de forma correta, o que mascara as reais condições em que se efetiva a prática excludente da saúde, enquanto política social.

Hoje, a par das modificações na formação do nutricionista na área de Nutrição Social, estamos diante de uma situação em que as possibilidades de atuação representam uma gama infinita de atividades, frente a uma realidade concreta que não contempla as expectativas da sociedade.

Quem estaria interessado em colocar, em todos os órgãos e empresas, o nutricionista voltado para a Saúde Coletiva?

Entendendo a indissociabilidade entre os três maiores campos de atuação, diríamos que este profissional cabe na fábrica, na escola, na creche, no posto de saúde, no hospital, na indústria de alimentos, nas firmas que fornecem alimentação, etc. E

então?, perguntariam alguns: Para fazer o quê? Diríamos nós que, em qualquer campo destes, por mais antagônicos que pareçam, o nutricionista social deveria trabalhar a Educação Alimentar individual e coletiva, avaliar a eficiência e a eficácia dos programas de alimentação, pesquisar no sentido de contribuir com dados para uma correta avaliação do estado de saúde nutricional grupal e/ou populacional para, enfim, propor a apropriada intervenção. E, neste sentido, percebemos que a Atenção Dietética permeia todas estas ações, como traço que caracteriza o profissional.

O Estado traça Políticas de Alimentação e Nutrição, que não contam com o nutricionista nas suas fases de elaboração. O que detectamos é uma participação modesta do profissional, a nível de execução nos estados e municípios sem, no entanto, contar com o profissional presente em todos os órgãos que desenvolvem estas políticas.

Se, na verdade, o Estado levasse em conta a necessidade de traçar políticas sociais, dando ênfase à Nutrição, com a finalidade de contribuir para a melhoria das condições nutricionais da população, passaria a ser o maior empregador do nutricionista, cuja principal função seria a de se ocupar com discussões, programas e políticas de alimentação e nutrição.

Ao Estado também competiria, subsidiar e incentivar pesquisas dirigidas à solução dos problemas alimentares e nutricionais da população majoritária.

No entanto, o nutricionista contratado pelo Estado permanece no hospital, sem a dimensão externa da relação com a po-

pulação e raramente é lotado nos Postos de Saúde e creches.

Aqui vemos desvelada a face da realidade concreta à qual se remete o profissional que faz Nutrição Social. Nos Postos de Saúde, distribuindo alimentos; nas creches e escolas fazendo Educação Alimentar tradicional, etc. A dimensão populacional perde-se, a busca de soluções para a questão alimentar e nutricional da população perde o sentido, pois restringe-se apenas ao caráter compensatório enquanto política social.

Acreditamos que, embora o descaso do Estado contribua para esta situação, envolvemos e identificamos o descompasso da formação profissional na gênese deste processo que, aliado ao contexto e estrutura da nossa sociedade, traz este distanciamento entre as possibilidades de atuação e a realidade concreta possível e reflete, igualmente, o descaso do Estado para com a formação de profissionais de saúde, fundamentalmente do nutricionista.

"... Nada mais estimulante do que ter muito o que fazer. São estas as perspectivas futuras da profissão. (p. 238)"⁹⁸

⁹⁸. ORNELLAS, Lieselotti H. O Profissional em Nutrição no Brasil: sua formação, atividades e perspectivas.

4.4 - A reconceptualização do curso: teses preliminares

Neste item procuramos agendar pontos polêmicos levantados durante o desenvolvimento deste trabalho, com vistas a contribuir com a discussão atual sobre a formação do Nutricionista.

Ao atingir esse estágio do nosso trabalho, chegamos a um ponto em que convidamos toda a categoria de Nutricionistas a refletir, conosco, sobre alguns pontos que denominamos de "Teses".

Teses, não no sentido empirista, mas como tema de sustentação de um projeto de reconstrução.

Não indicamos soluções e sim, uma busca de maior clareza do que devemos discutir com a categoria.

Levantamos seis teses: quatro referentes ao Perfil do Profissional e duas a uma política efetiva de reconstrução de currículo.

Primeira Tese:

Não é possível pensar em formar o profissional, sem encontrar sua identidade.

A necessidade de se identificar coletivamente o perfil do Nutricionista, representa uma carta de intenções da categoria.

Esse processo desencadeado pelas entidades de classe, caminha com certa timidez entre os profissionais, denotando uma dificuldade em se definir: Quem é o Nutricionista? Que profissional é este chamado Nutricionista?

Algumas considerações sobre a definição de Nutricionista, aprovadas após as discussões do II ENEN, merecem destaque:

"O nutricionista é um profissional generalista, de saúde, de nível superior, com formação em Nutrição e Dietética, que desenvolve uma visão crítica da realidade e comprometido com as transformações da sociedade. (p. 373)"⁸⁷ (grifo nosso)

Esta definição não foge muito daquelas que encontramos nos quinze cursos pesquisados.

No entanto, aparece entre as considerações apontadas pelo encontro a seguinte:

"A prática atual do Nutricionista é de manutenção e reprodução das relações sociais vigentes; e é consi-

⁸⁷ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN). *Histórico do nutricionista no Brasil (1939 a 1989)*.

derado relevante também, que o perfil desejado fica atrelado à consciência amadurecida da real posição do Nutricionista e da Nutrição no país. (p. 372)"⁴⁰
(grifo nosso)

Como podemos observar, a definição aprovada pelo encontro, representa a negação da prática atual do profissional.

Podemos inferir que a categoria encontra-se em processo de amadurecimento e, portanto, não conseguiu transformar em realidade a definição de Nutricionista e nela identificar o eixo do seu perfil.

Embora a categoria não tenha discutido profundamente a questão, continuamos a caminhar na direção de uma definição aceita, consensualmente, sem atingir ainda esse objetivo.

Entendemos que o processo de construção de um profissional deve, necessariamente, ter como meta um perfil claramente identificado.

Nesse sentido, o papel dos órgãos formadores vem deixando a desejar no que tange ao alcance dessa versão de perfil, mesmo considerando-a como "versão preliminar".

⁴⁰. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN), op. cit.

A partir dessa tese de que *'Não é possível pensar em formar o profissional, sem encontrar a sua identidade'*, queremos deixar uma reflexão para todos os interessados nesse processo.

A proletarização técnica a que está submetida a categoria é fruto da proletarização ideológica instalada e, ambas, representam o reflexo da ausência do perfil do profissional.

Entendendo que proletarização técnica significa a ausência de controle sobre o modo de execução do trabalho, conforme discute JEAN⁴¹, percebemos a urgência em traçar este perfil, à luz da necessidade sentida pelos profissionais e da reivindicação da sociedade.

Em outras palavras, a ausência desse perfil, que deixa o Nutricionista sem identidade, leva a uma prática que vem se proletarizando. Se não temos certeza absoluta de quem nós somos, temos dificuldade de controlar o modo de execução do nosso trabalho.

Analisando esse quadro que impede o profissional de apropriar-se do seu trabalho, temos que considerar o que DERBER apud JEAN⁴², discute sobre o processo de proletarização ideológica, ou seja, a limitação sobre os fins do seu trabalho ou a perda de controle sobre os fins e propósitos sociais a que este se destina.

Aqui podemos, a partir dessa análise, entender que

⁴¹. JEAN, Marta Jimenes. Los Enseñantes y la racionalización del trabajo en educación. Elementos para una crítica de la teoría de la proletarización de los enseñantes.

⁴². JEAN, M. J., op. cit.

"... constituem elementos dessa proletarização ideológica, a capacidade de definir o produto final do trabalho de cada um, sua disposição no mercado, seus usos na sociedade, em geral, e os valores ou política social da organização que compra a força de trabalho. (p. 231)"⁴⁹

A discussão levantada nessa primeira tese, a partir da consciência de que a proletarização técnica e ideológica, atinge aos docentes enquanto mensageiros dos órgãos formadores, assim como atinge aos Nutricionistas na sua prática profissional, é um alerta à categoria sobre a urgência em retomar o caminho na direção do *Perfil do Profissional Nutricionista*.

Segunda Tese:

Há necessidade de se fortalecer a formação social do Nutricionista.

Este caminhar vai desvelando a necessidade de explicitar o compromisso do Nutricionista com a sociedade brasileira.

Esse compromisso, evidentemente, passa pelo conheci-

⁴⁹. JEAN, Marta Jimenes, op. cit.

mento da ciência da nutrição e sua competência técnica, mas também pela articulação desta com as ciências que permitem a compreensão da complexidade do processo de erradicação da fome, enquanto compromisso maior do nutricionista.

Diante da clareza da relatividade do papel do Nutricionista, não se deve perder a perspectiva da estrutura da sociedade brasileira que fomenta os aspectos sociais, políticos e econômicos, determinando a situação nutricional em que se encontra a maior parte da população.

Em outras palavras, se a fome e a desnutrição se fazem presentes na nossa sociedade, entendemos que vários determinantes estruturais e conjunturais fomentam a causalidade do problema mas, entendemos também, que o nutricionista é um estudioso da relação homem-alimento e, como tal, tem participação fundamental na luta pela erradicação da fome e da desnutrição, através da sua contribuição técnico-científica, aliada à sua formação social.

Implementar a formação social, levando o nutricionista a se colocar a serviço da sociedade é uma atitude, que passa pela implementação das possibilidades de atuação.

As possibilidades de atuação do profissional, vislumbradas no campo teórico, esbarram nos entraves de ordem prática, motivados por fatores políticos e econômicos.

Essa problemática da prática profissional nos leva a um desafio, onde o compromisso político, deve se traduzir pela participação nas entidades de classe e pelo envolvimento na discussão

das políticas públicas e das questões gerais da sociedade.

A formação social vai além de um elenco de disciplinas, embora não possa prescindir dos conhecimentos específicos veiculados através da organização das matérias, em espaços pré-determinados.

Esse espaço privilegiado para formar um profissional, vai desde a seleção, organização e disseminação de conteúdos, até a identificação do papel social a ser desempenhado.

Deve-se registrar, que o fortalecimento da formação social, representa um dos pontos de convergência do pensamento dos quatro grupos de sujeitos pesquisados - docente, discente, nutricionista e entidades de classe.

Acreditamos, que a forma de implementar essa formação, deverá passar por uma discussão ampla, que está de forma estreita e intrínseca ligada ao perfil do profissional discutido na primeira tese.

Terceira Tese:

A base de sustentação do profissional Nutricionista deve ser uma visão crítica dos conteúdos.

Formar o Nutricionista, com uma postura crítica, significa desenvolver uma visão articulada dos conteúdos biológicos, específicos e sociais que sustentam sua prática profissional.

Uma questão se impõe: Como garantir uma formação crítica ao Nutricionista?

Acreditamos que esse desafio nos remete a outro ponto: Quem é que forma esse profissional que deverá ser crítico, isto é, aquele que seleciona, dissemina e legitima os conteúdos que servirão de *background* a esta formação crítica.

Partindo da uma premissa: Não existem cursos de formação de professores de terceiro grau na área de saúde, entendemos que é possível encaminhar uma proposta de reflexão sobre esta capacidade para a docência.

O papel que exerce esse técnico convertido em agente pedagógico, em educador, ganha uma dimensão, na sua prática, que ultrapassa a capacidade técnica de transmitir conhecimentos.

O papel desse docente, somente se efetivará, a partir do momento em que a formação do profissional passe a garantir o instrumental teórico-crítico capaz de promover a superação do *status quo*.

Formar esse docente é uma tarefa que passa, pelo menos, por três amplos aspectos. O primeiro, é a compreensão das relações entre a teoria e a prática da educação.

O segundo aspecto, é o da percepção da transformação do trabalho acadêmico, durante a sua trajetória, da origem à articulação com a teoria e a prática educativas.

O terceiro, passa pela compreensão do papel do sistema educativo, na sua efetiva dinamicidade, tanto como sistema de recepção, quanto sistema de produção de teorias, idéias e ideologias.

A nossa investigação nos leva a ressaltar o aspecto que precede a formação crítica do profissional, que é a formação crítica do docente.

Na verdade, o professor de ensino de terceiro grau, ingressa na carreira do magistério, tendo como pré-requisitos o conhecimento de graduação na área pleiteada, acrescido de cursos específicos de especialização, mestrado ou doutorado, conforme o nível da carreira. Esses cursos, pelo caráter específico abordado, raramente abrem espaço a outras ciências que dariam suporte à atividade docente.

Em outras palavras, o futuro professor verticaliza conhecimentos em determinadas áreas, tornando-se altamente qualificado, sem haver trabalhado os aspectos que possuem relação direta com a prática pedagógica.

HARTNETT e NAISH⁴⁴ sugerem quatro formas básicas de se ver a formação de professores, denominadas por eles de perspectivas: as perspectivas ideológica, tecnológica, de ofício e crítica.

⁴⁴ HARTNETT, Antunes. NAISH, Michael. Tecnicos o bandidos sociales? Algunos aspectos morales y politicos de la formación del professorado.

Tendo por suporte perspectivas de HARTNETT e NAISH, procuramos trabalhar essa proposta dentro da nossa realidade, onde a profissionalização do docente nutricionista é um imperativo.

A primeira perspectiva da formação docente é a *Perspectiva Ideológica*.

"Ideologia é um sistema de conceitos, crenças e valores que caracteriza a um grupo social, e em termos da qual os membros do grupo vêem e compreendem sua própria posição dentro do entorno social e do mundo em sua totalidade e em suas relações com os mesmos, e explicam, avaliam e justificam suas ações. (p. 51, MACKIE apud HARTNETT e NAISH)"⁴⁰

Dentro dessa perspectiva levanta-se o aspecto educativo influenciado pela ideologia. Identificam-se disputas, quando emerge a discussão sobre os fins da educação e sobre os interesses dos alunos. Ideologias contrárias levando a visões opostas de mundo, influenciam a fragmentação dessa formação profissional.

Esse viés foge a todo conhecimento técnico específico da área, porém significa o suporte, a garantia do sentido dado à formação técnica pretendida.

⁴⁰ HARTNETT, Antunes. NAISH, Michael, op. cit.

O professor deve ser dotado de habilidade de sustentar o debate, sobre as finalidades e meios da educação, sem ocultar o valor do conflito. Isto é, perceber a influência de ideologias, significa ser capaz de assumir os debates criticamente, perceber as contradições, identificar as finalidades e os meios utilizados no processo educativo, a partir de uma visão globalizadora.

Ser capaz de localizar esse o nutricionista, dentro do contexto social, e de entender a prática docente como uma atividade não sujeita à neutralidade, é um dos atributos necessários ao docente e, para tanto, é preciso caminhar por outros conhecimentos que lhe ampliem a visão que o atrela à sua formação técnica específica.

Dentro dessa perspectiva ideológica cabe a análise da sua influência ou determinação sobre os aspectos epistemológicos.

É importante um alerta: à luz das ideologias corre-se o risco de relativizar o conhecimento, ou de considerar grande parte desse, como manchado ideologicamente, como resultado de lutas entre grupos de interesses de disciplinas e áreas de investigação, comprometendo, a partir daí, a proposta de formação do nutricionista.

Considerando ainda a perspectiva ideológica, devemos discutir os aspectos de legitimação.

Entendemos que a legitimação de conteúdos e meios pressupõe o domínio de uma ideologia, ao mesmo tempo em que significa a capacidade de refutar as ideologias competidoras.

é nessa linha de discussão que percebemos a formação profissional do docente-nutricionista, para o exercício do magistério, como um compromisso que vai além do aperfeiçoamento na área específica de conhecimento.

Trabalhar os aspectos educativos, epistemológicos e de legitimação, percebendo os conceitos, crenças e valores que os pressupõem, é habilidade necessária à prática da docência.

A segunda perspectiva da formação docente é a *perspectiva tecnológica*, onde estão incluídas as habilidades de manuseio de técnicas que se originam e fundamentam em outras ciências, como a pedagogia, a psicologia e a sociologia.

Essa perspectiva, representa um dos aspectos da formação do professor, a ser considerado no exercício na efetivação da ação docente.

A terceira perspectiva é a *de ofício*, que representa a condução ao conhecimento dos fins e dos meios da educação, considerando o interesse dos alunos. Aqui referenda-se a importância da experiência prática na escola.

A quarta, e última é a *crítica* que,

"... contempla as complexidades morais e empíricas da prática educativa, a importância dos elementos tácitos nas atividades humanas e a importância de se

conhecer quão pouco se conhece. (p. 57)⁴⁶

Essa perspectiva nos direciona a uma controvérsia frutífera entre os professores assim formados e um sistema educativo hierárquico, centralizado e de ocultação.

Concluindo essa terceira tese, podemos afirmar que a seleção, organização, disseminação e legitimação do saber sistematizado, com vistas a formar o Nutricionista com essa visão crítica, tão desejada, trabalhada por docentes-nutricionistas, assim formados, possivelmente será mais revolucionária do que um parecer do CFE.

Quarta Tese:

O Nutricionista é um profissional Generalista.

A questão que permeia o objetivo geral do curso de formação do Nutricionista é o viés que caracteriza o profissional como *Generalista*.

Devemos aqui retomar esse conceito, para tirar-lhe a conotação pejorativa de uma formação geral que não deixa condições de verticalizar nenhum aspecto para qualquer área de atuação.

⁴⁶ HARTNETT, Antunes. NAISH, Michael, *op. cit.*

O conceito de Generalista que desejamos desdobrar, remete-nos a uma visão holística da atenção dietética, isto é, aquela que articula a especificidade com a totalidade do conhecimento. Aquele profissional que é capaz de viabilizar o seu trabalho na equipe de saúde e garantir a sua contribuição ao interagir com outras equipes multi-profissionais.

Para trabalhar esse aspecto, recorreremos ao conceito de interdisciplinaridade, como ponto de encontro entre o movimento de renovação de atitude, frente aos problemas de ensino e da pesquisa e a aceleração do conhecimento científico.

"Interdisciplinaridade é um termo utilizado para caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência ... caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando um enriquecimento mútuo. (p. 41)"⁴⁷

A partir dessa definição, tomamos a formação do Nutricionista, para analisar todos os aspectos pedagógicos resultantes de uma mudança de postura frente ao processo de ensino.

⁴⁷ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro; efetividade ou ideologia*.

O objetivo de formar um profissional generalista é uma tarefa que passa, entre outros aspectos, pela melhor forma de garantir uma formação geral - científica/técnica/humanística.

Para tanto, é necessário permitir ao estudante, condições de desenvolver suas atividades, possibilitando a quebra do hiato que se instala no campo de prática, quando articulado com os conteúdos disseminados.

Devemos a garantia ao estudante, de orientação, no sentido amplo, que engloba não somente a transmissão de conteúdos articulados e contextualizados, mas também, a contribuição para a sua tomada de consciência sobre o papel social que desempenharão na sociedade.

Essa formação geral deve dinamizar o processo de ensino-aprendizagem no sentido de levar o estudante, a aprender a aprender. Aprender a solucionar problemas avançando e contribuindo para a geração de conhecimento.

Pensando sobre essa formação geral, temos que situar os conteúdos, no mundo atual, para dar condições de serem compreendidos e assimilados criticamente, diluindo os limites entre as disciplinas ministradas e ampliando a visão de mundo do futuro profissional.

é a forma de estabelecer o diálogo entre as disciplinas.

Pensar a interdisciplinaridade como meio de atingir a formação profissional, é considerar um universo onde disciplinas fundamentais para a formação específica, estão perfeitamente articuladas com outras, não colocadas ao acaso, e sim, com o objetivo de contribuir para a compreensão daquelas.

Entendemos que essa formação profissional deve, ao final, gerar no indivíduo formado, não só uma competência técnica, mas também, um compromisso com essa sociedade. Compromisso esse permite a compreensão da complexidade do processo de erradicação da fome, enquanto compromisso maior do Nutricionista.

A interdisciplinaridade ainda contribui para a formação de pesquisadores e de pesquisas. Na medida em que o conhecimento não se fragmenta na formação, desenvolve-se a capacidade de análise, de identificação de problemas, de atuar nos limites e nas fronteiras do sistema conceitual, garantindo a percepção das interações ou inter-relações entre as ciências.

O exercício da interdisciplinaridade deve ser visto como implemento de uma educação continuada, do desenvolvimento de uma atitude de predisposição para adquirir novos conhecimentos e, até mesmo, como condição que permite o avançar do ponto de vista sócio-político do indivíduo, enquanto cidadão.

Esse é também o espaço de superação da dicotomia ensino-pesquisa, a partir da condição permanente de disseminação de um conhecimento integrado, assumindo a pesquisa como forma concreta de aprendizagem.

Queremos deixar claro, que muito já se fez ou se faz, para promover a integração de conhecimentos, de métodos, teorias e de alguns aspectos efetivamente relacionados ao conhecimento mas, esta é apenas uma face da interdisciplinaridade. Mas integrar por si só leva à manutenção do *status quo*; é necessário interagir. Interagir, é o pressuposto de uma atitude dialógica, com vistas à mudança.

Compreendemos que, para fomentar a formação de um profissional generalista, é necessário passar pela integração/interação enquanto momento necessário à interdisciplinaridade que amplia a visão de mundo, a partir de questionamentos e novas buscas.

Efetivar a interdisciplinaridade na formação do Nutricionista, significa desmontar as barreiras existentes entre as disciplinas (integração) e entre os docentes (interação).

A concreta barreira entre as disciplinas, passa pela dificuldade de redefinir objetivos das mesmas e de perceber os pontos de convergência, entre os vários aspectos da ciência.

Para superar estas dificuldades operacionais remetemos, mais uma vez, a discussão à necessidade de formação docente específica, que permita vencer os obstáculos culturais, materiais e psicossociológicos que estão impregnados na prática docente.

A formação pedagógica, caminhando junto a uma metodologia adequada dará sustentação à aquisição de conhecimento dos pressupostos teórico-metodológicos.

Esta quarta tese que propõe a discussão da interdisciplinaridade, visa a integração/interação entre as áreas, na busca de uma formação globalizadora, isenta de especializações precoces.

"... Nutrição é uma ciência multi-facética, onde a participação multi-profissional é imprescindível ao seu entendimento, já que seu conhecimento não se esgota na formação de um único profissional. (p. 9)"⁴⁰

Quinta Tese:

Uma proposta para formação de um profissional deve conter uma avaliação contínua, uma permanente construção.

A forma de implementar esta tese, fundamenta-se na aplicação da teoria dos vasos comunicantes, entre as entidades formadoras e os profissionais.

O diálogo entre as entidades formadoras, os egressos do curso e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, compõe esse processo dinâmico de interação, com vistas a (re)orientar a formação do Nutricionista.

⁴⁰ YPIRANGA, Lúcia. O nutricionista no Brasil: contribuição para a análise e projeção da formação do nutricionista-dietista na América Latina. In CEPANDAL, 4.

A partir do acompanhamento dos ex-alunos, os cursos podem estabelecer a manutenção de um vínculo que oportunizará o recebimento de críticas e de sugestões, permitindo a retroalimentação que deixará de receber uma influência de caráter opnativo, para ganhar consistência.

Pensar em mudança curricular pressupõe admitir-se essa via dupla, em constante movimento..

Em relação à Política Nacional de Alimentação e Nutrição cabe, nesse processo, o trabalho dos órgãos formadores no sentido de delinear o campo de ação e rever as ações propostas, participando, interagindo com os órgãos normatizadores e executores.

Neste momento, trazemos para a nossa discussão o conceito de Avaliação Emancipatória.

"A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. (p. 72)"⁴⁹

⁴⁹ SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: uma proposta democrática para reformulação de um curso de pós-graduação.*

A proposta de transformação, nesta quinta tese, engloba os aspectos educacionais e os sociais, pela sua interação.

Através da discussão que fizemos durante o trabalho, temos claro que não é possível descontextualizar a formação do profissional e, para tanto, se estamos de acordo com a reformulação curricular, estaremos descrevendo, analisando e criticando a realidade da formação acadêmica, com vistas a sua transformação.

Se entendemos que é esse nutricionista que tem condição de propor e implementar políticas de alimentação e nutrição, entendemos também que estas políticas poderão ser transformadas com a participação do profissional, contribuindo para a transformação social do perfil das clientela atendidas.

Para caracterizar uma proposta de avaliação dessa natureza, alguns conceitos devem ser trabalhados. São eles: *emancipação*, onde é prevista a consciência crítica da situação e a proposição de alternativas de solução; *decisão democrática*, entendida como um envolvimento responsável e compartilhado; *transformação*, onde as alterações substantivas de um programa, são geradas coletivamente; *crítica educativa*, permite uma análise valorativa do programa.

A avaliação emancipatória tem como objetivo "iluminar" o caminho da transformação. Naturalmente, como todo e qualquer procedimento, requer conhecimento dos passos necessários à sua implantação.

Compartilhar de uma avaliação dessa natureza implica em clareza da política curricular e da política de alimentação e nutrição que, ao caminharem juntas, devem contemplar processos idênticos de avaliação para fomentar a transformação necessária.

Para se implementar um sistema de avaliação deve-se ter clara a dimensão política que o pressupõe.

Admitimos aqui a fuga à avaliação burocrática e à avaliação autocrática, para assumir a avaliação democrática, como necessária ao processo de transformação almejado.

"A avaliação democrática é um serviço informativo prestado à comunidade acerca das características de um programa educacional. Ela reconhece a existência de um pluralismo de valores e procura representar uma gama variada de interesses ao formular suas indagações principais. (p. 17)"¹⁰⁰

Aqui o avaliador deve considerar o valor básico de cidadania consciente e agir como intermediário nas trocas de informações entre diferentes grupos.

A interação entre o órgão formador, as políticas, os profissionais, os ex-alunos garantirá os elementos e a postura com-

¹⁰⁰. MACDONALD, Barry. Uma classificação política dos estudos avaliativos.

patível com uma avaliação contínua subsidiando a construção permanente.

Sexta Tese:

O Professor deve ser o elo essencial de qualquer movimento de reformulação curricular.

Alguns atributos devem sustentar a participação do professor no processo de reformulação curricular.

A clareza em relação à prática pedagógica, representa o ponto de partida.

É aqui que se percebe a dificuldade de se realizar o que se apresenta a nível documental. Aparece então, um currículo explícito que, aparentemente, esgota todas as necessidades teórico-práticas para que o objetivo de formar o profissional seja atingido.

A prática é avessa pois, na verdade, o currículo desenvolvido representa toda a bagagem individualizada de cada docente, com a sua visão de homem e de mundo, que contém formas próprias de atuação e de compromisso, acentuando a vigência de um currículo oculto que termina por direcionar a formação planejada.

A distribuição social dos conteúdos representa o eixo dessa formação. O binômio conteúdo-forma apresenta-se impregnado pela intencionalidade do processo educativo.

Controlar e manter o *status quo* ou emancipar o homem e garantir maior justiça social, são polos que contêm visões opostas de mundo e que permeiam as propostas de reformulação curriculares de forma implícita.

A seleção, organização e legitimação do conteúdo, enquanto atribuição docente, passa pelo crivo da visão de mundo, trazendo a eclosão das contradições para o cotidiano da prática pedagógica.

Nesse cenário, a articulação com a categoria através das entidades, passa a ser um dos canais da interação que garante o *feed-back* dos órgãos formadores.

A dificuldade encontrada pelas entidades de classe, nessa relação, ficou patente na discussão que estabelecemos.

A pesquisa aparece como um dos atributos do docente, no sentido de garantir a funcionalidade dessa proposta da sexta tese, de torná-lo elo essencial do movimento de reformulação curricular.

O professor interagindo com os profissionais, através de pesquisas conjuntas, eliminará o preconceito de elitização da academia, ao mesmo tempo em que retroalimentará o ensino e os serviços, considerando como beneficiários, a comunidade em geral.

Nesta sexta tese, fica como reflexão, a idéia de que o professor pode jogar fora tudo que se deseja em relação à formação, a partir do peso que representa em todo o processo.

Uma das necessidades sentidas em relação à formação do Nutricionista, foi a de superação da dicotomia teoria/prática.

Aqui retomamos o papel docente, na sua clareza em relação à prática pedagógica, para contribuir para a solução desse quadro.

A partir do diálogo que estabelecemos com a categoria, chegamos à identificação de divergências entre a formação teórica e a realidade da prática profissional.

A estreita e intrínseca relação entre os entraves encontrados na prática e a formação profissional, ficou patente na leitura da visão dos docentes, dos discentes, dos nutricionistas e das entidades de classe.

Recriar através da prática é um desafio que temos a enfrentar, para tanto, é necessário encontrarmos o caminho da superação desse hiato.

O fazer pedagógico apresenta-se como atividade composta por várias fases.

O cotidiano da prática pedagógica reúne docentes em estágios distintos, com visões diferentes do processo educativo, tanto na sua dimensão de conteúdo, quanto na dimensão de forma.

Percorrendo esta linha de análise, encontramos em GONÇALVES⁸¹ uma contribuição à discussão sobre as diferentes fases do *fazer pedagógico*.

A pesquisa admite a existência de outras fases que poderiam ser observadas. Apresentar-se-iam, possivelmente, em decorrência dos diferentes cursos de formação do professor, caracterizando a diversidade do corpo docente.

A primeira fase denominada de "*otimismo disfarçado*" ou de "*pessimismo exagerado*" do professor, é uma condição que passa pela falta de domínio dos conceitos fundamentais a serem ensinados, pela falta de embasamento do conteúdo, metodologia e teoria, levando à insegurança quanto ao trabalho em sala de aula.

Percebemos que pela ausência de domínio de todos os passos do processo de ensino, o professor de terceiro grau e aqui, especificamente da área de saúde, termina por colocar-se nos extremos do otimismo ou pessimismo, fase a ser superada com a caminhada no sentido de alcançar a compreensão do fazer pedagógico.

A segunda fase é a "*resistência declarada*", motivada pela própria insegurança, pelos hábitos arraigados ou por não acreditarem em mudanças. Todo um estado que procede da necessidade de reproduzir o aprendido, da mesma forma, que já demonstrou sua eficácia na formação acadêmica recebida.

⁸¹. GONÇALVES, Lia Rodrigues. *Do exercício da prática à teoria: uma experiência em educação básica*.

É uma fase que compromete toda e qualquer proposta de reformulação.

A terceira fase é o *"início de um novo fazer pedagógico"*. É a fase em que o professor descobre diferentes formas de trabalhar. A consciência crítica começa a surgir.

A nível do ensino de terceiro grau, o ensino perde essa dimensão de atividade específica para alguns, o que leva a um amortecimento da discussão pedagógica, circunscrevendo-se à discussão técnica.

Esse despertar para um novo fazer pedagógico permite a abertura a críticas e sugestões para retroalimentar o processo.

A quarta fase é *"a valorização da concepção do fazer pedagógico"*.

Nessa fase, o professor valoriza o ato de conceber, de criar aquilo que vai se constituir no seu fazer pedagógico.

O processo ensino-aprendizagem vai se transformando num compromisso maior para o professor, ele se sente responsável pelo que vai acontecer.

Esta fase torna-se o passo seguinte da fase anterior.

O binômio conteúdo-forma ganha aqui uma valorização até antes não percebida. Discutir "o como" fazer, a melhor maneira,

é um estágio que embasa o salto de qualidade do fazer pedagógico.

A quinta fase é *"o aprofundar-se no como ensinar"*.

Essa necessidade vai surgindo e o professor vai ficando mais exigente.

O professor precisa conhecer o conteúdo que vai ensinar, o como transmitir, as teorias que poderão auxiliá-lo no como ensinar e como aplicar essa teoria à prática.

Esse momento representa o afinilamento do processo de aprimoramento do fazer pedagógico. A preocupação com a relação ensino-aprendizagem denota o compromisso do professor.

A sexta fase é *"a consciência da responsabilidade ou o compromisso político"*

Surgem o compromisso, a responsabilidade, a consciência de que é preciso mudar, não basta apresentar problemas, é preciso apresentar soluções, é preciso estudar à fundo a questão da educação.

O estágio desta sexta fase onde a reprodução não tem mais lugar, encaminha o compromisso político com a educação.

A sétima fase identificada é *"transformação e união das diferentes fases"*.

Aqui poderíamos dizer que o professor, por haver avançado numa visão globalizadora, desenvolveu a consciência da responsabilidade ou o compromisso político, como atributos necessários ao seu fazer pedagógico.

Retomando a sexta, tese que propusemos para a reflexão da categoria sobre processo de reformulação curricular, percebemos que à luz dessa base teórica, temos que reunir elementos para garantir o avanço do professor no sentido de buscar a eliminação de cada fase, tornando-o *elo essencial do movimento de reformulação curricular*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Ana Marlúcia O. A. et al. *Expropriação e fome*, Salvador, Empresa gráfica da Bahia, 1987. 163 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN). *Histórico da nutrição no Brasil (1939 a 1989)*. Brasília: ASBRAN, 1991. 442 p. (coletânea de depoimentos).
- BATISTA FILHO, Malaquias. FERNANDES, Maria de Fátima. Situação nutricional da criança no Brasil. In: *BOLETIM NACIONAL-SISVAN*, 1, Brasília, 1991. Brasília: INAN, 1991.
- BATISTA FILHO, Malaquias. Panorama alimentar e nutricional. In: MINAYO, M. C. de S.. *Raízes da fome*. Petrópolis, Vozes, 1985. 185 p.
- BOSI, M. L. M. *A Face oculta da nutrição: ciência e ideologia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. 220 p.
- BRASIL. Leis e Decretos. *Decreto-Lei n. 2478*, de 5/8/40. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. In: CASTRO, Ana Maria. *Nutrição e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. 269 p. Tese (Livre Docência em Sociologia).
- BRASIL. Leis e Decretos. *Lei Federal 8.234*, de 17/9/91. Regula a profissão de Nutricionista e determina outras providências, publicada no D.O.U. de 18/9/91.
- BRASIL. Leis e Decretos. *Lei Federal 5276*, de 24/4/67. Dispõe sobre a profissão de nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências. Publicada no D.O.U. de 26/4/67, Brasília, p. 4707.
- BRASIL. Leis e Decretos. *Paracer 265/62*. Aprovado em 19/10/62, CFE. Publicado in Documenta, n. 10, p. 87.
- BRASIL. Leis e Decretos. *Resolução 36/74*, do Conselho Federal de Educação. Publicada no D.O.U., Seção I, parte I, de 26/1/75, p. 895.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). *Boletim Nacional-Sisvan*, 1, Brasília, 1991. Brasília: INAN, 1991.

- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Estudo da despesa familiar*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. *Os cursos de nutrição no Brasil*. Brasília: MEC/SESU, 1986. 280 p. (Cadernos de ciências da saúde, 6).
- BRASIL. INAN, FIBGE, IPEA. *Pesquisa nacional sobre saúde e nutrição*. Brasília: INAN, 1990. (resultados preliminares).
- CASTRO, Ana Maria de. *Nutrição e desenvolvimento, análise de uma política*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977. 269 p. Tese (livre docência em sociologia).
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Antares, 1980. 361 p.
- CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira; o ensino de 1º e 2º graus*. Rio de Janeiro, Saraiva, 1978. 270 p.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE, Alma-Ata, 1978. *Anais...* Brasília: OMS/UNICEF, 1979. 64 p.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRICIONISTAS, 3, Rio de Janeiro, 1965, *Anais...* Rio de Janeiro, ABN, 1968.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRIÇÃO, 12, Blumenau, 1989. *Anais...* Blumenau: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. 495 p.
- ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE NUTRICIONISTAS, 1, Brasília, 1986. CFN, FEBRAN, Sindicatos, 1986. *Relatório final*. Brasília: 1986. 15 p. (mimeo)
- ENCONTRO NACIONAL DAS ENTIDADES DE NUTRICIONISTAS, 2, Brasília, 1988. *Relatório Final*. Brasília, 1988 (mimeo).
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro; efetividade ou ideologia*. São Paulo, Loyola, 1979. 107 p.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Pesquisa nos conjuntos habitacionais*. *Revista Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v.10, n.29, p.2-79, out. 1975.
- GADOTTI, Moacir. FREIRE, Paulo. *Pedagogia, diálogo e conflito*. São Paulo, Cortez, 1985. 127 p.
- GONÇALVES, Lia Rodrigues. *Do exercício da prática à teoria: uma experiência em educação básica*. Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona, 1987, 337 p.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 244 p.

- HARTNETT, Antunes. NAISH, Michael. *Técnicos o bandidos sociales? Algunos aspectos morales y politicos de la formación del profesorado.* *Revista de Educacion.* Madrid, n. 285, p. 45-61, 1988.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 285 p.
- JEAN, Marta Jimenes. Los enseñantes y la racionalizacion del trabajo en educacion. Elementos para uma critica de la teoria de la proletarizacion de los enseñantes. *Revista de Educacion.* Madrid, n. 285, p. 231-245, 1988.
- L'ABBATE, Solange. *Fome e desnutrição: os descaminhos da política social.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982. 204 p. Dissertação (mestrado em sociologia).
- LIBÂNEO, J. C. As teorias educacionais e a reflexão sobre o fenômeno pedagógico-didático. In: *Conferência Brasileira de Educação, 5, Brasília, 1988.*
- LUZ, Madel T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia.* Rio de Janeiro: Graal, 1986. 295 p.
- MACDONALD, Barry. Uma classificação política de estudos avaliativos. In: GOLDBERG, M. A. Azevedo. SOUZA, Clarilza de Souza (org.). *Avaliação de programas educacionais; vicissitudes, controvérsias, desafios.* São Paulo, E.P.U., 1982. 69 p.
- MATOS, S. M. H. *Estágio supervisionado em nutrição clínica: princípios e recomendações.* Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989. 192 p.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Raízes da fome.* Petrópolis, Vozes, 1985. 185 p.
- MS-INAN. *Bolsões de pobreza.* Discurso proferido pelo Dr. Bertoldo Kruse Grande de Arruda, presidente do INAN, na Escola Superior de Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, em 3/7/1981. (mimeo)
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. *Formacion academica de nutricionistas-dietistas en America Latina.* Washington: OPS, 1982. 118p. (Publicacion científica, 340).
- ORNELLAS, Lieselotti. *O Profissional em nutrição no Brasil: sua formação, atividades e perspectivas.* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE NUTRICIONISTAS, 3, Rio de Janeiro, 1965. *Anais...* Rio de Janeiro: FEBRAN, 1968. 386 p.
- PÁDUA, M.T. de Souza. *Enfoque Sociológico do Currículo: análise de um caso.* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985. 180 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília (coleção Teses Universitárias, 36).
- SANTOS, Sandra M. C. dos. *Nutricionista & Sociedade brasileira.* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1988. 234 p. Dissertação (mestrado em saúde comunitária).

- SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: uma proposta democrática para reformulação de um curso de pós-graduação*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985. 205 p.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. 317 p.
- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE NUTRIÇÃO, Salvador, 1987. *Anais...* Goiânia: FEBRAN, 1989. 214 p.
- SILVA, Tomaz Thadeu. Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, p. 59-66, maio 1990.
- YOUNG, Michael, F. D. *Knowledge and control*. London, Sarathampton Press, 1975. 340 p.
- YPIRANGA Lúcia. *O nutricionista no Brasil: origem e evolução da profissão*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS INTEGRADOS, Universidade Federal de Mato Grosso, 1981. (mimeo)
- YPIRANGA, Lúcia. O Nutricionista no Brasil: contribuição para a análise e projeção da formação do nutricionista-dietista na América Latina. In: *REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE PROGRAMAS ACADÊMICOS EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA AMÉRICA LATINA (CEPANDAL)*, 4, Porto Rico, 1991. *Anais...* ASBRAN, 1991. (informe sobre a participação brasileira)
- YPIRANGA, Lúcia. Profissionais de nutrição: dilema de uma prática. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v.12, p. 60-61, 1981.
- YPIRANGA, Lúcia. GIL, Maria de Fátima. Formação profissional do Nutricionista; por que mudar? In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE NUTRIÇÃO, Salvador, 1987. *Anais...* Goiânia: FEBRAN, 1989. 214 p.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 320 p.

A N E X O S

ANEXO I

DECRETO LEI Nº 2.478 - DE 5 DE AGOSTO DE 1940

Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)
no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República,

Considerando os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional, e consequentemente, sua resistência orgânica, e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares demonstram a necessidade da criação de organismo subordinado diretamente ao respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas condizentes à realização daquele objetivo, socorrendo-se para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de aposentadorias e Pensões sob jurisdição do aludido Ministério, cujos beneficiários compreendem a quase totalidade das classes trabalhadoras, e

Usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Fica criado com personalidade jurídica e sede na capital da República, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.), diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho Indústria e Comércio e destinado principalmente a

assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados do Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao respectivo Ministério.

Art. 2º - Para propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata, o serviço promoverá:

I - Ampla divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens que tem o trabalhador de alimentar convenientemente, bem como da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna.

II - A propaganda dos órgãos de Serviço encarregados do fornecimento de refeição aos trabalhadores.

III - A formação, na coletividade, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação.

IV - A instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores.

V - O fornecimento de alimentos, por parte das empresas, nos refeitórios de que se tratam os artigos 1º e 3º do Decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939.

IV - A seleção dos gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços.

VII - O funcionamento dos órgãos necessários a integral execução, conforme determinar o regulamento deste Decreto-lei.

Art 3º - A receita do Serviço será constituída pelo seguinte:

a) renda resultante do funcionamento dos restaurantes instalados pelo serviço.

b) renda resultante de venda de gêneros alimentícios a empregadores que tenham em suas fábricas restaurantes próprios;

c) aluguéis das partes dos prédios do Serviço por este não ocupadas;

d) rendas eventuais.

Art 4º - Para a construção ou aquisição dos edifícios necessários ao Serviço de Alimentação da Previdência Social, cada Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões cujos segurados devem ser beneficiados pelo mesmo serviço concorrerá com uma quota proporcional ao número desses segurados, de acordo com estimativa feita previamente pelo Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e aprovada pelo respectivo Ministro.

§ 1º - Os imóveis construídos ou adquiridos na conformidade deste artigo serão de propriedade dos Institutos e

Caixas que houverem concorrido para sua construção ou aquisição, na proposição das quotas com que contribuíram.

§ 2º - O Governo Federal assegurará ao capital dos Institutos e Caixas empregado de acordo com este artigo um rendimento nunca inferior a 6% (seis por cento) ao ano.

§ 3º - Se a receita líquida do Serviço apurada no fim do exercício financeiro, não for suficiente para o pagamento do juro estatuído no parágrafo anterior, o governo, ouvido o Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, indenizará os Institutos e Caixas pela diferença apurada, o que fará mediante a emissão de apólices nominativas da Dívida Pública Interna, a juros de 5% (cinco por cento) ao ano, pagos semestralmente, as quais serão entregues àquelas instituições pelo valor da cotação do dia.

§ 4º - Quando a receita líquida do Serviço, apurada no fim do exercício financeiro, exceder a importância necessária para o pagamento dos juros estipulados no § 2º, ouvido a respeito o Conselho Atuarial, serão restituídas ao governo, pelos Institutos e Caixas na base da cotação do dia, tantas apólices quantas forem precisas para integralizarem a importância recebida em excesso, sendo tais apólices devidamente canceladas.

§ 5º - os resíduos inferiores ao valor de cotação de apólice e resultantes das operações estatuídas pelo § 3º e 4º serão levados a conta do exercício financeiro seguinte.

6º - A obrigação estatuída no 2, em relação do Instituto ou Caixa que houver conseguido realizar para as suas reservas, durante os três exercícios financeiros imediatamente anteriores, uma taxa efetiva de juros de 1% (um por cento), a taxa da avaliação atuarial, enquanto permanecer essa situação.

Art. 5º - Para as despesas de instalação, aparelhamento e início de funcionamento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, cada Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões cujos assegurados devem ser beneficiados pelo mesmo Serviço concorrerá com uma quota proporcional ao número desses segurados, de acordo com a estimativa previamente feita pelo Conselho Atuarial e aprovada pelo Ministro.

Parágrafo Único - As importâncias adiantadas ao Serviço pelos Institutos ou Caixas serão pagas com o produto da renda apurada segundo plano elaborado pelo respectivo Conselho Diretor, ouvido o Conselho Atuarial do Ministério.

Art. 6º - No preço das refeições e dos gêneros alimentícios fornecidos, o Serviço incluirá uma quota destinada a atender a depreciação dos imóveis e ao juro e amortização das despesas de instalação, aparelhamento e início de funcionamento.

Parágrafo Único O produto da quota a que este artigo alude será entregue pelo Serviço, aos Institutos e Caixas, no fim

de cada exercício financeiro e proporcionalmente às somas adiantadas.

Art. 7º - A direção do Serviço de Alimentação da Previdência Social será exercida por um Conselho Diretor, composto de um presidente e quatro membros e diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo Único - O presidente e os outros membros do Conselho Diretor serão nomeados pelo Presidente da República dentre os profissionais particularmente familiarizados com os assuntos relativos à alimentação.

Art. 8º - A execução dos trabalhos do Serviço de Alimentação da Previdência Social ficará a cargo de um superintendente geral, nomeado pelo Presidente da República.

Art. 9º - Os cargos de presidente e de membros do Conselho Diretor e o de superintendente geral, bem como os de categoria imediatamente inferior a este último, são de confiança e deverão ser exercidos em comissão.

Art. 10º - Ao presidente cabe a suprema direção administrativa do Serviço, sem prejuízo das atribuições do Conselho Diretor a cujas reuniões presidirá, coordenando seus trabalhos a deliberações e fazendo cumprir suas decisões.

Art. 11º - São atribuições do Conselho Diretor:

I - Orientar e fiscalizar os trabalhos do Serviço, expedindo as necessárias instruções.

II- Expedir instruções para a admissão de pessoal na fase de organização do Serviço.

III - Tomar as medidas que se tornem indispensáveis à organização e funcionamento do Serviço.

IV - Elaborar o ante-projeto do regulamento deste decreto-lei.

Art. 12º - Ao superintendente geral competirá a administração do Serviço, na forma que o regulamento determinar.

Art. 13º - Os funcionários públicos poderão ser comissionados em cargos do Serviço, perdendo neste caso, a remuneração do cargo efetivo, sendo-lhes entretanto, assegurados todos os direitos e vantagens inclusive a contagem do tempo na classe e no serviço público.

Art. 14º - Os cargos técnicos do Serviço que não forem de confiança serão providos mediante contratos, sendo imprescindível para tal provimento o concurso ou prova de habilitação a que se procederá pela forma determinada em regulamento.

Art. 16º - O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1940, 11º da Independência e 52º da República.

Getúlio Vargas

Waldemar Falcão

ANEXO II**PARECER Nº 265****COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR**

ASSUNTO: Reconhecimento do curso
de Nutricionistas em
Nível Universitário e
Currículo Mínimo.

Processo nº 42.620/54

Trata-se do volumoso processo, em 5 volumes, que se iniciou como pedido de diplomas expedidos pelo SAPS (proc. 11.096/54), em 1954, dos formandos pelos cursos de nutricionistas e de nutrólogos do SAPS. O processo inicial vinha acompanhado da necessária documentação sobre as condições de exame vestibular, corpo docente, estatística dos alunos diplomados, regulamentos e programas dos cursos realizados pela referida Autarquia.

Naquela época, a Dr. Nair Fortes Abu-Merhy, da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, embora reconhecendo não haver aquela modalidade de ensino superior, opinava que a questão poderia ser resolvida pelo reconhecimento do curso de Nutrição do SAPS, com a aprovação de um currículo mínimo, tal como se dera com a Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

O curso de Nutricionista do SAPS foi criado pelo Decreto-lei nº 5.443 de 1943, como órgão submetido ao Ministério

do Trabalho Indústria e Comércio. Mais tarde, o nome foi mudado para Escola Central de Nutrição, continuando a depender do Diretor do SAPS, para a sua administração e organização e portanto, afeto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Em 1957 foi pedido o reconhecimento do curso do SAPS, o que consta do Proc. 72.415/57 do Ministério da Educação e Cultura, que o enviou ao antigo Conselho Nacional de Educação para opinar.

O antigo CNE assim se manifestou textualmente, em parecer de 11 de dezembro de 1957: examinando o assunto do pedido, a Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação nenhuma dúvida tem em considerar o curso de Nutricionistas do SAPS um passo largo nos objetivos de ordem social concernentes à preservação da Saúde do Povo" e a seguir: "Ajustado o regulamento do curso de Nutricionistas às normas estabelecidas para os cursos de nível superior, sob a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura, e aprovado o mesmo pelo CNE, poderá o Governo decretar o reconhecimento oficial do referido curso. Em consequência do reconhecimento, poderão ser registrados os diplomas cujos portadores possuam vida escolar regular".

O Decreto- nº 26.822 de 1949, no seu Art. 6º menciona a carreira de Nutricionista, cuja nomeação só poderá recair em candidato portador de diploma dos respectivos cursos mantidos pelo SAPS, obedecida a ordem de classificação, etc.

Pelo Decreto nº 46.912 de 1959, o Sr. Presidente da República aprovou o Regimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), o qual definiu no seu Art. 119 a 123, as finalidades dos cursos de formação de Nutricionistas, que ficaram inteiramente a cargo do Diretor Geral do SAPS.

Em abundante documentação enviada ao Diretor do Ensino Superior, o Sr. Diretor Geral do SAPS visou ao preenchimento de formalidade do Art. 9º do Decreto 421 de 1938, que regulamenta o ensino superior no País. Por essa documentação pode-se deduzir que a Escola de Nutrição do SAPS é um organismo oficial do Ministério do Trabalho e Previdência Social, criado pelo próprio Decreto que aprovou o Regimento do S.A.P.S. Os documentos apresentados quanto à organização dos serviços de ensino, biblioteca, laboratórios e pessoal docente, foram julgados satisfatórios pela Diretoria do Ensino Superior do M.E.C., com base em pareceres de peritos de boa reputação. Incidentalmente pode-se lembrar que esta aprovação foi até o ponto de convocar uma comissão de peritos para organização de um currículo mínimo para o curso de Nutricionistas, como consta de fls...do vol. dos processos ora em discussão.

Pelos documentos apresentados pelo SAPS, pode-se inferir que o curso de Nutricionistas destina-se a formar técnicos em nutrição, não se devendo confundir com a formação de Nutrólogos, denominação essa que deverá ser reservada ao médico com especialização em assuntos de nutrição. O curso de Nutricionistas administrado pelo SAPS e outras escolas que funcionam em

diferentes regiões do Brasil, como:

Curso de Nutricionista da Universidade do Brasil, em Recife;

Curso de Nutricionista da Universidade do Brasil, na Bahia;

Curso de Nutrição da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro;

Curso de Nutricionistas de São Paulo;

Instituto Municipal de Nutrição da Guanabara,

formam nutricionistas, os quais são admitidos como tais, no serviço público, sob tal designação.

Portanto, parece-me claro que a profissão de Nutricionista, embora não regulamentada por dispositivo legal especial foi criada por lei e existe de fato na hierarquia do Serviço Público, sendo obrigatório para a admissão nos seus quadros de aprovação no curso de Nutrição do nível daquele administrado pelo SAPS. Trata-se de um curso de base científica, para qual se exige curso secundário completo, com limitação de vagas e exame vestibular que, supomos, deve ser feito com o necessário rigor. A documentação apresentada pelo SAPS, bem como a opinião de peritos de reputação, indicam que a pretensão dos atuais Nutricionistas de elevar a categoria da sua classificação no Serviço Público é justa e, ao meu ver, merece o apoio deste

Conselho Federal de Educação. Convém salientar que o antigo Conselho Nacional de Educação em parecer já transcrito, recomendava o reconhecimento do diploma de Nutricionistas e, como consequência deste reconhecimento, fossem os diplomas registrados como nível superior.

Podíamos subscrever esta resolução do Conselho Nacional de Educação, simplesmente, mas é justo acrescentar que alguns fatos positivos vieram reforçar aquele parecer.

a) Pelo Decreto nº 46.912 de 1959 o Sr. Presidente da República aprovou o regimento interno do SAPS, atribuindo ao seu Diretor a mais ampla autonomia para organizar os cursos de Nutrição, entre os quais se estabelecem o de formação de Nutricionistas.

b) A carreira de Nutricionista é considerada de nível superior pelos argumentos apresentados acima e vem claramente indicado como tal pelo parecer da Dra. Nair Fortes Abu-Merhy, Chefe da Secção de Estudos e Organização do Ministério da Educação e Cultura;

c) O próprio atual Diretor do Ensino Superior assim o entendeu quando convocou um corpo de peritos, no Ministério da Educação e Cultura para a elaboração do currículo mínimo.

Não creio que paira a menor dúvida na análise de tão volumoso processo que se arrasta por mais de 20 anos, desde a

aprovação da criação do SAPS, de que existe um consenso entre peritos e diretores do Ministério da Educação e Cultura de que o curso de Nutricionistas, embora não regulamentada satisfatoriamente, é mencionada frequentemente em leis e decisões oficiais como tendo existência real. Nisto estão de acordo os que opinam em nome do SAPS, da Sociedade de Nutricionistas e os altos funcionários do Ministério da Educação e Cultura. O assunto que nos parece premente e que deve ser resolvido com a maior urgência' e o que se refere à injustiça criada pelo Decreto nº 3.780 de 1960 da Classificação dos Cargos Públicos Federais, que atribui ao cargo de Nutricionista o nº 13, em franca inferioridade em relação aos cargos de Enfermeira e de Assistente Social, carreiras estas que, na sua essência e exigências e formação deviam ser consideradas como exemplo para àquela do SAPS, na organização dos seus cursos de Nutricionistas.

O currículo mínimo constante do Anexo I, com pequenas alterações foi aquele sugerido pela comissão de Peritos convocada pelo Sr. Diretor da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Sobre tal currículo se manifestam de acordo praticamente todos os responsáveis pelos cursos de formação de Nutricionistas e pelas suas características nos parece bom responder que foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação como requisitos para o currículo mínimo.

Currículo mínimo dos cursos de Nutricionistas**Ciclo Básico:**

1. Anatomia, Histologia e Fisiologia humanas
2. Bioquímica e Química Bromatológica
3. Dietética
4. Psicologia
5. Microbiologia

Ciclo Profissional:

6. Fisiopatologia da Nutrição
7. Técnica Dietética e Arte culinária
8. Planejamento, Organização e Administração dos
Serviços de Alimentação
9. Sociologia e Economia Aplicadas
10. Dietoterapia
11. Puericultura e Dietética Infantil
12. Higiene e Administração da Saúde Pública
13. Pedagogia Aplicada à Nutrição
14. Estatística e Inquéritos da Nutrição

O curso terá a duração de 3 anos. As Escolas poderão manter cursos de especialização de mais de um ano, para estágios especiais em serviços de assistência, de educação, hospitalares, etc. e em institutos de pesquisa sobre nutrição, a critério de cada estabelecimento de ensino.

(a) Maurício Rocha e Silva, relator

Clóvis Salgado

Newton Sucupira

P. Vasconcelos

Anísio Teixeira

A. Almeida Junior

F. J. Maffei

ANEXO III
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

LEI Nº 5.276 - 24 de abril de 1967

**DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE NUTRICIONISTA, REGULA O SEU EXERCÍCIO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve o seu promulgo, nos termos da parte final do * 3º, do Art. 62, da constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º - A designação profissional de Nutricionista é privativa dos habilitados na forma da presente lei.

Art. 2º - O exercício da profissão de Nutricionista, em qualquer dos seus ramos, só será permitido:

a) aos possuidores de diploma de Nutricionista, expedido no Brasil por escolas de formação de Nutricionista de nível superior oficiais ou reconhecidas;

b) aos diplomados em Cursos de Nutricionista ou Dietista, existentes até a data desta lei;

c) aos que houverem feito cursos equivalentes, no estrangeiro, após a revalidação do diploma de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Único - Os profissionais de que se trata este artigo só poderão exercer a profissão após o registro do diploma no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura e no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia do Ministério da Saúde.

Art 3º - Para provimento e exercício do cargo de Nutricionista, na administração pública e autárquica e paraestatal, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação de diploma de Nutricionista, devidamente registrado, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.

Parágrafo Único - A apresentação de tal documento não dispensa a prestação de concurso, quando este for exigido, para provimento do cargo.

Art. 4º - Fica assegurado aos funcionários públicos, paraestatais, autárquicos e de empresas de economia mista, aos servidores das empresas sob intervenção governamental ou das concessionárias de serviços públicos, o exercício dos cargos e funções, sob denominação de Nutricionista ou Dietista, em que já tenham sido aprovados, em caráter efetivo, na data da entrada em vigor desta lei.

Art. 5º - Constituem atividades a serem exercidas privativamente pelos nutricionistas as seguintes:

I - direção e supervisão de escolas ou cursos de graduação de nutricionistas;

II - planejamento, organização e chefia dos serviços de alimentação em estabelecimento públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista, bem como a inspeção dos mesmos serviços nos aludidos estabelecimentos;

III - orientação de inquéritos sobre alimentação;

IV - regência de cadeira ou disciplinas que se incluem com exclusividade, no currículo de curso de Nutricionista;

V - execução dos programas de educação alimentar.

§ 2º - Nas Universidades, o provimento do cargo de Diretor das Escolas de Nutricionistas obedecerá ao disposto em seu regimento Interno, aprovado pelo conselho Universitário.

Art. 6º - Compreende-se, também, entre atividades a serem exercidas por Nutricionistas, as que se seguem:

I- Elaboração de dietas para sadios, indivíduos ou coletividades, e sob, prescrição médica, planejamento e elaboração

da alimentação de enfermos. Observada a legislação em vigor, tal atividade poderá ser exercida em consultórios dietéticos particulares;

II - organização e participação oficial de congressos, comissões, seminários e outros tipos de reunião, destinados ao estudo da nutrição e da alimentação;

III - participação nas pesquisas de laboratório e nos trabalhos de saúde pública, relacionados com a nutrição e a alimentação.

Art. 7º - A fiscalização do exercício profissional de Nutricionista será procedida pelos órgãos regionais de fiscalização de medicina.

Parágrafo Único - A tais órgãos compete impor penalidades aos infratores da presente lei, exceto no que se respeita as pessoas de Direito Público, às quais se aplicará a legislação vigente.

Art. 8º - A fiscalização do disposto no art. 5º, item IV, ficará a cargo do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 9º - Ao Nutricionista que infringir ou favorecer a infração dos dispositivos desta lei, aplicar-se-á a pena de suspensão do exercício profissional, cuja duração poderá variar de um a seis meses.

Art. 10º - As pessoas físicas e jurídicas que agirem em desacordo com o aqui disposto, aplicar-se-á pena de multa, que variará de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). Qualquer interessado poderá promover a responsabilidade do faltoso, sendo a este facultada ampla defesa.

Art. 11º - Os diplomados, até a data desta lei, em cursos de Nutricionista ou Dietista deverá requerer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ao órgão competente do Ministério da Educação e Cultura o registro profissional de seu diploma, ficando com todos os direitos que a presente lei concede aos Nutricionistas.

Art. 12º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. Costa e Silva

Jarbas G. Passarinho

Tarso Dutra

Leonel Tavares Miranda e Albuquerque

(Publicado no D.O. de 26/04/67, página 4707).

ANEXO IV

RESOLUÇÃO Nº. 36, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Nutricionista.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o art. 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista as conclusões do Parecer nº 2.308/74, que a esta se incorpora, homologado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de estado da Educação e Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º - O currículo mínimo do curso de graduação em Nutricionista compreende as seguintes matérias:

Básicos:

Biologia
Ciências Morfológicas
Ciências Fisiológicas
Patologia
Ciências da Saúde Pública
Ciências Sociais e Econômicas

Profissionais:

Bromatologia e Tecnologia dos alimentos
Higiene dos Alimentos
Ciências da Nutrição e a Alimentação

Nutrição Aplicada

Administração de Serviços da Alimentação

Art. 2º - Em Biologia, a par de suas leis básicas, serão ministrados conhecimentos gerais de genética, de Citologia e de Evolução.

Art. 3º - Nas Ciências Morfológicas estudar-se-ão a Anatomia, a Histologia e a Embriologia.

Art. 4º - Ciências Fisiológicas compreendem o estudo da Fisiologia e da Bioquímica.

Art. 5º - O estudo da Patologia inclui os processos Patológicos Gerais, a Imunologia, a Microbiologia e a Parasitologia.

Art. 6º - Em Ciências da Saúde Pública serão estudadas a Bioestatística, Epidemiologia, Saneamento e Administração da Saúde Pública.

Art. 7º - As Ciências Sociais e Econômicas compreenderão o estudo da Psicologia, da Sociologia, da Economia, do Desenvolvimento da Comunidade e da Comunicação.

Art. 8º - Ciências da Nutrição e Alimentação incluem conhecimentos sobre Nutrição Normal, Composição dos Alimentos, Técnica Dietética e Culinária, Patologia da Nutrição e Dietoterapia, Nutrição Materno-Infantil.

Art. 9º - Nutrição Aplicada compreende conhecimentos de Avaliação Nutricional, Educação Nutricional e Nutrição em Saúde pública.

Art. 10º - A duração dos cursos de graduação para a graduação em Nutricionista será de 2.880 (duas mil, oitocentos e oitenta) horas, integralizando-se em um tempo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), sendo a duração média de 4 (quatro) anos.

Parágrafo Único - A carga horária estabelecida no caput do artigo será distribuída entre atividades acadêmicas e trabalhos de campo ou estágio supervisionado, utilizando-se nesta atividade um mínimo de 300 (trezentas) horas.

Art. 11º - O exercício do magistério pelos diplomados em Nutrição obedecerá:

a) quanto ao grau superior, aos critérios de apreciação do corpo docente para efeito de autorização e reconhecimento dos cursos desse nível; b) em relação ao ensino de 1º e 2º graus, às normas fixadas para a formação de professores, mediante aproveitamento e complementação de estudos feitos pelos diplomados em áreas alheias às de licenciatura.

Art. 12º - Integração ainda o currículo mínimo do curso de graduação em Nutricionista Educação Física, sob a forma de estudo de Problemas Brasileiros.

Art. 13º - A presente resolução passará a vigorar a partir de 1975, ou nos termos do item nove do Parecer nº 85/70, revogadas as disposições em contrário.

P. José Vieira de Vasconcellos

ANEXO V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 8.234, DE 17 DE SETEMBRO DE 1991

Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A designação e o exercício da profissão de nutricionista, profissional de saúde em qualquer de suas áreas, são privativos dos portadores de diploma expedido por escolas de graduação em nutrição, oficiais ou reconhecidas, devidamente registrado no órgão competente do Ministério da Educação e regularmente inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva área de atuação profissional.

Parágrafo único - Os diplomas de cursos equivalentes, expedidos por escolas estrangeiras iguais ou assemelhadas, serão revalidados na forma da lei.

Art. 2º - A carteira de identidade profissional, emitida pelo Conselho Regional de nutricionistas da respectiva jurisdição, é, para quaisquer efeitos, o instrumento hábil de identificação civil e de comprovação de habilitação profissional

do nutricionista, nos termos da Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975, e da Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

Art. 3º - São atividades privativas dos nutricionistas:

I - direção, coordenação e supervisão de cursos de graduação em nutrição;

II - planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição;

III - planejamento, coordenação, supervisão e avaliação de estudos dietéticos;

IV - ensino das matérias profissionais dos cursos de graduação em nutrição;

V - ensino das disciplinas de nutrição e alimentação nos cursos de graduação na área de saúde e outras afins;

VI - auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética;

VII - assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética;

VIII - assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e a nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos.

Art. 4º - Atribuem-se, também aos nutricionistas as seguintes atividades, desde que relacionadas com a alimentação e nutrição humanas:

I - elaboração de informes técnico-científicos;

II - gerenciamento de projetos de desenvolvimento de produtos alimentícios;

III - assistência e treinamento especializado em alimentação e nutrição;

IV - controle de qualidade de gêneros e produtos alimentícios;

V - atuação em marketing na área de alimentação e nutrição;

VI - estudos e trabalhos experimentais em alimentação e nutrição;

VII - prescrição de suplementos nutricionais, necessários à complementação da dieta;

VIII - solicitação de exames laboratoriais necessários ao acompanhamento dietoterápico;

IX - participação em inspeções sanitárias relativas a alimentos;

X - análises relativas ao processamento de produtos alimentícios industrializados;

XI - participação em projetos de equipamentos e utensílios na área de alimentação e nutrição.

Parágrafo Único - É obrigatória a participação de nutricionistas em equipes multidisciplinares, criadas por entidades públicas ou particulares e destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar políticas, programas, cursos nos diversos níveis, pesquisas ou eventos de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionados com alimentação e nutrição, bem como elaborar e revisar legislação e códigos próprios desta área.

Art. 5º - A fiscalização do exercício da profissão de Nutricionista compete aos Conselhos Federal e regionais de Nutricionistas, na forma da Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, ressalvadas as atividades relacionadas ao ensino, adstritas à legislação educacional própria.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967.

Brasília, em 17 de setembro de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Antônio Magri

ANEXO VI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Q U E S T I O N Á R I O:

OBS.: 1- A sua participação interessada é a contribuição à nossa categoria.

2- Não é necessário identificar-se (use letra de forma)

Muito Obrigada

Iara Barreto

PROFESSORES DE NUTRIÇÃO (Ciclo Profissional)

1. Você acredita que o objetivo geral do Curso está sendo atingido? Em caso negativo, por que?

2. Comparando os vários currículos de Nutrição que a sua Universidade já colocou em prática, você percebe reais modificações no perfil do profissional formado nestes diversos momentos? Em caso afirmativo, quais as principais alterações (tanto positivas quanto negativas).

3. A equipe responsável pelas reformulações curriculares possui conhecimento específico na área de currículo? Em caso negativo, procuraram assessoramento de pessoal da área de educação?

4. O curso de formação de nutricionistas ministrado pela sua universidade, ao discutir a política curricular, atém-se a questão puramente analítica ou remete à relação de poder e ideologia?

5. As distorções na estrutura e organização dos conhecimentos, apontadas pelo Seminário Nacional de Ensino de Nutrição e trabalhos decorrentes já influenciaram modificações no currículo da sua Universidade? Quando? Como? Em que?

6. Quais as dinâmicas utilizadas para subsidiar as modificações curriculares já efetuadas?

7. Considerando a situação atual da sociedade brasileira, qual a sua sugestão para formação do Nutricionista?

ANEXO VII

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Q U E S T I O N Á R I O:

OBS.: 1- A sua participação interessada é uma contribuição à nossa categoria.

2- Não é necessário identificar-se (use letra de forma)

Muito Obrigada

Iara Barreto

ALUNO DO ÚLTIMO PERÍODO

1- Você conhece o objetivo geral do currículo de formação de nutricionista na sua Universidade? Em caso afirmativo, você avalia que o mesmo foi atingido?

2- A sua expectativa ao iniciar o Curso de Nutrição foi atingida? Em caso negativo, por que?

3- Você avalia que a proposta teórica das disciplinas oferecidas pelo seu Curso foram contempladas através das práticas oferecidas? Em caso negativo, por que?

4- A visão do mundo que lhe foi repassada durante o Curso (traço marcante do Curso) você encontrou nos profissionais já formados?

5- O seu Curso lhe apresentou possibilidades de atuação e você, nos seus estágios, vivenciou a realidade da prática profissional. Você acredita que os entraves que impedem de tornar as possibilidades uma realidade concreta, têm origem em falhas da formação profissional? Em caso afirmativo, quais as principais falhas que você apontaria?

ANEXO VIII
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Q U E S T I N Á R I O

OBS.: 1- A sua participação interessada é uma contribuição à nossa categoria.

2- Não é necessário identificar-se (use letra de forma)

Muito Obrigado

Iara Barreto

PROFISSIONAIS NUTRICIONISTAS

1- Ao iniciar o exercício da profissão, quais os principais entraves que você encontrou?

2- Há divergências entre a sua formação teórica e a realidade da prática profissional? onde reside a maior falha?

3- Hoje que você exerce a profissão de nutricionista, quais são as suas sugestões de modificações na estrutura curricular que lhe foi oferecida?

4- Entendendo a fome como produto de condições sociais, políticas e econômicas, qual a contribuição real que o nutricionista poderia dar no sentido de participar de processo da sua erradicação?

5- O nutricionista entende, na sua prática, as reais necessidades da população brasileira? Em caso negativo, por que?

ANEXO IX
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Q U E S T I N Á R I O

OBS.: 1- A sua participação interessada é uma contribuição à nossa categoria.

2- não é necessário identificar-se (use letra de forma)

Muito Obrigada

Iara Barreto

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, PROFISSIONAIS, SINDICATOS, CONSELHOS

1- Considerando as dificuldades encontradas pela categoria na prática profissional, cite a insatisfação que esta entidade considera como traço marcante.

2- Os entraves encontrados pela categoria guardam relação com a formação profissional? Em caso afirmativo, onde está a maior falha?

3- Nas lutas da categoria pela melhoria da situação nutricional do brasileiro, encontram-se uniformemente distribuídos os profissionais que atuam em todas as áreas da Nutrição?

Em caso de resposta negativa, qual a área que se faz representar mais efetivamente?

4- Os profissionais recém-formados ao procurarem as entidades culturais, profissionais e sindicais apresentam expectativas de apoio pessoal ou preocupam-se com os rumos da categoria?

5- Esta entidade já desenvolveu alguma pesquisa no âmbito da categoria? Qual?

6- Os profissionais nutricionistas que não estão ligados ao ensino da Nutrição, desenvolvem pesquisas no seu setor de atuação? Em caso negativo, a que poderíamos atribuir a ausência de pesquisas?

7- Várias modificações curriculares vêm sendo propostas nos diversos Cursos de formação de nutricionistas. Qual a sugestão que esta entidade gostaria de ver premiada?

ANEXO X

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - CURSOS DE NUTRIÇÃO CONSULTADOS

287

| INSTITUIÇÃO | VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA | DATA DE CRIAÇÃO | QUESTIONÁRIOS ENVIADOS | | QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS | |
|---|---------------------------|-----------------|------------------------|------------|---------------------------|-----------|
| | | | PROFESSOR | ALUNO | PROFESSOR | ALUNO |
| Universidade de São Paulo | Estadual | 1939 | 15 | 15 | - | - |
| Universidade Federal Rio de Janeiro | Federal Antárquica | 1946 | 15 | 15 | - | - |
| Universidade Federal da Bahia | Federal Antárquica | 1956 | 15 | 15 | 08 | - |
| Universidade Federal de Pernambuco | Federal Antárquica | 1957 | 15 | 15 | - | - |
| Universidade Federal Fluminense | Federal Antárquica | 1968 | 20 | 25 | 20 | 21 |
| *Universidade do Vale do Rio dos Sinos | Particular Confessional | 1972 | 15 | 15 | 04 | 04 |
| *Universidade Santa Úrsula | Particular Confessional | 1975 | 15 | 25 | 02 | 24 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Federal Antárquica | 1976 | 15 | 15 | 07 | 09 |
| Universidade de Brasília | Federal Antárquica | 1976 | 10 | 15 | 03 | 06 |
| *Universidade Federal de Pelotas | Federal Antárquica | 1977 | 15 | 15 | 06 | - |
| Universidade Federal de Mato Grosso | Federal Fundacional | 1978 | 20 | 15 | 05 | - |
| *Instituto Metodista de Educação e Cultura | Particular Confessional | 1978 | 15 | 20 | 02 | 15 |
| *Universidade Federal de Ouro Preto | Federal Antárquica | 1979 | 15 | 15 | 07 | 06 |
| Universidade Federal do Pará | Federal Antárquica | 1979 | 15 | 15 | - | - |
| Universidade Federal do Paraná | Federal Antárquica | 1980 | 15 | 15 | 06 | 05 |
| TOTAL | | | 230 | 250 | 70 | 90 |

* OBS.: Universidade Federal Fluminense E. Rio de Janeiro
 Universidade do Vale do Rio dos Sinos E. Rio Grande do Sul
 Universidade Santa Úrsula E. Rio de Janeiro
 Universidade Federal de Pelotas E. Rio Grande do Sul
 Instituto Metodista de Educação e Cultura E. Rio Grande do Sul
 Universidade Federal de Ouro Preto E. Minas Gerais

ANEXO XI

288

ENTIDADES DE CLASSE CONSULTADAS (Sindicatos, Conselhos, Associações)

| ENTIDADE | QUESTIONÁRIO DA ENTIDADE | | QUESTIONÁRIO NUTRICIONISTA | | UNIVERSIDADES FEDERADAS |
|---|--------------------------|------------|----------------------------|------------|---|
| | ENVIADO | RESPONDIDO | ENVIADO | RESPONDIDO | |
| Associação de Nutricionistas do Distrito Federal | 01 | 01 | 15 | 05 | DF |
| Associação de Nutricionistas do Mato Grosso | 01 | - | 15 | - | Não respondeu |
| Associação Mineira de Nutricionistas | 01 | - | 15 | - | Não respondeu |
| Associação de Nutricionistas do Pará | 01 | - | 15 | - | Não respondeu |
| Associação de Nutricionistas do Paraná | 01 | 01 | 20 | 08 | PR |
| Associação Paulista de Nutricionistas | 01 | - | 15 | - | Não respondeu |
| Associação Pernambucana de Nutricionistas | 01 | 01 | 15 | 08 | PE |
| Associação de Nutricionistas do Rio Grande do Norte | 01 | 01 | 15 | 12 | RN |
| Associação de Nutricionistas do Rio Grande do Sul | 01 | 01 | - | - | RS |
| Associação de Nutricionistas do Rio de Janeiro | 01 | 01 | 25 | 25 | RJ |
| Conselho Regional 1ª Região | 01 | 01 | - | - | GO, MT, TO, DF, AC, RO, AP, RR, PA, AM |
| Conselho regional 2ª Região | 01 | 01 | - | - | RS, SC |
| Conselho Regional 3ª Região | 01 | 01 | - | - | SP, PR, MS |
| Conselho Regional 4ª Região | 01 | 01 | - | - | RJ, MG, ES |
| Conselho Regional 5ª Região | 01 | 01 | - | - | BA, SE |
| Conselho Regional 6ª Região | 01 | 01 | - | - | PE, AL, PB, RN, CE, PI, MA, F.de Noroeste |
| Sindicato de Nutricionistas do D.F. | 01 | 01 | - | - | DF |
| Sindicato de Nutricionistas do Rio Grande do Sul | 01 | 01 | 15 | 10 | RS |
| Sindicato dos Nutricionistas/Rio de Janeiro | 01 | 01 | 15 | 13 | RJ |
| Sindicato de Nutricionistas de São Paulo | 01 | - | 15 | - | Não respondeu |
| T O T A L | 20 | 15 | 195 | 81 | |

OBS.: Nas associações e sindicatos foi encaminhado um questionário para entidade e outro para associados.

ANEXO XII
VISÃO DOCENTE

Unidade Temática 3.1.3.

FORMAS UTILIZADAS PARA DISCUTIR O CURRÍCULO

| Indicadores | Nº | % |
|--|-----------|------------|
| Os docentes elegeram diversas formas para debater o currículo com características diversas e entre elas ficam os seminários, discussões e reuniões e ciclo de estudos para avaliação curricular. | 20 | 47,6 |
| As reuniões de colegiados que privilegiam a participação exclusiva de docente foi também uma das formas eleitas. | 04 | 9,5 |
| Alguns docentes procederam a uma avaliação do curso com a participação de alunos e professores. | 06 | 14,3 |
| Uma das formas utilizadas para a discussão foi a avaliação do curso por alunos. | 01 | 2,4 |
| Os docentes apontaram formas de proceder a discussão curricular que partiram da definição do perfil do profissional, pelo levantamento do mercado de trabalho, pela consulta a outros cursos e pela avaliação de relatórios. | 11 | 26,2 |
| T O T A L | 42 | 100 |

ANEXO XIII

VISÃO DOCENTE

Unidade Temática: 3.1.6

ASPECTOS DA MODIFICAÇÃO NO PERFIL DE PROFISSIONAL

| Indicadores | Nº | % |
|--|----|-----|
| <p>No grupo de docentes pesquisados alguns receberam <u>modificações positivas</u> - no perfil do profissional a partir de vários aspectos trabalhados no currículo entre eles são apontados o maior equilíbrio entre as áreas, adequação ao mercado de trabalho, a consciência profissional, a ampliação da visão social, maior interesse pela área de atuação, maior abertura para os profissionais.</p> | 20 | 69 |
| <p>Os docentes perceberam <u>modificações</u> consideradas <u>negativas</u> no perfil do profissional atribuindo-as à grade curricular, à dissociação entre teoria e prática, ao conteúdo, à falta de eixo epistemológico, ao excesso de conteúdo que torna o profissional teórico, à qualidade do curso, à falta de programas de capacitação docente.</p> | 09 | 31 |
| T O T A L | 29 | 100 |

ANEXO XIV

VISÃO DISCENTE

Unidade temática: 3.2.1.

RAZÕES QUE JUSTIFICAM NÃO ATINGIR A EXPECTATIVA NO INÍCIO DO CURSO

| Indicadores | Nº | % |
|--|----|-------|
| Parte dos alunos ao chegarem ao final do curso voltam-se para a sua expectativa do início do curso avaliando os motivos que contribuíram para que esta não fosse atingida, atribuindo as causas às disciplinas mal administradas e sem objetivos claros. | 06 | 37,5 |
| Há quem remeta a causa à falta de competência técnica de professores. | 01 | 06,3 |
| A falta de recursos também aparece contribuindo para a frustração da expectativa inicial. | 01 | 06,3 |
| Alguns apontaram a dissociação entre a teoria e a prática como uma das causas para não contemplarem a expectativa inicial. | 03 | 18,7 |
| Outros chegam a colocar o curso como um todo não atendendo a expectativa. | 05 | 31,2 |
| T O T A L | 16 | 100,0 |

ANEXO XV

VISÃO DISCENTE

Unidade Temática: 3.2.2.

RAZÕES PARA O OBJETIVO NÃO TER SIDO ATINGIDO

| Indicadores | Nº | % |
|--|----|-----|
| Dentre os alunos que conhecem o objetivo do curso, alguns apontam razões para que este não tenha sido atingido. Razões essas que passam pela inconsistência das disciplinas, pelo despreparo dos profissionais que acompanham a prática, pela qualidade da prática, pela desarticulação entre as disciplinas básicas e as profissionais e pelo próprio currículo considerado ruim. | 11 | 19 |
| Parte dos alunos considera que o objetivo foi atingido. | 29 | 50 |
| Alguns alunos que conhecem o objetivo do seu curso consideram que este foi atingido apenas em parte. | 18 | 31 |
| T O T A L | 58 | 100 |

ANEXO XVI

VISÃO DISCENTE

Unidade Temática 3.2.3.

RAZÕES QUE JUSTIFIQUEM PORQUE A PROPOSTA TEÓRICA NÃO É CONTEMPLADA NA PRÁTICA

| Indicadores | Nº | % |
|---|----|------|
| Os alunos avaliando que a proposta teórica não foi contemplada na prática considera que os motivos para tal passam pela insuficiência de prática e que faltam recursos para executá-la, faltando também locais compatíveis e que a tudo isso acresce se a dissociação entre a teoria e a prática. | 32 | 88,8 |
| Alguns remetem as causas à falta de competência dos profissionais e ao momento político do país. | 02 | 5,6 |
| Outros não explicitaram as causas para não contemplarem a proposta teórica na prática. | 02 | 5,6 |
| T O T A L | 36 | 100 |

ANEXO XVII

VISÃO DISCENTE

Unidade Temática 3.2.4.

JUSTIFICATIVAS APONTADAS PARA OS ENTRAVES ENCONTRADOS NA PRÁTICA

| Indicadores | Nº | % |
|---|----|------|
| Os alunos pesquisados ao identificarem alguns entraves na prática, estabelecem relação entre esses e a formação acadêmica recebida, passando pela necessidade de aumentar a prática. | 29 | 49,2 |
| Alguns estabelecem a mesma relação considerando apenas parte da responsabilidade da formação acadêmica. | 12 | 20,3 |
| Há quem estabeleça a relação remetendo a causa à falta de entrosamento, de interesse, de ética de segurança e competência técnica associada à acomodação. | 10 | 16,9 |
| Outros que estabelecem a relação entre os entraves e a formação acadêmica apontam causas como a repetitividade dos conteúdos, insuficiência de carga horária em Nutrição Clínica, ausência de concentração em uma área no final do curso. | 03 | 5,1 |
| O reconhecimento da relação com a formação acadêmica para alguns passa pela falta de didática dos professores e pela falta de entrosamento entre o professor e o aluno. | 03 | 5,1 |
| A relação entre os entraves guarda relação com a formação acadêmica porém como consequência de uma política maior que se manifesta pela falta de prioridade para a área de saúde. | 02 | 3,4 |
| T O T A L | 59 | 100 |

ANEXO XVIII

VISÃO DO NUTRICIONISTA

Unidade Temática: 3.3.1.

RAZÕES APONTADAS PARA O NUTRICIONISTA NÃO ATENDER ÀS REAIS
NECESSIDADES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

| Indicadores | Nº | % |
|---|----|------|
| Os nutricionistas pesquisados reconhecem que a categoria <u>não atende</u> às necessidades da população brasileira, para tanto, indicam algumas causas que passam pela dissociação do nutricionista do contexto social, político e econômico da população, pela falta de ações efetivas de alimentação e nutrição, acrescentando-se a não participação nas entidades de classe. | 39 | 46,4 |
| Outras causas como o não assumir o papel profissional, a acomodação, o desinteresse, o desconhecimento, a insegurança, a falta de ênfase nas ações educativas, a falta de união da categoria e a falta de pesquisas também são apontadas. | 24 | 28,6 |
| Alguns nutricionistas indicam a universidade como responsável pelo nutricionista que não atende às necessidades da população por não prepará-lo e apresentar dissociação entre a teoria e a prática. | 06 | 7,1 |
| A falta de divulgação da ação profissional, a falta de oportunidade para exercer seu real papel, a falta de condições de trabalho a falta de apoio governamental e o número insuficiente de profissionais são outras causas às quais são remetidas a inadequação no atendimento das necessidades da população brasileira. | 15 | 17,9 |
| T O T A L | 84 | 100 |

ANEXO XIX

VISÃO DO NUTRICIONISTA

Unidade Temática: 3.3.2.

UNIDADE TEMÁTICA : DIVERGÊNCIAS ENTRE A FORMAÇÃO TEÓRICA E A REALIDADE DA PRÁTICA PROFISSIONAL

| Indicadores | Nº | % |
|---|-----|-----|
| Os nutricionistas ao reconhecerem o descompasso entre a formação teórica e a realidade da prática profissional, identificam algumas causas como a dissociação entre a teoria e a prática, a falha na distribuição de carga horária prática, a falha na distribuição de carga horária, falta de aprofundamento nas disciplinas profissionalizantes o currículo falho como um todo, a falta de tempo para realizar as atividades e a falta de formação social, crítica. | 70 | 70 |
| As divergências também são remetidas à falta de adequação da universidade à realidade do trabalho quando apresenta um ensino que ignora a realidade do país, contando com professores teóricos e com a falta de interação entre docentes e profissionais que atuam no mercado de trabalho. | 23 | 23 |
| A falta de engajamento do profissional associada à falta de fiscalização dos serviços de alimentação e as péssimas condições dos locais de trabalho formam outro grupo de causas que acentuam as divergências entre a formação teórica e a prática profissional. | 06 | 6 |
| Há quem considere que as divergências entre a formação teórica e a realidade da prática profissional sejam apenas em parte. | 01 | 1 |
| T O T A L | 100 | 100 |

ANEXO XX

VISÃO DO NUTRICIONISTA

Unidade Temática: 3.3.3.

UNIDADE TEMÁTICA: ENTRAVES ENCONTRADOS AO INICIAR A PROFISSÃO

| Indicadores | Nº | % |
|--|-----|------|
| Os nutricionistas apontam algumas causas para os entraves encontrados ao iniciarem a profissão, remetendo-os à concreta dissociação entre a teoria e a prática, insuficiência de carga horária, a falta de supervisão dos estágios curriculares, a falta de conhecimento técnico, falta de definição do perfil do profissional e a falta de referência bibliográfica, falta de experiência no início da profissão. | 30 | 25,4 |
| Para outros, os entraves são frutos da falta de conhecimento por outros profissionais, pela população e pelos empresários em relação ao papel do nutricionista, passando pela falta de valorização do profissional no local de trabalho. | 25 | 21,2 |
| Um outro grupo de causas para os entraves remete-os às péssimas condições de trabalho incluindo aí a carga horária excessiva, o número insuficiente de profissionais, a falta de higiene dos serviços, a postura das empresas que visam exclusivamente o lucro, a própria falta de empregos, salário baixo. | 31 | 26,3 |
| Os entraves também passam, segundo os nutricionistas, pela falta de apoio dos colegas, pelo papel não assumido pelo profissional, pela dispersão e desinteresse da categoria, pela falta de ética, pelo despreparo e falta de treinamento do pessoal dos serviços, pela falta de intercâmbio multiprofissional e pela indefinição do perfil do profissional. | 27 | 22,9 |
| Alguns nutricionistas não referem entraves. | 05 | 4,2 |
| T O T A L | 118 | 100 |

ANEXO XXI

VISÃO DO NUTRICIONISTA

Unidade Temática: 3.3.4.

UNIDADE TEMÁTICA: SUGESTÕES DE MODIFICAÇÕES CURRICULARES

| Indicadores | Nº | % |
|---|-----|------|
| Os nutricionistas apresentam sugestões para as possíveis modificações curriculares, passando pela associação entre a teoria e a prática, pelo aumento da carga horária prática, pelo aumento da supervisão dos estágios pelos professores, pela maior cobrança da postura do aluno, pela reformulação curricular, pela integração entre as disciplinas, pela avaliação da relação entre o tempo e o conteúdo, pela adequação do curso à realidade, pelo aumento e redistribuição da carga horária e pela melhoria da visão crítica. | 79 | 71,2 |
| Algumas sugestões de modificações são de natureza específica como o aumento de carga horária de Nutrição Clínica e de Produção, a inclusão e / ou maior ênfase à ética profissional, dar ênfase/atualizar a bioquímica melhorar o conhecimento da área de administração de pessoal, incluir a Nutrição Experimental e cálculos matemáticos. | 17 | 15,3 |
| Outras modificações sugeridas guardam uma relação mais ampla com a formação do nutricionista, como o incentivo à residência / pós-graduação em nutrição, promoção de uma especialização por área nos anos finais do curso, oferecimento de cursos de atualização e o incentivo à pesquisa. | 13 | 11,7 |
| Alguns não indicam falhas ou não sabem. | 02 | 1,8 |
| T O T A L | 111 | 100 |

ANEXO XXII

VISÃO DO NUTRICIONISTA

Unidade Temática: 3.3.5.

UNIDADE TEMÁTICA: CONTRIBUIÇÃO DO NUTRICIONISTA NO PROCESSO DE ERRADICAÇÃO DA FOME.

| Indicadores | Nº | % |
|---|-----|------|
| Na visão dos nutricionistas, a categoria pode contribuir no processo de erradicação da fome atuando em ações sociais, participando de programas de saúde, enfatizando a sua atuação como educador, dando ênfase às ações diagnósticas e corretivas da população, participando a nível central das decisões e planejamento, assumindo o papel para qual foi formado, fazendo trabalhos de saúde comunitária e fazendo pesquisas. | 78 | 67,2 |
| Algumas sugestões de contribuição do profissional apresentam caráter mais abrangente como atuação político/crítica, sendo mais atuante, participando das entidades de classe, engajamento na luta pela mudança estrutural da sociedade. | 29 | 25,0 |
| Sugestões como ênfase na Técnica Dietética e atuação em Puericultura, que são de caráter específico também são apresentadas. | 08 | 6,9 |
| Há quem considere que o quadro é político e portanto independente da ação do nutricionista | 01 | 0,9 |
| T O T A L | 116 | 100 |

ANEXO XXIII

VISÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE

Unidade Temática: 3.4.i.

UNIDADE TEMÁTICA: INSATISFAÇÃO COMO TRAÇO MARCANTE DA PRÁTICA PROFISSIONAL

| Indicadores | Nº | % |
|---|----|------|
| <p>Os profissionais ao procurarem as entidades de classe, mesmo resguardados as suas especificidades, discutem as suas insatisfações que são remetidas à jornada de trabalho excessiva, à incompatibilidade de carga horária que associadas a insuficiente infra-estrutura dos serviços, à insatisfação salarial, à falta de valorização do profissional em todos os níveis, à falta de conhecimento do papel do profissional e à falta de autonomia, configuram-se como as principais queixas.</p> | 15 | 48,3 |
| <p>A falta de atuação das entidades e a falta de fiscalização dos empregadores formam outro grupo de insatisfações identificadas pelas entidades.</p> | 04 | 13,0 |
| <p>A falta de compromisso com as entidades, a falta de união da categoria, a falta de ética a falta de conhecimento dos direitos do profissional e o desinteresse do estudante aspirante representam insatisfações manifestadas e referidas pelas entidades.</p> | 08 | 25,7 |
| <p>As entidades também identificam algumas insatisfações do caráter mais específico como a falta aprofundamento técnico dos conteúdos, o desinteresse pela conquista do espaço profissional em bases científicas, a falta de cursos de reciclagem e a falta de competência técnica.</p> | 04 | 13,0 |
| T O T A L | 31 | 100 |

ANEXO XXIV

VISÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE

Unidade Temática: 3.4.2.

UNIDADE TEMÁTICA: ENTRAVES DA PRÁTICA x RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

| Indicadores | Nº | Z |
|---|----|-----|
| <p>Estabelecendo a relação entre os entraves localizados na prática e a formação profissional, as entidades apresentam currículos ultrapassados, conteúdos distantes da realidade, superficiais e tecnicamente insuficientes, o que acarreta uma formação fragmentada, apresentando como característica a superficialidade na abordagem social, ensino deficiente com ausência de disciplinas</p> | 19 | 73 |
| <p>Outro grupo de elementos dessa relação remete a questão ao despreparo docente que é considerado como tecnicista, à ausência de integração escola e entidades pelos docentes, à falta de visão da categoria e à falta de atualização do profissional.</p> | 07 | 27 |
| T O T A L | 26 | 100 |

ANEXO XXV

VISÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE

Unidade Temática: 3.4.3.

UNIDADE TEMÁTICA: REFORMULAÇÃO CURRICULAR/SUGESTÕES

| Indicadores | Nº | % |
|---|----|------|
| As entidades de classe sugerem algumas modificações para a reformulação curricular do nutricionista apontando para a necessidade de aprofundamento da visão crítica/teórico social. | 06 | 27,3 |
| Algumas sugestões específicas indicam a atualização do conteúdo de Patologia da Nutrição, fisiologia, maior ênfase na área de alimentação e nutrição, alimentação para coletividades e atualização curricular de uma forma geral. | 08 | 36,4 |
| Há necessidade de aumento de carga horária prática, de um maior aprofundamento teoria, prática e de um conseqüente aprofundamento nas áreas específicas de atuação segundo algumas entidades. | 05 | 22,7 |
| O incentivo à pesquisa e à residência em nutrição aparecem como sugestões das entidades que incluem nesse bloco a necessidade de capacitação docente. | 03 | 13,6 |
| T O T A L | 22 | 100 |

ANEXO XXVI

VISÃO DAS ENTIDADES DE CLASSE

Unidade Temática: 3.4.7.

RAZÕES APONTADAS PELAS ENTIDADES PARA OS NUTRICIONISTAS NÃO DESENVOLVEREM PESQUISAS

| Indicadores | Nº | Z |
|---|----|------|
| A falta de estímulo, o salário, apoio e tempo são as razões que associadas à diversificação de atividades, falta de oportunidade, falta de infra-estrutura para pesquisa, falta de recursos e o pequeno número de profissionais por local de trabalho é o grupo de causas apontadas pela maior parte das entidades. | 16 | 55,3 |
| Algumas causas de caráter mais específicos são apontadas pelas entidades e entre elas está a falta de preparo profissional, a falta de formação específica, a formação puramente técnica de nutricionista. | 05 | 17,2 |
| Algumas entidades atribuem as causas a falta de incentivo por parte da universidade, das entidades, do empregador incluindo nesse bloco a falta de valorização do profissional feminino. | 05 | 17,2 |
| A falta de interesse do próprio profissional é apontada como causa por algumas entidades de classe. | 03 | 10,3 |
| T O T A L | 29 | 100 |